

SUMÁRIO

O FUTURO DO SERVIÇO PÚBLICO EM NOSSAS MÃOS.....	3
PROPOSTA DE REGIMENTO INTERNO DO 11º CONGRESSO.....	4
TESE 1 - MOBILIZAR PARA AMPLIAR AS CONQUISTAS.....	9
TESE 2 - UNIDADE E LUTA PARA CONQUISTAR AS REIVINDICAÇÕES.....	69
TESE 3 - POR UM SINDICALISMO CLASSISTA, INDEPENDENTE, COMBATIVO, REVOLUCIONÁRIO E SEM COLABORAÇÃO DE CLASSE.....	149

O FUTURO DO SERVIÇO PÚBLICO EM NOSSAS MÃOS

Vivemos momentos turbulentos no Brasil. Este ano, a República, desde a sua proclamação, em 1889, vive seu maior período democrático ininterrupto, ou seja, sem interferência de ditaduras civis ou militares. De 1985 até aqui, são apenas 30 anos.

A conquista da democracia em nosso país foi obra da luta dos trabalhadores. A construção do serviço público que temos hoje, também. Cada um de nós deve se orgulhar de ter ido pra rua defender a causa da liberdade, mas igualmente por ajudar a organizar esta imensa estrutura que resguarda os interesses mais elementares de nosso povo.

Todos os direitos previstos em nossa Constituição dependem do esforço dos servidores: saúde, educação, habitação, transporte, assistência social, segurança entre outros. Não é possível pensar o desenvolvimento nacional, a redução das desigualdades e a concretização do sonho de uma sociedade justa sem a interferência do nosso trabalho.

Nosso Congresso tem por tarefa imediata garantir nossas conquistas. Não vamos abrir mão de nossas convicções um milímetro sequer. A ordem é resistir e avançar, porque sabemos que a resolução de nossos problemas representa a melhor saída para milhões de excluídos. Depende de cada um. Depende da nossa união. Bom Congresso para todos os filiados!

A DIREÇÃO COLEGIADA

REGIMENTO INTERNO DO 11º CONGRESSO DO SINTSEF/CE**Capítulo I – Da realização do Congresso**

Artigo 1º - O 11º Congresso do SINTSEF/CE realizar-se-á no período de 23 a 25 de setembro de 2015, no Hotel Parque das Fontes, em Beberibe/CE.

Capítulo II – Dos Objetivos do Congresso

Artigo 2º - O 11º Congresso tem como objetivo discutir e aprovar resoluções sobre o seguinte temário:

- Análise de conjuntura nacional e internacional;
- Balanço da Organização e da luta dos trabalhadores;
- Estratégias políticas do SINTSEF/CE junto ao movimento sindical, popular e estudantil;
- Plano de lutas;
- Convocação de Assembleia Estatutária.

Capítulo III – Dos organismos do Congresso

Artigo 3º - São considerados organismos de deliberação do Congresso:

- 1 – Plenária Deliberativa;
- 2 – Grupos de Trabalho;
- 3 – Mesa Diretora dos Trabalhos;
- 4 – Coordenação Organizadora.

Capítulo IV - Da Plenária do Congresso

Artigo 4º - A Plenária é a instância máxima e soberana de deliberação composto por delegados e delegadas credenciados, tendo a competência de discutir, aprovar ou rejeitar, no todo

ou em parte, as resoluções, as propostas de plano de lutas e as moções vindas dos grupos de trabalho, observando-se o temário e o Regimento Interno. Considerar-se-á aprovada a proposta com maior número de votos.

Capítulo V – Dos Grupos de Trabalho

Artigo 5º - Os Grupos de Trabalho, em número de cinco, serão formados por delegados e delegadas, distribuídos aleatoriamente pela Coordenação Organizadora do Congresso, competindo-lhes discutir, aprovar ou rejeitar resoluções, moções e plano de lutas, respeitando o Temário em pauta, encaminhando-as à Plenária Deliberativa as que obtiverem no mínimo 20% da votação favorável dos delegados presentes nos grupos de trabalho, no momento da votação.

Parágrafo Único: A mesa dos grupos de trabalho será composta por: 01 Coordenador, 01 Relator, 01 Secretário e 01 Auxiliar de Relatoria.

Capítulo VI – Da Mesa Diretora dos Trabalhos

Artigo 6º - A Mesa Diretora dos Trabalhos encaminhará as propostas vindas dos grupos, dirigirá os trabalhos no plenário e decidirá sobre a procedência de questões de ordem, encaminhamento e esclarecimento, cabendo recurso ao plenário.

Parágrafo Único – A mesa diretora da Plenária Deliberativa será composta por um coordenador, um secretário, dois relatores e um auxiliar de relatoria, indicados pela Coordenação Organizadora e eleitos pela Plenária Deliberativa, podendo ser substituídos por esta.

Capítulo VII – Da Coordenação Organizadora do Congresso

Artigo 7º - A coordenação de organização terá a seguinte competência: organizar, instalar e apresentar uma proposta de Regimento Interno do Congresso e mesa diretora dos trabalhos, submetendo-o à aprovação dos delegados no Congresso.

Capítulo VIII – Do Credenciamento

Artigo 8º - O credenciamento dos delegados será efetuado no local do Congresso, no dia 23/09/2015, das 06h às 19h e o credenciamento dos suplentes será realizado no dia 24/09/2015, das 08h às 12h.

Parágrafo Único – Quando o delegado renunciar por escrito, o suplente imediato poderá se credenciar no mesmo período dos delegados, mediante apresentação do documento de renúncia do delegado.

Capítulo IX – Dos participantes

Artigo 9º - Os delegados eleitos, dentre os filiados, em assembleia nos locais de trabalho, participarão com direito à voz e voto. Os membros da Coordenação Organizadora que não foram eleitos nas assembleias terão direito à voz.

Capítulo X – Da apresentação das Teses

Artigo 10 – As teses inscritas ao Congresso serão apresentadas por delegados (as) com tempo máximo de 10 minutos para cada tese.

Capítulo XI – Das Disposições Gerais

Artigo 11 – Cada delegado credenciado terá direito a um voto em cada processo de votação.

Artigo 12 – Só poderá haver recurso à matéria já discutida e votada, se apresentado imediatamente após o anúncio do resultado da votação.

Artigo 13 – As questões de ordem, esclarecimento, recurso e encaminhamento devem dizer respeito ao assunto em discussão e devem ser dirigidas à mesa. Não caberá declaração de voto nesse caso.

Parágrafo Único – Não caberá questão de ordem, de esclarecimento e encaminhamentos durante o regime de votação.

Artigo 14 – Na hipótese de abstenção, será aceita a declaração de voto, com um tempo de 01(um) minuto, desde que solicitada no momento anterior à realização da votação com a entrega do crachá à mesa diretora. Não será concedida declaração de voto para o defensor da proposta votada.

Parágrafo Único – As declarações de voto devem dizer respeito ao tema em discussão.

Artigo 15 – A votação será através de levantamento de crachá, não sendo permitido voto por procuração.

Artigo 16 – O tempo de cada intervenção nos grupos e nas plenárias será de 03 minutos, exceto o previsto no artigo 10 deste Regimento Interno.

Artigo 17 – A Plenária e os Grupos só deliberarão qualquer matéria se estiverem presentes pelo menos 50% + 1 dos Delegados credenciados.

Capítulo XII – Da Programação

23 de setembro de 2015 (Quarta-feira)

07h – Credenciamento de delegados

09h30 – Abertura

10h30 – Discussão e aprovação do Regimento Interno

11h30 – Apresentação das Teses

12h – Almoço

14h – Análise de Conjuntura Nacional e Internacional

19h – Jantar e encerramento do credenciamento de delegados

24 de setembro de 2015 (Quinta-feira)

8h – Credenciamento de suplentes

8h30 – Balanço do Movimento e Estratégias Políticas do SINTSEF/CE

12h – Almoço e encerramento do credenciamento de suplentes

14h – Organização dos grupos

14h30 – Início dos trabalhos em grupo

19h – Jantar

20h - Confraternização

25 de setembro de 2015 (sexta-feira)

8h – Plenária Final

12h – Almoço

TESE 1

MOBILIZAR PRA AMPLIAR AS CONQUISTAS

“A HISTÓRIA DE TODA SOCIEDADE, ATÉ HOJE, TEM SIDO A HISTÓRIA DA LUTA DE CLASSES”.

(KARL MARX, SÉC. XIX)

“O SOCIALISMO É O SALTO DA HUMANIDADE, DO REINO DA NECESSIDADE PARA O REINO DA LIBERDADE”.

(FRIEDRICH ENGELS, SÉC. XIX)

“É DEVER DA CLASSE OPERÁRIA LUTAR CONTRA A OPRESSÃO OU SERÁ CÚMPlice DA MISÉRIA UNIVERSAL”.

(LÊNIN, LÍDER REVOLUCIONÁRIO RUSSO, SÉCULO XX)

“A MASSA NÃO É APENAS OBJETO DA AÇÃO REVOLUCIONÁRIA; É SOBRETUDO SUJEITO”.

(ROSA LUXEMBURGO, REVOLUCIONÁRIA, FILÓSOFA E ECONOMISTA MARXISTA, SÉC. XX)

“NA POLÍTICA DE MASSAS, DIZER A VERDADE É UMA NECESSIDADE POLÍTICA”.

(ANTONIO GRAMSCI, FILÓSOFO E POLÍTICO ITALIANO, SÉC. XX)

“NÃO BASTA QUE SEJA PURA E JUSTA A NOSSA CAUSA. É NECESSÁRIO QUE A PUREZA E A JUSTIÇA EXISTAM DENTRO DE NÓS”.

(AGOSTINHO NETO, POETA E REVOLUCIONÁRIO ANGOLANO, SÉC. XX)

CONJUNTURA INTERNACIONAL

1. A crise do capitalismo, já prevista por MARX, há mais de dois séculos, tem como escopo as crises cíclicas originadas da irracionalidade da exploração do homem pelo homem. Há concentração de renda nas mãos de uma minoria capitalista, na qual, os privilégios das elites financeiras e a concentração das grandes fortunas do mundo, estão nas mãos dos gananciosos capitalistas que provocam as crises de superprodução, queda de consumo, recessão, desemprego, destruição do meio ambiente, guerras etc.
2. O momento atual coloca a classe trabalhadora diante de reflexões, incertezas e ameaças provocadas pelo sistema capitalista e suas reformas neoliberais implementadas pelos seus governantes de plantão.
3. Desde o ano de 2008, vem se aprofundando a crise do modo capitalista de produção que emergiu na quebradeira provocada pelo sistema financeiro nos Estados Unidos. Desde esse período, os governos mais ricos e poderosos do planeta realizaram várias reuniões para tentar sair da crise. Todos os anos os capitalistas se encontram em Davos na Suíça, para debater a crise e encontrar as soluções para a mesma. Mas os problemas econômicos só se agravaram e para complementar essa crise econômica, estamos presenciando uma crise ambiental e de mudanças climáticas, que atinge todo o globo terrestre...

4. A instabilidade é tão imensa no sistema econômico-financeiro, que a mesma tornou-se internacionalizada. Nunca os governos foram tão incapazes de encontrar saídas. Porque o poder econômico das grandes empresas transnacionais e dos bancos é superior ao poder político dos governos, e a lógica do capital se impõe sobre a hipócrita democracia burguesa, que não consegue ter legitimidade sobre o povo.
5. Os Estados Unidos continuam mantendo suas altas taxas de lucro, através da manipulação do dólar como moeda internacional, que emitem sem nenhum controle e das agressões bélicas em diversas regiões do mundo, que representam novas encomendas à indústria bélica americana.
6. Assistimos a mais uma jogada do imperialismo americano, articulado com a Arábia Saudita, forçando a queda do preço do petróleo, que antes beirava aos 120 dólares o barril, e agora, encontra-se estabilizado em torno de 50 dólares. Há muitos fatores em jogo e muitas análises tentando justificar, mas o certo é que os três países mais prejudicados pela queda do preço do petróleo são o Irã, a Rússia e a Venezuela. Todos adversários das políticas dos Estados Unidos.
7. A direita europeia, decadente e ambígua, usa sua OTAN (Organização do Tratado do Atlântico Norte) para estimular os conflitos no Oriente Médio e criar mercado para seu armamento. Assim, conseguiu transformar o atentado

ocorrido na sede do jornal satírico Charlie Hebdo, no início deste ano, na cidade de Paris, numa grande mobilização da direita europeia. Assistimos uma esquizofrenia total, porque os que cometeram o atentado estariam vinculados e motivados com as forças do Estado islâmico, criado e financiados pela OTAN, pela política da França, da Arábia Saudita e da Turquia.

8. Enquanto o povo grego, cansado das enrolações do Banco Central Europeu e sua direita, deu um basta e elegeu, majoritariamente, o partido Syriza, para governar o país, dando-lhe, inclusive, mais da metade de todos os deputados no parlamento.
9. O resultado desse processo eleitoral na Grécia pode significar uma mudança de comportamento eleitoral europeu, sobretudo nos países da periferia da Europa, como Espanha, Portugal, Itália e Turquia. Na perspectiva política, esperamos que o partido Syriza consiga organizar um governo progressista para aplicar um programa de mudanças populares, conforme prometeu na campanha.
10. Obviamente que as eleições gregas vão influenciar no comportamento do eleitorado espanhol nas eleições marcadas para novembro, no qual, o partido PODEMOS, que representa o desejo de mudanças sociais, está na frente nas pesquisas eleitorais.
11. No nosso continente latino-americano, enfrentamos uma conjuntura de maior equilíbrio. Os chamados governos progressistas enfrentam cada vez mais dificuldades

econômicas e políticas para levar adiante seus programas neodesenvolvimentistas. Essas dificuldades advêm das imposições da dependência da economia latino-americana ao capital internacional. E os efeitos negativos podem ser percebidos mais nitidamente mesmo no processo bolivariano, com a queda do preço do petróleo e a crise de abastecimento, inflação e taxa de câmbio venezuelano.

12. Na maioria dos nossos países, apesar dos limites pífios das mudanças propostas e positivas realizadas pelos governos progressistas, à direita enclausurada em seus privilégios, se rearticula e tenta impedir qualquer mudança real no cenário econômico e político. Para isso, se entrincheirou nos espaços onde tem hegemonia absoluta, como os meios de comunicação de massa, o Congresso e o Poder Judiciário. Assim, vemos todos os dias um comportamento até fascista das elites brasileiras, paraguaias, argentinas, mexicanas, para impedir qualquer processo de mudanças.
13. Os tempos anunciam um longo período de acirramento da luta de classes em todo o continente latino-americano e da retomada da ofensiva política por parte da direita, em cada país, contra a classe trabalhadora.
14. Portanto, para a esquerda em geral, só há um caminho: colocar suas energias na conscientização para a luta de classes e organizar a classe trabalhadora para enfrentar essa conjuntura tão complexa e adversa. Faz-se necessário nessa conjuntura atual, **MOBILIZAR PRA AMPLIAR AS CONQUISTAS...**

CONJUNTURA NACIONAL

15. Os 26 anos de existência do Sindicato dos Trabalhadores do Serviço Público Federal no Estado do Ceará, sempre foi à defesa do serviço público e de seus trabalhadores e, em seu 11º Congresso que acontecerá em Beberibe-CE, no período de 23 a 25/09/2015, iremos nos debruçar diante à conjuntura nacional para avaliarmos o segundo mandato do Governo Dilma (PT), no seu aspecto político-econômico e ideológico, apontando os caminhos para o enfrentamento que a Classe Trabalhadora deverá se nortear para o próximo período.
16. O cenário político nacional vive um momento de incertezas e descaminhos nunca visto por um Governo em início de gestão política. Em primeiro lugar, o Governo Dilma, ainda no seu primeiro mandato, ao apagar das luzes, encaminhou duas Medidas Provisórias (MPs) ao Congresso Nacional, cujo objetivo é retirar direitos dos trabalhadores. Uma medida que vai contra todas as suas promessas de campanha eleitoral no ano de 2014, no qual foi pautado na defesa dos direitos e das conquistas da classe trabalhadora, como também na ampliação de direitos, mais investimentos nas áreas sociais, enfim, uma plataforma que sinalizava um governo diferente do seu primeiro mandato, com mais diálogo com os trabalhadores e suas entidades representativas. Mas, o que se viu, foi a presidenta Dilma consolidar às suas intenções de um governo totalmente equivocado, quando da escolha dos seus Ministros,

- principalmente da Fazenda e da Agricultura (Joaquim Levy – representante do capital financeiro, economista neoliberal da famosa Escola de Chicago e Kátia Abreu – representante do Agronegócio). Um Governo sem comando, sem base no congresso e pior, sem base social. O Governo Dilma tem hoje, rejeição de mais de 80% (oitenta por cento) do povo brasileiro, segundo as pesquisas. Essa rejeição fez ressurgir dos porões da ditadura uma direita raivosa, que foi às ruas pedir o fora Dilma e invocar o retorno dos militares, encabeçada pela fascista Rede Globo, representante oficial da direita, na qual viu seu candidato ser derrotado nas urnas em 2014, pelos movimentos populares.
17. Com todos os problemas vividos no primeiro mandato do Governo Dilma, apostou-se e acreditou-se num outro projeto. Aliás, não só acreditou-se, como foi fundamental na vitória de Dilma, ao fechar um compromisso com o comitê de campanha da referida candidata, que se eleita fosse, abriria o diálogo com os trabalhadores e suas entidades sindicais representativas do setor público federal nos 11 (onze) pontos acordados: 1. Contra qualquer reforma que retire direitos dos trabalhadores; 2. Regulamentação/institucionalização da negociação coletiva no setor público e direito de greve irrestrito; 3. Retirada de projetos de Lei, MPs e Decretos contrários aos interesses dos servidores públicos; 4. Cumprimento por parte do Governo, dos acordos firmados e não cumpridos; 5. Política salarial permanente com reposição inflacionária; 6. Valorização do

salário base e incorporação das gratificações; 7. Paridade entre ativos, aposentados e pensionistas; 8. Definição da data base em 1º de maio; 9. Recompôr as perdas inflacionárias dos benefícios, buscando a isonomia entre os poderes Legislativo e Judiciário; 10. Avançar no diálogo com os servidores; 11. Ampliar os concursos públicos e continuar com a política de substituição de terceirizados por concursados. Este compromisso permitiu aos dirigentes sindicais que fizessem a campanha em defesa da candidatura Dilma, revertendo muitos votos dos servidores públicos federais. Essa mobilização somada a outros setores populares viabilizaram a vitória da candidata do PT.

18. Na ordem do dia e na pauta da grande mídia, na qual se tornou manchetes, o caso da corrupção na Petrobras, denominada de "Lava Jato", onde os partidos de direita e a burguesia utilizaram como arma para justificar o voto no candidato que representa os setores mais atrasados deste país, como o salvador da pátria. Nós sabemos que, seria muito pior para o país e para a classe trabalhadora, pois, já conhecemos o projeto dos conservadores e da burguesia, que são inimigos de classe dos (as) trabalhadores (as).

19. Nesse sentido, faz-se necessário que os movimentos populares continuem com suas pautas, exigindo nas ruas a mudança de trajetória do Governo Dilma, eleita pelo voto da classe trabalhadora, do movimento popular e estudantil. Sua agenda política é vetar as duas MPs 664 e 665/14, como também o PLS 30/15 (das terceirizações sem limite). A CUT

tem que manter a postura de protagonista das lutas em defesa da classe trabalhadora e construir de fato a greve geral para arrancar do Governo as nossas reivindicações e colocar o governo no rumo certo. Essa é a tarefa central dos trabalhadores, manter a unidade para derrotar os inimigos de classe e conquistar as nossas reivindicações, como também colocar o governo ao lado da classe trabalhadora e não a serviço do capital. Reafirmamos mais uma vez ao Governo Dilma: "a classe trabalhadora não pagará pela crise"...

20. Pelo atendimento já das reivindicações dos servidores públicos federais!

21. Negociação coletiva já e pelo atendimento das pautas gerais e específicas da categoria!

22. Abaixo o Plano de ajuste fiscal do Governo Dilma!

23. Não ao PLS 30/15 (terceirizações sem limite)!

24. Não às MPs 664 e 665/14 (dificultam o acesso ao trabalhador ao seguro-desemprego, abono salarial, PIS/PASEP, auxílio-doença, pensões, seguro-defeso etc)

REFORMA POLÍTICA JÁ! CONSTITUINTE EXCLUSIVA E SOBERANA DO SISTEMA POLÍTICO

25. Os movimentos populares, sindicais e estudantis na semana de 01 a 07 de setembro de 2014, quando se comemorava o Grito dos Excluídos, foram às urnas e realizaram um Plebiscito Popular por uma Constituinte Exclusiva e Soberana do Sistema Político, nos quais milhares de militantes, centenas de manifestações pelo país, debates e reuniões culminaram numa das maiores votações da história de Plebiscito Popular realizada no Brasil, aproximadamente 8 (oito) milhões de votantes disseram SIM para uma Assembleia Constituinte Soberana e Exclusiva para reformar o sistema político brasileiro.
26. Nos últimos 50 (cinquenta) anos, esse Congresso Nacional que foi eleito em 2014, é um dos mais conservadores e reacionários da história política nacional, no qual reflete o financiamento privado de campanhas através das grandes empresas nacionais e transnacionais, cuja campanha eleitoral teve um custo médio para cada candidato eleito em torno de R\$ 1 milhão, enquanto a dos não eleitos foi de R\$ 200 mil. Para mudar essa situação, faz-se necessário acabar com o financiamento empresarial, o que só uma Constituinte poderá fazer...
27. O resultado desse sistema político que é tão ruim, antidemocrático e restringe cada vez mais a participação popular, só favorece ainda mais o poder econômico das

grandes empresas e dos latifundiários. A igualdade do poder do voto é uma questão básica de qualquer democracia. Como exemplo, só a FRIBOI (empresa de João Batista Sobrinho – Zé Mineiro) tinha 41 Deputados Federais e 7 Senadores financiados na última eleição de 2010. No ano de 2012, nas últimas eleições municipais, as Construtoras Andrade Gutierrez, Queiroz Galvão e a OAS lideraram o ranking de doações privadas, somando 18% do total doado por empresas.

28. Para se combater a corrupção na política, faz-se urgentemente necessário uma Reforma Política, com uma Constituinte Exclusiva e Soberana, proposta que o Presidente da Câmara Federal, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), o empresário da política não quer, pois o atual sistema político vigente, onde as empresas financiam mais de 90% dos recursos das campanhas eleitorais, nos quais os eleitos são controlados pelos interesses dessas empresas que os financiam e não dos cidadãos que votaram. Por fim, para se combater a corrupção no processo eleitoral brasileiro, é preciso uma grande mobilização dos movimentos populares, sindicais e estudantis, exigindo do Governo Dilma uma Reforma Política por uma Constituinte Exclusiva e Soberana, para que os representantes sejam eleitos exclusivamente para tal finalidade, ou seja, não serão os deputados atuais, já que não iriam caçar seus próprios privilégios e Soberana, para ter o poder soberano de mudar o sistema político, ou seja, estar acima de todos os outros poderes...

29. Constituinte Exclusiva Já!
30. Pelo fim do financiamento empresarial de campanhas a partidos políticos!
31. Pela aprovação das reformas estruturais (reforma agrária, reforma tributária e democratização da mídia) que tramitam no Congresso Nacional!

A CORRUPÇÃO GLOBALIZADA - CONTRA OS POVOS E A CLASSE TRABALHADORA

32. As práticas de corrupção põem em risco as democracias no mundo e particularmente nos países em vias de desenvolvimento, já que os custos destas evasões fiscais recaem sobre o povo em geral e criam iniquidades que rompem os acordos sociais. Entretanto os paraísos fiscais são cada vez mais numerosos, os centros financeiros mais ricos do mundo são cada vez mais ricos e diminuem os impostos pagos pelas grandes corporações financeiras e empresariais.
33. No continente latino-americano, principalmente na América do Sul, onde nos últimos anos surgiram governos democráticos e populares, mais próximos dos ideais da justiça social e dos interesses populares, nos quais pretendem levar a cabo políticas ativas e contrárias aos interesses dos grandes grupos econômicos, os quais ao ver

amenizada a possibilidade de utilizar estes mecanismos de evasão, recorrem à desestabilização social como temos podido observar nos últimos anos.

34. Essa situação pode-se verificar no Brasil, onde algumas das empresas e pessoas que possuem a maior quantidade de fundos depositados em contas secretas sem declarar na sucursal do Banco HSBC da Suíça, são também as que participam das campanhas mais radicalizadas contra as políticas fiscais que desnudam essas práticas corruptas.

EM DEFESA DOS INTERESSES DO POVO E DA CLASSE TRABALHADORA

35. O combate à corrupção no continente latino-americano e no Brasil é papel fundamental das entidades sindicais, populares, estudantis etc, saírem em defesa dos interesses do povo e da classe trabalhadora, para evitar que as nossas democracias sigam sendo deterioradas pela influência de quem vem sendo beneficiado pelas políticas fiscais e da facilidade na qual se ocultam os capitais, produto desses crimes econômicos por parte dos paraísos fiscais. É preciso que os sindicatos do setor público assumam ações e políticas estratégicas a influenciar na modificação dos atuais esquemas de corrupção que permitem esse roubo organizado a destruir as economias dos países e de nossos povos.

36. Para os trabalhadores e o movimento sindical é vital, em primeiro lugar, lutarmos para eliminar a fraude fiscal transnacional e limitar a amplitude da evasão de impostos, de modo que as grandes empresas multinacionais e as pessoas que concentram as grandes fortunas paguem impostos de acordo com sua capacidade econômica. Segundo, incrementar a influência dos cidadãos no controle democrático da aplicação de impostos e restringir o poder do capital para ditar uma política fiscal única e exclusiva em seu próprio interesse. Terceiro, restabelecer um tratamento fiscal similar para as diferentes formas de renda, invertendo a tendência a transferir a carga que se impõe em direção aos setores mais desprotegidos de nossa sociedade e, por último, impedir as privatizações e a destruição dos serviços públicos...

37. Imposto sobre as grandes fortunas já!

BALANÇO DO MOVIMENTO

38. A disputa eleitoral do ano passado foi de suma importância para a classe trabalhadora deste país, após a vitória da candidata Dilma do Partido dos Trabalhadores. Os movimentos populares já no início do ano de 2015 iniciaram uma grande mobilização de suas bases ao irem às ruas protestarem contra as Medidas Provisórias 664 e 665/14 (que retiram direitos e dificultam o acesso do trabalhador a uma série de benefícios na CLT), encaminhadas pelo governo no apagar das luzes do seu primeiro mandato em dezembro de 2014. Esse presente grego de final de ano do governo Dilma que a classe trabalhadora brasileira recebeu, ataca frontalmente os nossos direitos, enquanto classe explorada.

39. A CONDSEF, suas entidades filiadas, a Central Única dos Trabalhadores (CUT), em conjunto com as demais Centrais Sindicais e os movimentos sociais, não perderam tempo e ganharam as ruas do nosso país para combater as duas Medidas Provisórias, o Projeto de Lei do empresário Sandro Mabel (ex-Deputado Federal - PMDB-GO), das terceirizações, que acaba com o contrato formal de trabalho, abrindo as empresas para contratos precários sem nenhuma garantia trabalhista, impondo quase o trabalho escravo nas empresas.

40. O movimento sindical e popular teve que enfrentar o poderio econômico das elites empresariais, como

também do Presidente da Câmara, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), totalmente vendido ao interesse do capital nativo e da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), que de forma truculenta, aprovou o PL 4330/04 (das terceirizações), num Congresso Nacional, que provou ser um grande balcão de negócios para os interesses da burguesia, na qual a grande maioria dos seus parlamentares, cujas campanhas eleitorais em 2014 foram financiadas pelas grandes corporações empresariais nacionais e transnacionais.

41. Quanto às duas Medidas Provisórias (664 e 665/14), os parlamentares do PT mudaram de posição e votaram a favor do Governo Dilma e contra os trabalhadores. A CUT, a CONDSEF e suas filiadas, não deixaram se abater e continuam mobilizando as suas bases e convocando a classe trabalhadora para irem às ruas defender as nossas reivindicações. Como exemplo desse processo de mobilização, foi o dia 29 de maio (Dia Nacional de Paralisação e Manifestações, Rumo à Greve Geral), no qual verificamos grandes manifestações nos estados, preparando os trabalhadores para a greve geral.

42. Com relação ao movimento dos Servidores Públicos Federais, a CONDSEF vem sendo protagonista dentro do Fórum das Entidades Nacionais dos Servidores Públicos Federais, organizando nos últimos períodos manifestações em Brasília e, nos estados, através das suas filiadas, grandes atos de ruas e pressões junto ao governo, buscando e visando o atendimento das pautas de reivindicação. A plenária da CONDSEF de 30 de maio aprovou o indicativo de greve para

a primeira quinzena de julho, caso o governo não apresente uma resposta favorável no mês de junho, as pautas de reivindicação apresentadas.

43. Avaliamos o processo de negociação rico e bastante positivo, pois as Centrais Sindicais, Confederações, Federações etc, as quais fazem parte do Fórum das Entidades Nacionais dos Servidores Públicos Federais não se intimidaram e foram para a linha de frente defender a pauta de reivindicações dos trabalhadores, seja a do setor público, como também a pauta mais geral da classe trabalhadora brasileira, demonstrando na prática a solidariedade da luta de classe... Com certeza, o futuro nos espera por muitas lutas, pois temos a convicção de que a CONDSEF, suas filiadas e a CUT estarão preparadas para organizarem a classe trabalhadora deste país para a luta e a vitória. Até a vitória, sempre!

BALANÇO SETOR JURÍDICO DO SINTSEF-CE GESTÃO 2013-2015

44. Ao longo dessa gestão o sindicato tentou se estruturar ao máximo, no intuito de melhorar o seu atendimento inclusive trazendo diversas ações novas, para corrigir as distorções trazidas pelo governo no decorrer do tempo. Adiante podemos observar detalhadamente as mudanças trazidas em benefício dos servidores públicos federais.

Mudanças estruturais

45. Foi adquirido 4 novos computadores e ainda comprado um escâner, equipamento imprescindível para o ajuizamento dos processos tendo em vista que, qualquer processo na justiça hoje é de forma virtual. Hoje o setor jurídico do SINTSEF conta atualmente com 6 advogados e 8 estagiários.

46. O setor jurídico conta com uma nova estrutura totalmente moderna e reformada, agora contamos com 4 salas, inclusive o atendimento individual com advogado resguardando assim, a privacidade dos filiados.

Novas Ações

47. O SINTSEF-CE buscou nesse período reparar danos cometidos pela administração pública aos servidores. Obtivemos êxito é várias ações conforme veremos a seguir.

Manutenção dos 26,05%

48. Em 2013 a união tentou retirar dos proventos servidores redistribuídos da Funasa para o Ministério da Saúde, os 26,05% - o famoso plano verão, porém não conseguiu em virtude da ação movida pelo setor jurídico que obteve uma liminar no STF assegurando a manutenção do plano.

Manutenção da bolsa do Dnocs

49. Em 2013 os servidores do DNOCS foram mais uma vez ameaçados da retirada da famosa bolsa. Felizmente essa ameaça não se concretizou. Pois, o setor jurídico do SINTSEF foi protagonista de uma grande batalha jurídica e, conseguiu novamente que a referida rubrica voltasse aos contracheques de centenas de servidores.

Reajuste CAPESAÚDE

50. Em Fevereiro de 2014 o Sindicato ajuizou uma demanda coletiva contra a CAPESAÚDE em virtude dos aumentos abusivos e, felizmente obtivemos sucesso. Nessa ação o judiciário estabeleceu que o aumento máximo deveria ser o percentual de 10,87% beneficiando centenas de filiados. E assegurando que os mesmos voltassem a pagar um valor justo por seus respectivos planos.

Retirada da GACEN para quem gozou licença prêmio

51. Em razão da retirada arbitrária da GACEN quando os servidores gozavam a Licença Prêmio, como previa a portaria 630/2011, o setor jurídico ajuizou varias demandas dos filiados lesados, e o resultado da ação foi o pagamento da GACEN para quem teve a gratificação excluída erroneamente.

52. O sucesso dessa ação do SINTSEF/CE motivou numa discussão junto a Mesa de Negociação Permanente do Ministério da Saúde que publicou a Portaria 484/2014, revogando o artigo que previa o não pagamento da GACEN durante o gozo da licença prêmio. Uma vitória do setor jurídico favorecendo centena de filiados.

Isenção do PSS sob a GACEN

53. Após análise minuciosa o setor jurídico do SINTSEF, encontrou parâmetros legais para requerer a isenção do pagamento do plano de seguridade social - PSS sob a GACEN, na qual incide o desconto de 11% e, após vários

juízos nos tribunais, a presente ação obteve êxito. Vale salientar que dezenas de servidores já foram beneficiados e receberam os valores pagos indevidamente nos últimos 5 anos e, atualmente não tem desconto do PSS.

100% da GACEN para aposentados e pensionistas.

54. Atualmente sabemos que quando o servidor se aposenta ele só recebe 50% do valor da GACEN e, portanto, no intuito de corrigir essa distorção o setor jurídico do SINTSEF ajuizou uma demanda na qual requer a integralidade da gratificação mencionada. A presente ação foi julgada procedente e, no momento está aguardando julgamento pelo TRF 5, em Recife.

Recebimento da Licença Prêmio em pecúnia

55. Vários servidores ao se aposentar não tinham gozado a licença prêmio e, nem tinham contado para aposentadoria. Diante do prejuízo várias ações foram ajuizadas, inclusive, alguns valores já foram recebidos pelos servidores. No tocante a essa ação, o STJ já pacificou entendimento que o servidor pode recebê-la em pecúnia.

Revisão de Pensão

56. Após a edição da Emenda Constitucional 41/2003 as pensionistas dos servidores públicos federais perderam o direito à Paridade entre os proventos dos servidores ativos/aposentados. Dessa forma, buscando restabelecer um direito extinto pelas alterações legislativas, o SINTSEF ajuizou demandas para as pensionistas requerendo a

extensão da Paridade para os seus benefícios de Pensão. As ações judiciais estão aguardando decisão do Supremo Tribunal Federal.

Correção anuênio dos médicos

57. O objeto da ação visou corrigir os cálculos dos anuênios dos servidores médicos na qual só percebia tal rubrica sob o valor de uma jornada, porém, os mesmos, eram contratados por 40 horas semanais. A lide obteve sucesso e vários servidores já foram contemplados com a ação.

Devolução de imposto de renda dos 28,86%

58. As ações pagas pelo Poder Judiciário sofrem a incidência, em geral, do Imposto de Renda. Essa tributação, antes de 2010, era feita de forma equivocada, tendo em vista que não levava em consideração que, o montante recebido era referente a parcelas que deveriam ter sido pagas mês a mês, e não de forma acumulada como nas RPV's e Precatórios. A tributação de verbas recebidas de forma acumulada gerava valores de imposto de renda altíssimos, razão pela qual o SINTSEF ingressou com demandas requerendo a restituição do referido imposto tributado de forma errada. Vários servidores já foram beneficiados com esta demanda judicial, restando poucos filiados a receberem suas restituições.

FGTS – DESBLOQUEIO

59. Com os expurgos inflacionários (Planos Econômicos) várias demandas coletivas foram ajuizadas no SINTSEF, nos anos

entre 1995-2000, buscando a correção monetária do FGTS. Contudo, tais demandas, no momento da liberação dos valores, encontram óbice por parte da Caixa Econômica. Em face disso, o Setor Jurídico desta Entidade Sindical está ajuizando ações judiciais no Juizado Especial Federal requerendo o desbloqueio das contas de FGTS dos servidores beneficiados com as demandas coletivas. Vale ressaltar que vários servidores já foram beneficiados e novas demandas ainda estão sendo ajuizadas.

Auxílio –Transportes

60. O direito pleiteado na demanda requer o pagamento do auxílio transporte ao servidor que usa seu veículo para se deslocar para o trabalho e, no entanto não recebe o auxílio. O público alvo dessa ação é principalmente os servidores no interior, que muitas vezes, se deslocam de uma cidade para outra e arcam com o prejuízo do transporte sem a contrapartida da União. Muitas ações ajuizadas já tiveram sentenças procedentes, inclusive, determinando a restituição dos valores que não foram pagos nos últimos 5 anos.

Resultado do Trabalho

61. A consequência do esforço do jurídico foi transformada em valores, sendo pago de 2013 a 2015 o montante de R\$ 26.245.444,34 (vinte e seis milhões, duzentos e quarenta e cinco mil, quatrocentos e quarenta e quatro reais e trinta e quatro centavos).

62. No ano de 2013, foi pago R\$ 7.211.331,39 (sete milhões, duzentos e onze mil, trezentos e trinta e um reais e trinta e nove centavos), beneficiando 1.303 filiados (as) de todos os órgãos.

63. No ano de 2014, a ação política e jurídica da atual direção do SINTSEF/CE, beneficiou 2.167 filiados (as), pagando R\$ 17.482.490,58 (dezessete milhões, quatrocentos e oitenta e dois mil, quatrocentos e noventa reais e cinquenta e oito centavos), de 21 (vinte e um) órgãos, sendo pagamento de Requisição de Pequenos Valores (RPVs) e Precatórios.

64. Já em 2015, de janeiro a junho, foram pagos R\$ 1.551.622,37 (um milhão, quinhentos e cinquenta e um mil, seiscentos e vinte e dois reais e trinta e sete centavos), sendo beneficiados 166 filiados (as) de 14 (catorze) órgãos, somente pagamento de RPVs, cujos objetos das ações ajuizadas foram: 3,17%; Resíduos do FGTS; Anuênio sob a dupla jornada dos médicos; Isenção de PSS da GACEN; 28,86%; e Revisão de pensão. Tudo isso foi resultado de muita ação política e jurídica, somada a dedicação e competência da Assessoria Jurídica, sob a supervisão de uma Coordenação Jurídica responsável e totalmente voltada em benefício de seus filiados (as).

65. Relação dos órgãos contemplados no ano de 2013: ANVISA; CNEN; COMANDO DA AERONÁUTICA; COMANDO DA MARINHA; COMANDO DO EXÉRCITO; DNOCS; DNPM; FAE; FUNASA; IBAMA; IBGE; INCRA; INSS; IFECE; MINISTÉRIO DA

AGRICULTURA; MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO; MINISTÉRIO DA FAZENDA; MINISTÉRIO DA JUSTIÇA; MINISTÉRIO DA SAÚDE; MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES; MINISTÉRIO DAS MINAS E ENERGIA; MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO; MINISTÉRIO DO TRABALHO; MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES; UFC; e SUDENE.

66. Relação dos órgãos contemplados no ano de 2014: CNEN; COMANDO DA AERONÁUTICA; COMANDO DO EXÉRCITO; DNOCS; DNPM; FUNASA; IBAMA; INCRA; INSS; MINISTÉRIO DA AGRICULTURA; MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO; MINISTÉRIO DA FAZENDA; MINISTÉRIO DA JUSTIÇA; MINISTÉRIO DA SAÚDE; MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES; MINISTÉRIO DAS MINAS E ENERGIA; MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO; MINISTÉRIO DO TRABALHO; MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES; e MINISTÉRIOS (agrupados).

67. Relação dos órgãos contemplados no ano de 2015: COMANDO DO EXÉRCITO; DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL; DNOCS; FUNASA; IBAMA; INCRA; INSS; IFECE (CRATO); MINISTÉRIO DA AGRICULTURA; MINISTÉRIO DA FAZENDA; MINISTÉRIO DA SAÚDE; MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES; MINISTÉRIO DO TRABALHO; e MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES.

BALANÇO DO SETOR DE COMUNICAÇÃO DO SINTSEF/CE GESTÃO 2013-2016

68. A atual Direção Colegiada cumprindo com o seu papel político de planejar uma alternativa de comunicação sindical na disputa hegemônica com a grande mídia na sociedade, buscou durante esses três anos que passou e, tendo como marco, o último Congresso do Sindicato dos Trabalhadores do Serviço Público Federal no Estado do Ceará, em 2012, e com o total empenho da Coordenação de Comunicação demonstrar a preocupação com o pouco uso dos meios de comunicação sindical nessa disputa.

69. Ao longo das duas últimas décadas, o Brasil passou por avanços tecnológicos dos mais diversos e a atual Direção Colegiada acredita que, pode e deve lutar para transformar a sociedade do nosso país, pois sabemos e compreendemos que o sindicato é uma ferramenta de luta e uma escola de formação política para auxiliar a classe trabalhadora na disputa da luta de classe, como também a Comunicação é a alternativa para a conscientização e transformação dessa sociedade entre explorados e exploradores.

70. A compreensão da atual Coordenação de Comunicação do SINTSEF/CE é da necessidade de criação de uma imprensa alternativa que será uma forma de enfrentamento aos atuais meios de comunicação do nosso país, na busca de fortalecer a luta pelo direito à informação a todos. No nosso

pensamento, uma comunicação com plena liberdade de expressão, utilizando a internet e outros mecanismos, tem sido hoje de fundamental importância na luta do trabalhador.

A comunicação alternativa como instrumento contra-hegemônico

71. Diante de uma hegemonia globalizada, formada por ideias neoliberais e de democracia representativa, que monopoliza decisões econômicas e políticas no mundo, o protagonismo ideológico dos meios de comunicação, como instrumento de sustentação das desigualdades sociais existentes, é inquestionável. Frente a essa realidade adversa e motivada pelos Cursos Anuais do Núcleo Piratininga de Comunicação, que defendem a necessidade de construção de uma mídia alternativa, uma mídia feita pelos trabalhadores, sobre os trabalhadores e para os trabalhadores, a Coordenação de Comunicação do SINTSEF/CE realizou nos dias 25 e 26 de julho de 2014, em Fortaleza, um Projeto Piloto de Oficinas de Comunicação. O objetivo foi levar aos participantes a discussão da comunicação alternativa como via de informação, além da observação crítica em relação à mídia tradicional.
72. Visando alcançar um número maior de servidores, as Oficinas ocorreram de forma descentralizada, ou seja, em cada uma das 8 Delegacias Sindicais.
73. A Oficina de Comunicação piloto teve como público alvo os Coordenadores do SINTSEF/CE, Coordenadores Gerais e de Comunicação das 08 (oito) Delegacias Sindicais e os membros

da Coordenação do Conselho de Delegados Sindicais de Base. Com a presença de aproximadamente 60 (sessenta) companheiros e companheiras, a Oficina de Comunicação piloto, foi ministrada pelos jornalistas Demétrio Andrade e Luciana Barroso de Oliveira (Assessora de Comunicação do SINTSEF/CE) e Raimundo Nonato Costa Júnior.

74. As oficinas descentralizadas começaram no final de 2014 e terminaram em junho de 2015. Todas abordaram a mesma temática: "Mídia alternativa x Mídia tradicional - a interferência das novas tecnologias" e ocorreram na seguinte ordem cronológica:
75. MACIÇO DE BATURITÉ: Ocorreu na sede da DESMAB, no dia 28 de novembro de 2014, com palestras de Luciana Barroso e Raimundo Junior. Participaram cerca de 40 filiados (as). Estiveram presentes os coordenadores de comunicação Artur Camurça e Vera Cândido e os diretores Flávio Inácio, José Amorim, Adriano Duarte, Jucilene Viana, Claudionor da Costa (Pará), Francisco Duarte e Luís Carlos Macêdo. Também participaram as estagiárias de Comunicação, Bárbara Castro e Letícia Almeida.
76. SERTÃO CENTRAL: A Oficina ocorreu na sede da Delegacia Sindical, em Quixadá, no dia 05 de dezembro de 2014. Novamente as palestras foram conduzidas pela assessora de comunicação Luciana Barroso e Raimundo Junior. Houve presença de cerca de 40 filiados (as). Os coordenadores participantes foram: Vera Cândido e Artur Camurça, da

Comunicação, Atilde Figueiredo, José Amorim Neto, Flávio Inácio, Ana Parente e Francisco Duarte, de outras coordenações, e as estagiárias Bárbara Castro e Letícia Almeida.

77. VALE DO JAGUARIBE: A Oficina aconteceu no Centro Vocacional Tecnológico (CVT), na cidade de Russas, no dia 27 de fevereiro de 2015, com a presença de 55 (cinquenta e cinco) filiados (as), entre ativos, aposentados e pensionistas. Os palestrantes Luciana Barroso (Assessora de Comunicação), os filiados José Hibiss e Raimundo Junior foram os facilitadores da discussão que incluiu técnicas de fotografia. Participaram também os coordenadores Vera Cândido, Luís Carlos Macêdo e Flávio Inácio e a estagiária Bárbara Castro.

78. NORTE: A Oficina da Delegacia Sindical da Região Norte, foi realizada no Centro de Controle de Zoonoses de Sobral, no dia 27 de março de 2015. Os palestrantes foram Luciana Barroso, Raimundo Junior e José Hibiss. O encontro contou com a presença aproximada de 50 filiados (as), o diretor José Amorim, e as estagiárias Bárbara Castro e Letícia Almeida.

79. TRÊS CLIMAS: A Oficina foi realizada na CRES da cidade de Itapipoca, no dia 10 de abril de 2015 com os palestrantes Luciana Barroso e Raimundo Junior. Houve a presença de 38 filiados (as), entre ativos e aposentados de vários municípios da Região de Jurisdição política da DESTREC, como também a presença dos coordenadores José Amorim e José Arteiro e das estagiárias Bárbara Castro e Letícia Almeida.

80. CARIRI: A Oficina do Cariri foi realizada no auditório da Delegacia, na cidade do Crato, no dia 21 de maio de 2015. A presença dos filiados (as) ativos, aposentados e pensionistas foi de 55 participantes ao evento e tivemos a presença de um representante do Sindicato dos Bancários da região. Os palestrantes foram Luciana Barroso, José Hibiss e Raimundo Junior com o tema principal e noções de fotografia. Representando a direção colegiada foram os coordenadores Artur Camurça, do Diretor José Arteiro e no suporte as estagiárias Bárbara Castro e Letícia Almeida.

81. CENTRO SUL: A penúltima oficina foi realizada na cidade de Iguatu, mas precisamente no auditório da Delegacia Sindical da Região Centro Sul, no dia 22 de maio de 2015, com a presença de 42 filiados (as) entre ativos, aposentados, pensionistas e uma representação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Jucás. Os palestrantes Luciana Barroso, José Hibiss e Raimundo Junior, levantaram a questão de que a informação que nos chega vem, na maioria das vezes, repleta e impregnada do interesse das elites econômicas e políticas que não nos representam e que manipulam e detêm o poder da mídia no nosso país. A oficina contou com a presença dos diretores Artur Camurça, José Arteiro e das estagiárias Bárbara Castro e Letícia Almeida.

82. INHAMUNS: A Oficina de Comunicação da Delegacia Sindical da Região dos Inhamuns ocorreu no CREA da cidade de Crateús, no dia 19 de junho de 2015, com a presença de 40 filiados (as) que marcou o ciclo de encerramento das

oficinas de comunicação pelo interior do nosso estado. Os palestrantes Luciana Barroso e Raimundo Junior inspirados numa proposta de questionar a hegemonia da grande mídia, encerraram esse ciclo com brilhantismo. Essa Oficina contou com a presença dos diretores Artur Camurça, José Amorim e José Arteiro e das estagiárias Bárbara Castro e Letícia Almeida.

83. O projeto da I Oficina de Comunicação do SINTSEF/CE nasceu da necessidade de uma política de comunicação que, levante o questionamento da informação veiculada pela mídia burguesa. O pensamento da atual coordenação de comunicação é dar continuidade a esse projeto, mostrando a força de uma comunicação alternativa de massa, para a conscientização da luta de classe.

84. Ao todo o público alcançado foi em torno de 500 filiados (as) nas 08 (oito) regiões do estado. O fechamento acontecerá com os filiados na Região Metropolitana de Fortaleza, no segundo semestre de 2015. Um segundo módulo será preparado e ministrado nos mesmos moldes do primeiro, com atividades práticas.

“AS IDEIAS DOMINANTES DE UMA ÉPOCA SEMPRE FORAM ÀS IDEIAS DA CLASSE DOMINANTE”

(KARL MARX E FRIEDRICH ENGELS)

“A IMPRENSA É UMA ARMA; POR QUÊ HAVERIA EU DAR UMA ARMA A MEU INIMIGO?”

(LEON TROTSKY)

BALANÇO DA COORDENAÇÃO SAÚDE DO TRABALHADOR GESTÃO 2013 - 2016

85. A atual direção do Sindicato dos Trabalhadores do Serviço Público Federal no Estado do Ceará e a Coordenação de Saúde do Trabalhador iniciaram este ano uma abordagem pioneira em relação à saúde do trabalhador em vários locais de trabalho. A entidade, que representa cerca de nove mil trabalhadores (as) filiados (as) ao longo dos seus 26 anos de vida em defesa do serviço público e de seus trabalhadores (as), já havia realizado nos últimos anos dois seminários para discutir a temática. Os eventos reuniram filiados de diversas regiões do Ceará, em Fortaleza, e trouxeram enfoques relacionados à qualidade de vida, ergonomia, assédio moral e intoxicação, este último tema bastante pertinente aos servidores federais da ex-Sucam, hoje distribuídos no Ministério da Saúde e Funasa.

86. Este ano, porém, o seminário vem ocorrendo de forma itinerante, nas oito regiões do estado onde o sindicato possui delegacias: Maciço de Baturité, Sertão Central, Inhamúns, Centro Sul, Vale do Jaguaribe, Norte, Três Climats e Cariri. O diferencial do III seminário está não apenas no caráter descentralizado, mas principalmente no fato da Coordenação de Saúde do Trabalhador, que tem à frente da Coordenação, o companheiro Flávio Inácio de Lima, que está visitando os locais de trabalho das cidades de cada região por onde o evento passará.

87. O primeiro encontro, ocorrido na cidade de Russas abrangeu filiados (as) de 20 municípios, da região conhecida como Vale do Jaguaribe. Antes do seminário, a coordenação, acompanhada de um coletivo formado por alguns diretores e filiados do sindicato, visitaram as cidades de Aracati, Limoeiro do Norte, Morada Nova, dentre outras, avaliando as condições de trabalho dos servidores federais em diversos órgãos. Em Aracati, o escritório do IBAMA, órgão responsável por questões ambientais, estava completamente sucateado, com entulho acumulado e trabalhadores mal alojados. A situação se repetiu em outros espaços onde os servidores federais desempenham suas funções, muitos destes de responsabilidade do estado e dos municípios.

88. De acordo com o psicólogo organizacional e técnico de segurança do trabalho Hélio Lopes Batista, um dos palestrantes do seminário, há muitas questões envolvidas no tema que relaciona saúde e trabalho. "A segurança é apenas uma das esferas. As doenças psicológicas, o assédio, a desmotivação, a qualidade do ambiente de trabalho, tudo isso precisa ser bem cuidado para garantir ao trabalhador um dia-a-dia menos penoso", explica.

89. Também pensa assim o coordenador Flávio Inácio: "O trabalhador passa muito tempo no local de trabalho, por isso este ambiente precisa ser agradável, saudável e oferecer as condições para que cada um possa exercer suas funções". Para saber mais sobre a situação específica da categoria que representa, o sindicato está aplicando questionários

sobre as condições de trabalho com os servidores em cada região por onde o seminário passa. Ao final, um dossiê será elaborado, apresentando a real condição dos locais de trabalho dos servidores federais no estado do Ceará.

90. Em uma iniciativa pioneira, a Coordenação de Saúde do Trabalhador do SINTSEF/CE realizou um trabalho de controle médico de saúde ocupacional com seus funcionários. No início deste ano um perito de saúde do trabalho realizou entrevistas com os funcionários da sede da entidade e das oito delegacias do interior do estado, para avaliar a situação do dia-a-dia e do local de trabalho de cada um. Daí foi feito um diagnóstico da situação do corpo funcional do sindicato, que gerou uma demanda de atividades.

91. Essa iniciativa culminou com um Seminário sobre o Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional para todos os funcionários do SINTSEF/CE, incluindo a sede e as oito delegacias do interior, que foi realizado nos dias 08 e 09 de maio de 2015. A proposta foi uma iniciativa da direção colegiada, através da Coordenação de Saúde do Trabalhador e do Coletivo de Saúde. O seminário contou com palestras de diversos temas, como Educação Sanitária; Higiene Ocupacional; Fumo, Álcool e Drogas; Qualidade de vida; Primeiros Socorros; e Higiene Alimentar.

92. A atual Direção Colegiada do SINTSEF/CE e a Coordenação de Saúde do Trabalhador não medem esforços de visitar os locais de trabalho para levantar os problemas da saúde

ocupacional e no final dos trabalhos elaborarem um dossiê a ser apresentado no mês de dezembro de 2015, em Fortaleza, no III Seminário Estadual de Saúde do Trabalhador.

“PRIVATIZARAM SUA VIDA, SEU TRABALHO, SUA HORA DE AMAR E SEU DIREITO DE PENSAR. É DA EMPRESA PRIVADA O SEU PASSO EM FRENTE, SEU PÃO E SEU SALÁRIO. E AGORA NÃO CONTENTE QUEREM PRIVATIZAR O CONHECIMENTO, A SABEDORIA, O PENSAMENTO, QUE SÓ À HUMANIDADE PERTENCE”

(BERTOLD BRECHT)

A ORIGEM DO SERVIÇO PÚBLICO

93. Historicamente o serviço público teve seu início oficial e jurídico na França, no início do século XIX e final do século XX. No entanto, pode-se buscar uma primeira noção na Grécia antiga, onde o serviço “era prestado pelos detentores de grandes fortunas em forma de imposição honrosa, e não pelo poder organizado em forma de estado” (JUSTEN, 2003, p. 17). Posteriormente a esse momento, mas ainda no mesmo período, Grotti (2003, p. 20) atribui a Rousseau o uso originário da expressão “serviço público” de duas maneiras: Concebe-se como atividade estatal que sucede ao serviço do Rei, porque se operou uma substituição na titularidade da soberania e também atividades destinadas ao serviço público, isto é, a atividades das quais se asseguram aos cidadãos a satisfação de uma necessidade sentida coletivamente.

94. O serviço público francês foi fundado na ideia republicana de igualdade e liberdade, sendo caracterizado por disputas que, muitas vezes, ultrapassaram o âmbito jurídico.
95. Ele figura entre as imagens fundadoras sobre as quais apoia a identidade coletiva; mexer com o serviço público é considerado um ato de sacrilégio, que pode atingir os fundamentos do Estado e ferir a unidade nacional (CHEVALLIER, 2007, p.77).
96. A Revolução Industrial propiciou o desenvolvimento econômico e contribuiu para o surgimento de uma diversidade de serviços públicos diferentes, como linhas férreas, telégrafos, telefones, distribuição de água e energia etc., o que delineou o modelo francês do serviço público prestado à população, o que denota que, naquele país, tal serviço é um dos aspectos fundamentais do seu desenvolvimento histórico.

SERVIÇO PÚBLICO NO BRASIL: DO IMPÉRIO À REPÚBLICA ATUAL

97. No Brasil o serviço público teve sua origem em 1808, com a instalação da Real Família Portuguesa que, diante da necessidade de promoção do desenvolvimento da então colônia, dentro dos parâmetros da diplomacia real, percebe a importância do trabalho administrativo.

98. Após a proclamação da República, o funcionalismo tornou-se mais forte, colaborando direta e indiretamente com a administração, executando ações que movimentaram e impulsionaram os serviços básicos e essenciais de que necessitam os cidadãos em suas relações sociais com o Estado, no entanto, não existiam regulamentação nem legislação específica ou mesmo denominação alguma para os servidores da República brasileira.

99. Aos vinte e oito dias do mês de outubro de 1939, surge um dos primeiros documentos que consolida normas referentes ao funcionalismo público: o decreto 1713/39. Em 1943, o então presidente Getúlio Vargas, institui o dia 28 de outubro como dia do funcionário público e, em onze de dezembro de 1990, publica-se o novo estatuto dos Servidores Públicos Civis da União, das Autarquias e das Fundações Públicas Federais, que consolida o termo Servidor Público, através da Lei 8112/90, o Regime Jurídico Único – RJU. No entanto, antes da aprovação da Lei 8112/90, a Constituição Federal de 1988 estabeleceu e forneceu referências em relação ao Serviço Público. A Constituição anterior, a Carta Magna de 1934, nada falava sobre o serviço ou o servidor público.

100. Trata-se de uma atividade de titularidade do Poder Público, que não se desnatura quando a execução é delegada a particulares, pois a Constituição fixa um vínculo orgânico com a Administração, ao dispor, no caput do art. 175, que incumbe ao Poder Público a prestação de serviços públicos, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão (GROTTI, 2003, p.89).

101. A Constituição de 1988 nasce em um momento político que tinha como paradigma a luta entre o comunismo e o capitalismo, consubstanciando-se como uma carta de bem estar social de uma vida mais digna, cujo objetivo é prestar ao cidadão as condições necessárias para se viver dignamente, provendo-lhes as necessidades básicas. Em relação ao Serviço Público, surgem as principais características para sua definição, estabelecendo-se parâmetros para determinar o direito público e o privado. O período anterior foi marcado pela falta de esteio para o servidor e o ingresso era realizado através apadrinhamento ou troca de favores, não havendo a necessidade de concurso público. Só a partir da promulgação da Constituição de 88, com a ideia de justiça centrada na isonomia de oportunidades para todos, através do art. 37, parágrafos I e II, estabeleceu-se o concurso público que, consigo, trouxe mais qualidade ao serviço público.

Texto: Regina Negreiros - Servidora Pública Federal do IFPB | Graduada em Filosofia e pós graduada em Gestão Pública.

Fonte do texto: Recortes de seu trabalho de conclusão em Gestão Pública, com o título: ÉTOS, EDUCAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO: Uma tríade basilar na construção de uma sociedade saudável. * Você poderá encontrar o trabalho completo na biblioteca do IFPB campus João Pessoa.

AVANÇAR NOS DIREITOS, NA LUTA POR UM SERVIÇO PÚBLICO DE QUALIDADE!

TRABALHADORES(AS) DA EBSEH SEJAM BEM-VINDOS (AS)!

102. Os (as) delegados (as) eleitos (as) ao 11º Congresso do SINTSEF/CE saúdam os trabalhadores e trabalhadoras da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSEH) ao terem feito a opção política de se filiarem ao nosso sindicato e se somar aos demais setores do conjunto dos servidores públicos federais para a luta que está posta na ordem do dia, pelo Governo Dilma e seus interlocutores, quanto ao atendimento da pauta de reivindicações.
103. A CONDSEF e o SINTSEF/CE na visão política da luta de classe, não poderiam deixar os (as) trabalhadores (as) sem representatividade classista. A decisão política das direções das nossas entidades de classe foi acertada em sair em defesa dos empregados da EBSEH e representá-los no Acordo Coletivo de Trabalho 2015/2016, como também no ano passado. Hoje, já somos 10 (dez) sindicatos dos Servidores Públicos Federais que representam politicamente e juridicamente os trabalhadores da EBSEH, nos seguintes estados: Alagoas, Ceará, Distrito Federal, Maranhão, Minas Gerais, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Pernambuco, Piauí e Rio Grande do Sul.
104. VIVA OS (AS) TRABALHADORES (AS) DA EBSEH!
105. SOMAR-SE À LUTA JÁ É UMA CONQUISTA!

RETIRADA DOS PROJETOS DE LEI, MPs QUE TRAMITAM NO CONGRESSO

106. PLS 327/14 – Inviabiliza por completo a possibilidade de greve no serviço público e ainda omite a possibilidade de negociação coletiva.
107. PLP 92/07 – Transfere para o setor privado áreas que são de responsabilidade do Estado, tais como: saúde; educação; segurança pública etc.
108. PLP 248/98 – Abre um perigoso precedente para demissão de servidores públicos baseada em suposta “insuficiência de desempenho”, a qual está atrelada às Avaliações de Desempenho.
109. PL 4.330/04 – Amplia as terceirizações e provoca a precarização dos direitos trabalhistas e dos salários.
110. MP 664 e 665/14 – Dificultam o acesso do trabalhador a uma série de benefícios previstos na CLT.
111. PLS 432/13 – Promove retrocesso nas conquistas dos trabalhadores com a chamada PEC do Trabalho Escravo.

LUTAR PELA APROVAÇÃO DOS SEGUINTEs PROJETOS DE LEI e PEC´s

112. PEC 555/06 – Dá fim a contribuição previdenciária de aposentados e pensionistas do serviço público que já contribuíram para a Previdência durante toda a vida laboral.

113. PEC 434/14 – Garante provento integral para servidor que se aposentar por invalidez.
114. PEC 34/07 – Estabelece critérios para realização de concurso interno para ascensão funcional na Administração Pública.
115. PL 5.261/13 – Regulamenta a Convenção 151 da OIT (Organização Internacional do Trabalho) – estabelecendo o princípio da negociação coletiva para os trabalhadores do setor público.
116. PEC 271/13 – Estabelece a isonomia nos benefícios entre os Três Poderes.
117. PL 8.178/14 – Proíbe o assédio moral no serviço público, tornando-o passível de demissão.
118. PL 5.709/13 – Anistia as horas da greve de 2012 e assegura a contagem do período como tempo de serviço e de contribuição para todos os efeitos.
119. PL 4.786/12 – Reabre o prazo para que os demitidos do Governo Collor apresentem requerimento administrativo de retorno ao serviço público (Lei 8.878/94).
120. PLs 4.293/08 e 7.546/10 – Anistiam e reintegram os PDVISTAS estatutários e celetistas que aderiram ao PDV (Plano de Demissão Voluntária) do Governo FHC.

LEGENDAS: MP – Medida Provisória; PEC – Proposta de Emenda Constitucional; PL – Projeto de Lei; PLP – Projeto de Lei Complementar; PLS – Projeto de Lei do Senado.

REIVINDICAÇÃO DOS ANISTIADOS E REINTEGRADOS DA LEI 8.878/94

121. Tabela única de remuneração.
122. Extensão de todas as gratificações que os servidores da Lei 8.112/90 têm direito, aos reintegrados da Lei 8.878/94.
123. Reestruturação da tabela salarial acrescentando quatro padrões.
124. Que sejam computados os anuênios.
125. Licença médica após 15 dias, que sejam adotados os mesmos procedimentos concedidos aos servidores da Lei 8.112/90.
126. Garantia do parcelamento das férias.
127. Pagamento de insalubridade e periculosidade.
128. Combate ao assédio moral.
129. Reenquadramento dos servidores desviados de função.
130. Elaboração e/ou regularização do PPP (Perfil Psicográfico Profissional - antigo SB-40) dos servidores.
131. Reconhecimento do tempo de serviço dos que ficaram afastados da administração pública.
132. Pagamento dos benefícios nos valores discriminados (auxílio alimentação no valor de R\$ 799,00, pagamento de cesta natalina no mesmo valor do auxílio alimentação, extensivo aos servidores afastados por motivo de doenças profissionais, acidente de trabalho, auxílio doença e licença maternidade).

133. Reajuste do auxílio saúde no valor de R\$ 650,00.
134. Reajuste do auxílio pré-escolar no valor de R\$ 312,00.
135. Concessão do vale-cultura, conforme Lei 12.761/12.
136. Auxílio educação no valor de R\$ 560,00 aos servidores e seus dependentes até 18 anos de idade.
137. Capacitação profissional anual.
138. Garantia da atuação sindical dos dirigentes indicados pelas suas entidades e lotado em cada unidade.
139. Garantia do abono do dia se convocado pelo sindicato por escrito.
140. Os servidores em exercício em outro órgão só poderão ser devolvidos ao seu órgão de origem, se a pedido ou quando justificados os motivos.
141. Garantia de espaço nos órgãos quando solicitado pelo sindicato para tratarem de assuntos de interesse da categoria.
142. Que o Governo edite uma orientação normativa sobre os direitos dos trabalhadores como: insalubridade, periculosidade, horas extras e diárias.
143. Enquadramento dos reintegrados no Regime Jurídico da Lei 8.112/90, garantia dos anuênios, reconhecendo o tempo que ficou fora da administração.
144. Que a CONDSEF acompanhe os tramites do PL 4.786/12, que reabre o prazo para aqueles demitidos que ainda não retornaram.

145. Que a CONDSEF cobre do ministério do Planejamento a reunião entre Casa Civil, AGU, Secretaria de Gestão Pública e a CONDSEF, para tratar do enquadramento dos reintegrados da Lei 8.878/94.
146. Que a CONDSEF oriente suas filiadas para realizar atividades junto ao Congresso Nacional quando for votar projetos de interesse dos anistiados e reintegrados.

ASSUNTOS DE APOSENTADORIA

Paridade entre Ativos, Aposentados e Pensionistas

147. Com a criação das gratificações de desempenho ou de produtividade, o governo vem sistematicamente burlando o princípio da paridade inscrito na Constituição Federal. Nesse sentido é necessário a reversão dessa política e exigir do governo Dilma que reconheça e cumpra a Constituição Federal.

Aposentadorias por Invalidez e Compulsória

148. Depois da Emenda 41, de 31/12/2003, essas aposentadorias passaram a ter uma nova redação, que acaba com o princípio da paridade utilizando a forma de cálculo dos proventos que passou a ser feita a partir da média aritmética dos 80% das maiores contribuições recebidas pelo servidor a partir de julho de 1994. A CONDSEF e o SINTSEF/CE vêm lutando pela aprovação da PEC 434/14 que

garante provento integral para o servidor que se aposentar por invalidez.

Aposentadoria Especial

149. Esta é mais uma questão que o governo vem empurrando com a barriga. Apesar das investidas da CONDSEF e do SINTSEF/CE no tocante ao reconhecimento desse direito aos trabalhadores que exerçam as suas atividades em áreas sob a ação de agentes nocivos à saúde ou a integridade física. Esse é mais um tema no qual teremos que priorizar no próximo período.

PEC 555/06

150. Retirada do desconto do Plano de Seguridade Social (PSS) dos aposentados e pensionistas que recebem acima de R\$ 4.663,75, deixando assim de pagar sobre a diferença acima deste valor.

APOSENTADOS E PENSIONISTAS I

151. Depois de ter contribuído muitos anos com a previdência estamos presenciando os benefícios anualmente descendo ladeira abaixo. Os valores atuais recebidos, não correspondem às despesas de muitos aposentados e pensionistas. Foram tantos os brasileiros e brasileiras que durante décadas trabalharam com vigor e deram tudo de si para ajudar a construir o nosso país. No momento em que

chegamos a tão sonhada aposentadoria vem à decepção, pois é nesse momento que mais precisamos de um salário justo. Precisamos de boa alimentação, saúde e tranquilidade, mas como tranquilidade? Os proventos não são suficientes para pagar um plano de saúde, comprar remédios e outras necessidades básicas do idoso.

152. Nunca vimos tantas corrupções desmascaradas em nosso país. Os corruptos deveriam estar presos, pois roubam o dinheiro suado dos aposentados. Disse o senador Paulo Paim. "Um País só será uma nação, uma pátria de verdade, quando efetivamente respeitar os seus 'cabeças prateadas', os seus aposentados e pensionistas, os seus idosos, os seus velhos. Eles deram suas vidas para construir o Brasil. E isso, chama-se amor, dignidade e sabedoria. Por isso, sempre, sempre, sempre estarei na luta defendendo as suas causas, os seus direitos, os seus sonhos".

153. Nunca antes na história deste País, as aposentadorias foram tão corroídas pela inflação e pela soberba ignorância evidenciada pela pior Presidente da República que já tivemos. É preciso urgentemente de um movimento gigantesco, que mobilize toda a Nação para protestar contra o desprezo evidente manifestado perante os aposentados e pensionistas. Não podemos cruzar os braços e permitir o extermínio sutil pela fome, pela doença, pela péssima qualidade de vida, um extermínio lento.

154. O Brasil não é mais um país de jovens, e isso preocupa muitos que se encontram no poder e que tentam a todo custo retirar direitos dos trabalhadores. Os aposentados e pensionistas que já são massacrados, ficam mais penalizados ainda. O governo alega que a Previdência é deficitária, mas sabemos claramente que isso não é verdade.

155. Aposentados e pensionistas ficam muito esquecidos e, muitas vezes, são utilizados como medida eleitoreira. Alguns políticos ficam dizendo que protegem essa categoria, mas na hora de votar, são contra os projetos dos aposentados e pensionistas. Há mais falatório, mais discurso, do que ação. Na prática, é bem diferente do esperado. Os aposentados merecem um tratamento melhor. Primeiro, porque quando eles estavam em atividade às condições de trabalho eram piores do que hoje. Segundo, porque quando a pessoa está aposentada é quando ela mais precisa de um salário digno, de atenção e valorização pelo que já fez pelo seu país.

156. A responsabilidade que há no trabalho com os aposentados vai mais além, exatamente porque não existe uma única regra de aposentadoria, são diversas, sob a ótica do texto original da CF, da EC 20/98, EC 41/03 e EC 47/05, ou seja, cabe oferecer regras mais benéficas ao servidor e não ao Estado, especialmente porque da regra escolhida dependem a paridade e a integralidade dos proventos. O trabalho mais importante é fazer com que a paridade e integralidade dos proventos que estão previstas na constituição brasileira sejam cumpridas. Todas as gratificações sejam incorporadas ao salário base.

157. Muito pode ser feito no sentido de fazer com que os aposentados se mobilizem cada vez mais e se conscientizem de que eles têm que ter o mesmo tratamento, ou até melhor, do que os da ativa. Participar das negociações com o governo e não deixar que esmoreça a luta para que eles se mantenham aguerridos para conseguir o objetivo. Procurar convencer as autoridades para cumprirem a constituição brasileira, mostrando que é politicamente ruim maltratar aposentado. Levantar a autoestima do aposentado e pensionista. Nesses cinco anos, nós crescemos muito. Antes não havia encontros regionais e estaduais de aposentados e pensionistas, havia vez por outra encontro nacional e quando tinha não havia tanta importância, mas hoje é o que tem de mais participativo e politizado as discussões.

158. Conseguimos aprovar a Emenda 47, em 2005, melhorando a situação dos aposentados e de todo o funcionalismo público do Brasil. Essa emenda representou o retorno para a constituição brasileira dos dois mais importantes direitos, que é a paridade e a integralidade. Ou seja, quem entrou no serviço público até a data da Emenda 41, dezembro de 2003, voltou a ter a integralidade e a paridade asseguradas para a sua aposentadoria.

“ENQUANTO HOVER VONTADE DE LUTAR HAVERÁ ESPERANÇA DE VENCER”.

Contribuição de José Atailde Figueiredo - Coordenador de Aposentados e Pensionistas do SINTSEF/CE

APOSENTADOS E PENSIONISTAS II

159. A paridade é uma das reivindicações centrais da Campanha Salarial de 2015 dos Servidores Públicos Federais. A CONDSEF e o SINTSEF/CE estão mobilizando a base de aposentados e pensionistas em todo país e no nosso estado, para participar das ações da nossa Campanha Salarial, com o objetivo de fortalecer mais e mais a luta por melhores condições de vida, como também salariais e de trabalho.
160. Faz-se necessário o Governo Dilma ter vontade política e ordenar aos seus interlocutores na Mesa Nacional de Negociação Permanente, na SRT/MPOG, que é preciso tratar os iguais como iguais e, portanto, conceder a integralidade das gratificações aos aposentados e pensionistas do PGPE, PST e do conjunto do funcionalismo como um todo, tratá-los da mesma forma que vem fazendo com os aposentados da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), Comissão de Valores Mobiliários (CVM), Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Agência Brasileira de Inteligência (ABIN) e Fundação Nacional do Índio (FUNAI). Portanto, a CONDSEF e suas filiadas exigem do Governo Dilma o cumprimento da Emenda Constitucional 47/05, artigo 3º, que garante a integralidade da remuneração para os aposentados e pensionistas.
161. PARIDADE COM INTEGRALIDADE JÁ!

O RETRATO DA SAÚDE PÚBLICA NO BRASIL

162. Falta de medicamentos, isto já virou rotina em nosso país, que não era pra acontecer, porque a maioria de nossa população é pessoa pobre e não tem condições de comprar medicamentos. É dever do Estado cumprir com essa tarefa, pois com aumentos constantes dos remédios a situação cada dia vai piorando.
163. Quem é mais penalizado? Os idosos que necessitam mais de remédios, porque são mais suscetíveis às doenças devido à própria idade. Muitas vezes seus salários não dão para comprar seus medicamentos, devido seus baixos salários.
164. Pior é quem necessita de remédios de alto custo e de uso contínuo... No primeiro caso, muitos pacientes findam quebrando a cadeia de tratamento por falta dos mesmos e muitos tendo que recorrer à justiça para consegui-lo. No segundo, muitos se sacrificam para comprá-los, pois necessitam de usar continuamente e diariamente.
165. Outro grande problema que precisa ser corrigido em nosso país é o desvio de verbas, este sim, é o maior vilão, não só na saúde como em todos os setores, porque hospitais, postos de saúde etc, ficam prejudicados com essas manobras maléficas e acabam sem credibilidade perante o governo, nas quais as verbas não chegam e quando são encaminhadas são desviadas para outros fins, chegando ao absurdo para benefício próprio.

166. Temos um exemplo bem evidente, a CPMF, um imposto criado especificamente para a saúde e até hoje ninguém sabe dizer onde foi gasto todo aquele dinheiro, no qual foi um fator primordial para sua extinção. Hoje já se fala na volta do imposto, só que, se não houver uma fiscalização rigorosa sobre esse tributo de nada valerá, pois o dinheiro terá o mesmo rumo.

167. O problema de desvios de verbas em nosso país, já tornou-se uma rotina, ou muda a legislação para que sejam punidos com rigor estes corruptos, ou chegará a se tornar um caso irreversível, se é que já não é.

168. Hospitais insuficientes e mal aparelhados são outros motivos do não funcionamento do sistema. Precisamos construir mais hospitais em nosso país, pois o número é tão limitado que na maioria das vezes as pessoas são obrigadas a se deslocarem para os grandes centros para poderem ser atendidas.

169. Precisamos de uma política de saúde pública que atenda as necessidades do povo, com criação de novos hospitais para que possamos ter um atendimento digno e de qualidade, embora não podemos negar que houve um avanço, e muitos hospitais foram construídos ultimamente.

170. Mas, só a construção de novos hospitais sem o devido aparelhamento não resolverá o problema. Temos que ter hospitais, mas que sejam bem aparelhados. Não adianta construir muitos hospitais sem o devido aparelhamento.

171. Diante de todas estas circunstâncias, podemos perceber que nosso país precisa muito melhorar a saúde pública, pois necessitamos a implementação de políticas de saúde que consigam melhorar esse setor e com políticas que atendam com mais responsabilidade nosso povo, e não com o atendimento precário que hoje existe no Brasil, por falta de vontade política dos governantes e falta de investimentos na saúde pública do nosso país.

Contribuição de Francisco de Assis Agostinho de Oliveira -
Delegado Sindical de Base do Ministério da Saúde na Região
do Cariri

PLANO DE LUTAS

172. Cobrar do governo para que cumpra o MANDADO DE INJUNÇÃO 880 suspenso pelo governo, cumprindo a decisão do Supremo Tribunal Federal, para que os servidores possam solicitar a contagem especial de tempo para a aposentadoria, levando em conta períodos trabalhados em condições insalubres ou de periculosidade.
173. Essa medida de suspensão tomada pelo governo atinge também o abono de permanência, que é a não contribuição para a previdência, já que à época que estava valendo a contagem do tempo especial em converter em tempo comum, muitos servidores entraram com o pedido e conseguiram... Agora estão sendo ameaçados de voltarem a contribuir com a previdência.
174. Reivindicar para que o governo aumente sua coparticipação com os planos de saúde, para que seus associados tenham um desconto que não possa onerar tanto o seu salário.

Contribuição de Francisco de Assis Agostinho de Oliveira – Delegado Sindical de Base do Min. da Saúde na Região do Cariri

REIVINDICAÇÕES GERAIS

175. Pela aprovação da PEC 555/06, que trata da suspensão do desconto do Plano de Seguridade Social (PSS) dos aposentados do serviço público federal.

176. Equiparação com a Lei 12.277/10 para todos os trabalhadores que estão com a remuneração abaixo dos cinco cargos específicos (NS, NI e NA).
177. Pela aprovação dos Projetos de Lei 4.293/08 e 7.546/10 que tratam do retorno ao trabalho dos PDVISTAS Estatutários e Celetistas.
178. Defesa do Regime Jurídico Único - Lei 8.112/90 na Administração Pública Federal, com o fim de outros regimes que precarizam os direitos dos (as) trabalhadores (as).
179. Regulamentação da Negociação Coletiva na Administração Pública Federal, Estadual e Municipal.
180. Pelo fim do Imposto Sindical.
181. Contra qualquer reforma que retire direitos dos (as) trabalhadores (as).
182. Contra qualquer política discriminatória que afete a igualdade de oportunidades no serviço público, com viés de gênero, raça, geração e orientação sexual.
183. Contra o assédio moral nos locais de trabalho.
184. Lutar por políticas públicas de preparo à aposentadoria dos trabalhadores do serviço público federal, com a participação das entidades sindicais.
185. Lutar por políticas públicas de sensibilização e conscientização dos trabalhadores do serviço público e da sociedade em geral quanto à questão dos abusos contra pessoas idosas e a necessidade de tratá-las com respeito, gratidão, dignidade e consideração.

186. Instituir gratificação de qualificação para todos os setores que ainda não tem esse direito.
187. Política Salarial permanente com reposição inflacionária, valorização do salário base e incorporação das gratificações.
188. Índice de reajuste linear de 27,3%.
189. Cumprimento, por parte do governo, dos acordos, protocolos e memoriais de intenções firmados entre o governo, CONDSEF e a CUT.
190. Cumprimento do Mandado de Injunção 880/09, na sua íntegra.
191. Abertura de concurso público.
192. Retirada dos PLs, PLPs, MPs e Decretos contrários aos interesses dos servidores públicos.
193. Aprovação imediata dos projetos de interesse dos servidores.
194. Paridade e integralidade entre ativos, aposentados e pensionistas.
195. Reajuste dos benefícios pelo maior valor pago no Serviço Público Federal.
196. Definição da data base (1º de Maio).
197. Lutar pela efetividade de Políticas Públicas no combate à violência contra a mulher, assim como crianças e adolescentes.
198. Lutar pela mudança do formato de aposentadoria no

- tocante à gratificação de desempenho, levando a média dos últimos cinco anos dos pontos para a aposentadoria.
199. Implantação do turno ininterrupto de 6 horas, sem redução de salários, para os servidores que fazem atendimento ao público e do turno de 7 horas ininterruptas, com uma hora de sobreaviso, para os servidores que não fazem atendimento ao público.
200. Descentralização das políticas do governo com fiscalização e acompanhamento de todos os convênios por servidores efetivos.
201. Chega de corrupção, lugar de corrupto é na cadeia!

REIVINDICAÇÕES ESPECÍFICAS

Carreira da Previdência, Saúde e Trabalho

202. Elaborar propostas para a saúde dos servidores, em particular aqueles acometidos de intoxicação decorrente de serviços com uso permanente de inseticida.
203. Reestruturação da Carreira.
204. Reajuste da GACEN conforme INPC anual e extensão para os servidores que ficaram excluídos.
205. Criação da gratificação indigenista para os servidores da SESAI.

Plano Geral de Cargos do Poder Executivo

- 206. Equalização Salarial dos três níveis conforme percentual dado aos cinco Cargos de Infraestrutura (PL 5.920/09).
- 207. Reestruturação do Plano Geral.

Plano Especial de Cargos dos Servidores do Departamento Nacional de Produção Mineral – DNPM

- 208. Revisão das Carreiras e Plano Especial de Cargos.
- 209. Transformação do DNPM em Agência Reguladora.

Carreiras do INCRA

- 210. Reestruturação das Carreiras do INCRA.
- 211. Equiparação com a tabela salarial do IBAMA.
- 212. Instituição de adicionais de titulação e de incentivo à qualificação aos servidores integrantes do Plano Especial de Cargos do INCRA.

Plano Especial de Cargos da Cultura

- 213. Instituição de adicionais de titulação e de incentivo à qualificação aos servidores integrantes do Plano Especial de Cargos da Cultura.
- 214. Reestruturação do PEC.

Carreiras e Plano Especial de Cargos do Meio Ambiente e IBAMA

- 215. Reestruturação da Carreira de Especialista em Meio Ambiente (CEMA).

- 216. Plano Especial de Cargos do MMA e do IBAMA (PECMA).

Carreiras das Agências Reguladoras

- 217. Revisão das carreiras aplicáveis às agências reguladoras, objetivando a constituição de uma só carreira.

Servidores da Secretaria do Patrimônio da União

- 218. Plano de Carreira.

Carreiras e Plano Especial de Cargos do DNIT

- 219. Reestruturação das carreiras e do Plano Especial de Cargos do DNIT.

Plano de Carreiras e Cargos da Tecnologia Militar

- 220. Reestruturação da tabela remuneratória.
- 221. Inclusão no PCCTM, dos servidores civis das áreas administrativa e logística lotados no Ministério da Defesa e órgãos vinculados.

Servidores integrantes do PECFAZ - Ministério da Fazenda

- 222. Revisão do plano e elaboração de uma carreira.
- 223. Isonomia com a Lei 12.277/10 (NS, NI e NA).

Servidores Integrantes do Quadro de Pessoal da AGU

- 224. Plano de Carreira.

Servidores Integrantes do Quadro de Pessoal do Ministério da Agricultura, não integrantes de carreiras ou planos especiais estruturados

225. Instituir uma Gratificação a título de adiantamento de Plano de Carreira para os Servidores Administrativos do MAPA.

Servidores Integrantes das Estruturas Funcionais da Ciência e Tecnologia (INPI e INMETRO)

226. Reestruturação da Tabela Remuneratória.

Servidores da FUNAI

227. Estruturação do Plano de Carreira Indigenista.

Departamento de Ciência e Tecnologia do Exército Brasileiro

228. Enquadramento dos servidores egressos do PCC e PGPE na Carreira da Ciência & Tecnologia.

Servidores Anistiados

229. Enquadramento dos servidores anistiados na forma da Lei 8.878/94 e do Decreto 6.077/07, no Regime Jurídico Único (RJU) da Lei 8.112/90.

Servidores Integrantes do PEC da Polícia Rodoviária Federal

230. Restabelecimento do pagamento da GDAR.

231. Reestruturação do PEC.

Servidores do Ministério do Desenvolvimento Agrário

232. Tratamento funcional idêntico ao dispensado aos servidores do INCRA, com enquadramento na Carreira de Desenvolvimento Agrário.

Servidores da FUNASA

233. Criação e Estruturação da Carreira de Saneamento Básico e Saúde Ambiental.

Servidores do DNOCS

234. Reestruturação do DNOCS, com a criação de um plano de carreira para os servidores do órgão.

235. Abertura de Concurso Público.

BANDEIRAS DE LUTA

- 236. Manter uma postura classista e de combate ao assistencialismo no SINTSEF/CE.
- 237. Apoio irrestrito a todas as lutas que têm como bandeira o fim do Sistema Capitalista.
- 238. Apoio irrestrito aos movimentos grevistas dos trabalhadores.
- 239. Nenhuma privatização e reestatização das empresas já privatizadas.
- 240. Pelo não pagamento da dívida externa.
- 241. Implantação do salário mínimo de acordo com o índice do DIEESE, reajustando de acordo com a inflação.
- 242. Política de moradia para atender a todos os trabalhadores.
- 243. Defesa do meio ambiente.
- 244. Manter a CUT, CONDSEF e o SINTSEF/CE, independentes de todo e qualquer governo, patrões e partidos políticos.
- 245. Aposentadoria integral para todos os trabalhadores.
- 246. Todo apoio à Luta da Classe Trabalhadora contra as propostas do Governo Dilma que retiram direitos e conquistas dos trabalhadores!

ASSINAM ESTA TESE: GRUPO DOS INDEPEDENTES, ALIADOS E ABERTA A NOVAS ADESÕES...

TESE 2

UNIDADE E LUTA PARA CONQUISTAR AS REIVINDICAÇÕES

APRESENTAÇÃO

- 247. Estamos passando por um momento crucial da sociedade brasileira, que enfrenta uma crise política, com fortes impactos na economia. Os desdobramentos dessa crise, ainda imprevisíveis, dependerão, em grande parte, do papel que as organizações dos trabalhadores como a CUT, a CONDSEF e o SINTSEF/CE desempenharem, articulando os movimentos sociais e populares no enfrentamento aos setores da sociedade que se opõem aos avanços dos direitos e conquistas da classe trabalhadora.
- 248. Neste cenário, o 11º Congresso do SINTSEF/CE assume um significado especial, por ser concebido como um processo que mobiliza os servidores federais, a partir das bases para debater os desafios colocados à classe trabalhadora, colocando-a em movimento para defender seus direitos e conquistar suas reivindicações. Nesse sentido apresentamos nossa tese aos delegados e delegadas para contribuir com o debate, um bom congresso.

CONJUNTURA INTERNACIONAL

249. Num mundo mergulhado na crise do capitalismo, em que o desemprego atinge mais de 200 milhões e com previsão de aumentar segundo a Organização Internacional do Trabalho - OIT, o imperialismo busca via guerras aos povos e ataques aos direitos e conquistas dos trabalhadores impor sua política de pilhagem e desagregação.
250. É a crise mais longa e intensa desde a depressão mundial do final dos anos vinte do século passado, causada pelas contradições do processo de acumulação hegemônico pelo capital financeiro, especulativo e predatório. A concorrência entre grandes corporações capitalistas define as medidas adotadas para o enfrentamento da crise sistêmica. Arrasta nações e blocos regionais para a rivalidade industrial, comercial, financeira e militar.
251. Ingressamos numa fase aguda de conflitos em que as fronteiras e identidades nacionais sucumbem aos interesses das grandes corporações que se confrontam no terreno do sistema mundial financeirizado. Destaca-se, nesse processo, o poder da rede de organizações transnacionais, sobretudo dos bancos, na determinação dos rumos da economia internacional. Cerca de 147 supercorporações detêm o controle de 60% das operações financeiras envolvendo a produção e venda de mercadorias e serviços em todo o mundo.

252. No bojo da crise do sistema capitalista, o ideário neoliberal se impõe como pensamento dominante, definindo como solução um conjunto de políticas que restringem o papel do Estado como indutor do desenvolvimento e regulador do mercado, impõem a retirada de direitos e a precarização do trabalho e restringem os gastos públicos em políticas sociais.
253. Neste cenário, a luta de classes intensifica-se e apresenta contornos mais nítidos, demonstrando as questões que colocam em campos opostos os setores da sociedade e definindo os espaços em que elas se movimentam como forças políticas em defesa de seus interesses. Para a classe trabalhadora, esse é um momento crucial.
254. Uma nação imperialista, como os Estados Unidos, torna-se mais perigosa quando corre o risco de perder sua hegemonia do que quando está expandindo seu império. A ação dos serviços de espionagem como a CIA e a NSA, fazendo monitoramento das comunicações de telefones ou mensagens eletrônicas de líderes mundiais, mostra que não existem limites ao governo norte-americano para impor seus interesses.
255. Sua ação imperialista continua, em várias partes do mundo, visando impedir o crescimento e a influência de países que possam prejudicar seu domínio. Usa diretamente a intervenção militar ou recorre a outros mecanismos, como o financiamento de organizações e institutos que propagam

ideias gerais como a defesa da democracia, da liberdade e o combate à corrupção para fomentar movimentos de massa, mobilizados pelas redes sociais e apoiados pela mídia tradicional.

256. Foi o que ocorreu na Ucrânia, onde a União Europeia e os Estados Unidos tinham interesse em combater a influência russa. Não tiveram pudor de se aliar a grupos neonazistas para a derrubar um presidente eleito e fomentar uma guerra civil.

257. No norte da África e no Oriente Médio, o imperialismo buscou tirar proveito das convulsões sociais conhecidas como Primavera Árabe para expandir o seu poder e desestabilizar governos que não atendiam plenamente seus interesses, mesmo que o resultado dessa intervenção saísse de seu controle. Em alguns casos, buscou fomentar e influenciar nos rumos de mobilizações já existentes. Em outros, “fabricou” mobilizações para a opinião pública, com apoio das poucas agências de notícias de alcance global, para legitimar o financiamento a grupos armados opositores, a mobilização de mercenários e bombardeios. Síria e Líbia são os dois principais exemplos dessa estratégia, países que agora estão fragmentados por guerras civis e veem o aumento do fundamentalismo religioso. Iniciativas dessa natureza, além da invasão e destruição do Iraque, favoreceram o surgimento do Estado Islâmico.

258. Na América Latina e no Caribe, não tem sido diferente. Não é segredo para ninguém que, sempre que pode, usando o surrado pretexto de “promover a liberdade e a democracia” e promovendo amplas campanhas de propaganda regadas a dinheiro farto, o imperialismo dos EUA desestabiliza e derruba governos quando os vê como estorvo aos interesses de suas multinacionais, como aconteceu em Honduras e no Paraguai.

259. Usando método semelhante, estendem essa estratégia para a Argentina, a Venezuela e o Brasil. Na Argentina, partidos opositores da direita, pautados pelos “acontecimentos” da conspiração que matou um procurador federal, tentam desestabilizar o governo argentino num período que antecede as eleições presidenciais em 2015.

260. Na Venezuela, intensificam-se as pressões para que o governo de Maduro implemente ajustes fiscais, aumente as concessões às empresas e retire direitos e benefícios dos trabalhadores conquistados com a reforma da Lei Orgânica do Trabalho, durante o governo Chávez em 2010. As leis recentemente aprovadas pelo governo Obama, de sanções a funcionários do governo venezuelano, combinam-se com a criação de um fundo especial do Departamento de Estado dos EUA, de 5 milhões de dólares, cujo objetivo é ajudar a direita opositora no trabalho sujo de aumentar a instabilidade política no país.

261. No Brasil, as manifestações de rua organizadas pelos setores da sociedade que não aceitaram os resultados do segundo turno das eleições presidenciais contaram com a participação ativa de entidades cujos dirigentes foram treinados e receberam recursos financeiros de organizações norte-americanas. Elas alimentam nas redes sociais a campanha pelo impeachment da presidente Dilma, fomentam o ódio e a criminalização do PT, dos sindicatos e dos movimentos sociais que atuam no campo da esquerda.

262. Na América Latina destaca-se a luta que no Brasil a CUT vem protagonizando, junto com centrais sindicais e movimentos sociais parceiros, em defesa dos direitos, da democracia, da Petrobrás e do projeto de desenvolvimento vitorioso nas eleições de 2014. A CUT continua sendo uma referência importante para o movimento sindical internacional, como revela o fato de ter conquistado a presidência da CSI. Deve continuar utilizando essa influência para reforçar as relações Sul-Sul com Centrais Sindicais comprometidas com a luta contra o imperialismo e o neoliberalismo, numa defesa intransigente dos direitos dos/as trabalhadores/as, dos direitos humanos, da democracia, da soberania das nações e do processo de desenvolvimento com inclusão social. Destaque deve ser dado à continuidade da ação da CUT na América Latina e na região do Caribe, onde desenvolve em parceria com a CSA projetos de cooperação visando o fortalecimento do movimento sindical.

263. Repercutindo a política ditada pelos EUA, as “instituições internacionais” pressionam os governos a cortar os gastos do Estado, privatizar, diminuir serviços públicos – como saúde, educação, transportes –, atacar todos os direitos, como a aposentadoria, rebaixar salários dentre outros malefícios.

264. E diante da resistência dos trabalhadores e povos que lutam contra a pilhagem dos seus recursos naturais e se recusam a aceitar serem empurrados para a barbárie, a resposta do imperialismo é a guerra, a intervenção militar, o esmagamento da soberania nacional, a provocação de confrontos e guerras civis para impedir que prevaleça a vontade soberana dos povos.

265. Impossível prever qual desfecho de cada um dos momentos de uma crise que se torna permanente. Mas quem pode duvidar que a continuar a dominação do imperialismo continuará essa ofensiva com mais sofrimentos para os povos?

266. Um rastro de desagregação econômica e social é deixado onde são aplicadas as “receitas” do FMI, do Banco Mundial, da Comissão Europeia (a troika). O desemprego entre os jovens é de 60% na Grécia; 56% na Espanha; 42% em Portugal; 38% na Itália. Mas o capital financeiro exige sempre mais e a ofensiva contra os direitos sociais e a legislação do trabalho é permanente.

267. Duros ataques são dados pelo imperialismo, que tenta retomar o controle e o espaço perdidos e mira nos direitos e nas conquistas dos trabalhadores. Pressionados, os povos e as

nações da Europa estão sendo submetidos, nos últimos anos, a rigorosos planos de ajustes fiscais, que criam um cenário de desemprego, arrocho e recessão.

268. Na América Latina, países que estão implementando políticas de desenvolvimento que reduzem as desigualdades sociais e promovem a inclusão social de setores antes marginalizados da população e que buscam construir, no plano internacional, projetos de integração regional, sofrem a pressão imperialista que tem buscado sua desestabilização política. É o que tem acontecido na Venezuela, na Argentina e mais recentemente no Brasil.

269. A América Latina até recentemente não sofria o peso brutal da crise (a exceção do México e países da América Central muito dependentes do mercado dos EUA). Em última análise isso se deveu à luta dos povos da região contra a política imperialista dos EUA (por exemplo, a ALCA que foi barrada), a mesma luta que levou ao poder, numa série de países, governos com base popular. Sob pressão dessa luta dos povos, esses governos adotaram políticas de distribuição de renda (salários, terras) alguns chegaram a reestatizar setores da economia. Mas, hoje todos estão submetidos às pressões destrutivas da crise e são pressionados a recuar no que avançaram. Como são governos que tem audiência nas massas, ao invés de ceder aos “investidores” e especuladores internacionais, eles podem avançar numa política de ruptura com o imperialismo e suas instituições (FMI, OMC, Banco Mundial).

CONJUNTURA NACIONAL

CORRUPÇÃO SE COMBATE COM REFORMA POLÍTICA E ESSA SE FAZ COM CONSTITUINTE

270. Com o Congresso eleito por regras antidemocráticas e com o perfil mais conservador desde 1964, é preciso profundar a democracia com uma Constituinte para a Reforma Política, pois corrupção se combate com o fim do financiamento empresarial de campanhas e partidos, pelas reformas estruturais pendentes, como a reforma agrária, a democratização da mídia, a reforma tributária.

271. Desde novembro de 2013 num grande encontro nacional que reuniu de forma unitária mais de 430 organizações sindicais, populares e partidárias (entre elas a CUT, a UNE, o MST) num passo importante na Campanha do Plebiscito Popular por uma Assembleia Constituinte para fazer a reforma política. Durante meses milhares de militantes, centenas de manifestações, debates e reuniões culminaram numa votação histórica na semana da pátria do ano seguinte.

272. De 1 a 7 de setembro de 2014, houve um grande Plebiscito Popular onde recolheu quase 8 milhões de votos em todo o país respondendo à seguinte pergunta: “Você é a favor de uma Constituinte Exclusiva e Soberana do Sistema Político?”. Cerca de 97% das pessoas disseram “SIM”.

273. O resultado da votação do Plebiscito Popular por uma Constituinte Exclusiva e Soberana sobre o Sistema Político foi entregue aos três poderes da República exigindo para que esse mesmo plebiscito fosse realizado de modo oficial para que seu resultado ganhasse força de lei.

274. A presidente Dilma recebeu o resultado da votação do plebiscito em 13 de outubro de 2014 num ato político em Brasília, que reuniu cerca de mil pessoas representando as entidades que organizaram o plebiscito. Este evento ocorreu faltando duas semanas para o 2º turno das eleições presidenciais.

275. Na ocasião da entrega, e mesmo depois, a presidenta Dilma afirmou concordar com a necessidade de um plebiscito para fazer a reforma política, que só poderia ser feita com participação popular, pois acredita que esse congresso não se “auto reformará”.

276. Entretanto, a mídia plantou uma grande confusão, como se a polêmica sobre a reforma política fosse entre duas formas de consulta popular: um plebiscito ou um referendo. A falsa polêmica contrapõe uma proposta na qual os deputados juntaram todos os 37 projetos que tratavam de reforma política e os transformaram em uma única Proposta de Emenda Constitucional que não toca nos principais problemas do nosso sistema político. Após essa aprovação, levariam o resultado para uma votação (referendo), na qual o povo diria “sim” ou “não”.

277. Na nossa proposta, um projeto de Decreto Legislativo (PDL 1508/2014), será feito um Plebiscito Oficial sobre a convocação de uma Constituinte, Exclusiva e Soberana do Sistema Político, ou seja, uma assembleia de representantes do povo, livremente eleita, diferente do próprio Congresso, que promova as mudanças necessárias no sistema político e que uma vez terminado o seu trabalho seja dissolvida. Isso porque não acreditamos que o atual Congresso fará uma verdadeira reforma, reforma esta que possa colocar em questão seus próprios privilégios.

278. Enfrentando forças reacionárias, sustentada pelo imperialismo com seus partidos e a mídia, que não querem mudanças no país atacaram esta proposta reafirmada por Dilma na semana seguinte a sua reeleição. Deparando-se com obstáculos daqueles que acusaram esta campanha de “diversionismo”, posicionando contra o Plebiscito da Constituinte como a Conlutas. Esta campanha é uma vitória da mobilização popular que adentrou na campanha eleitoral de 2014 como um divisor de águas para a vitória daqueles que lutam por mudanças radicais no país.

279. O nosso lado é com os trabalhadores e o povo, não com os banqueiros e a imprensa. A luta exige unidade contra os exploradores que querem as coisas como estão, que defendem as instituições atuais herdadas da ditadura militar, como a reação conservadora do PSDB, apoiado pelo PMDB e pela mídia. Por isso, neste momento é necessária uma ampla unidade daqueles que querem verdadeiras mudanças no país.

280. O contexto do conflito classista exige que avancemos na unidade da classe para, em conjunto com a maioria, conquistarmos um Plebiscito oficial da Constituinte. Precisamos mobilizar para cobrar do governo, com toda a autoridade, as reivindicações da maioria explorada e oprimida. Nesta via se ampliará a possibilidade de abrir caminho para as demandas do povo travadas neste Congresso Nacional como a redução da jornada para 40h sem redução de salário, o fim do fator previdenciário, a reestatização das empresas privatizadas, a reforma agrária, o fim do superávit fiscal primário, aumento de verbas para o serviço público como educação, saúde e transporte dentre outros.

281. A CUT sempre esteve nas ruas denunciando a corrupção e a influência do poder econômico sobre as decisões políticas em nosso país. Para aprofundar a democracia, valorizar a participação popular com a inclusão de negros, mulheres e jovens temos que reivindicar a Reforma Política construída e proposta pelos movimentos sociais. Não podemos aceitar que os interesses das empresas e corporações prevaleçam diante do bem estar e necessidade do povo brasileiro.

282. A posição da CUT é: "Corrupção se combate com Reforma Política e essa se faz com Constituinte exclusiva", com o fim do financiamento empresarial de campanha. Ao mesmo tempo propomos a mais ampla unidade pelo "Devolve Gilmar". (Há mais de um ano, Gilmar Mendes vem segurando a votação da ADI 4650 que trata da proibição

do financiamento empresarial de campanhas políticas. A votação no STF estava 6x1 pela proibição, porém ele pediu vistas ao processo e até agora não o devolveu nem declarou seu voto, impedindo a conclusão da votação) e contra a PEC dos corruptores (PEC 352/344) de Eduardo Cunha. Para o fim da corrupção seguimos em luta por uma reforma política ampla, que mude profundamente a estrutura do sistema político brasileiro, garantindo leis e mecanismos para participação popular nas decisões

283. Em 2014 a CUT teve participação destacada no plebiscito popular pela constituinte para a Reforma Política do sistema político brasileiro realizado na semana da pátria (2014) coletou cerca de oito milhões de votos sendo 97% destes afirmando SIM para uma Assembleia Constituinte no país.

284. É urgente uma Reforma Política no Brasil através de um Plebiscito oficial da Constituinte para varrer as instituições herdadas da ditadura militar como o congresso nacional e destravar a pauta dos trabalhadores no parlamento, reconhecemos a necessidade de que o SINTSEF/CE retome sua participação na campanha e organize a sua base para se engajar nas mobilizações nacionais e nos Estados que tenham como pauta o Plebiscito por uma Assembleia Constituinte e Soberana do sistema político brasileiro.

285. Sabemos que a nossa proposta só será aprovada com muita luta e mobilização social, pois fere os interesses e privilégios dos que se beneficiam do atual sistema político:

os empresários, banqueiros, latifundiários, etc. Por isso, convidamos todos àqueles que votaram no Plebiscito Popular e todos aqueles que desejam mudanças profundas na sociedade brasileira a se mobilizarem conosco!

A REELEIÇÃO DE DILMA ROUSSEFF

286. A reeleição de Dilma Rousseff no 2º turno foi fruto da garra e da força da militância em todo o país, arrancada nas ruas com grande participação dos trabalhadores e da juventude impondo uma derrota a todos os setores da burguesia tendo a frente a mídia golpista. Como que numa última cartada de desespero para salvar a candidatura de Aécio Neves do PSDB, a revista Veja antecipou em dois dias sua publicação semanal com falsas denúncias às vésperas do pleito, mesmo desafiando a proibição da sua vinculação determinada pelo TSE. No entanto, o povo trabalhador desse país sabe o que sofreu entre os anos de 1995 e 2002 do governo de FHC do PSDB, com desemprego, arrocho salarial e tantas outras mazelas não queria esse retrocesso por isso agarrou-se a candidatura do PT como a única capaz de manter suas conquistas e a possibilidade de avançar ainda mais as suas reivindicações.
287. A presidenta e candidata à reeleição, Dilma Rousseff, em reunião realizada cerca de uma semana antes do pleito que contou com vários representantes do governo dentre

eles o Ministro Chefe da Casa Civil - Aluísio Mercadante se comprometeu com as entidades representativas de servidores públicos. O compromisso gerou um documento com uma agenda propositiva para debate de onze pontos considerados fundamentais para avançar na discussão das reivindicações dos servidores federais. Participaram da reunião as entidades que representam a maioria dos servidores do Executivo, entre elas a CONDSEF (Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Federal), maior da América Latina em representação desta base, além da CNTSS (Confederação Nacional dos Trabalhadores em Saúde e Seguridade Social), SINAGÊNCIAS (Sindicato Nacional dos Trabalhadores em Agências Reguladoras), CNTE (Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação) e a CUT (Central Única dos Trabalhadores).

288. Os movimentos sindicais, populares e estudantis foram decisivos para a reeleição apertada de Dilma, para barrar o retrocesso representado por Aécio Neves e defender as conquistas e direitos dos trabalhadores, a composição do novo governo e suas primeiras medidas provocaram decepção nos seus próprios eleitores. Inimigos declarados dos trabalhadores do campo e da cidade, como Kátia Abreu e Armando Monteiro (ex-presidente da Confederação Nacional da Indústria) ganharam postos de ministros e a economia foi entregue a Joaquim Levy, representante dos interesses dos bancos e um economista "neoliberal" da tristemente famosa escola de Chicago.

289. Desde sua posse, praticamente, o 2º governo Dilma entrou em crise. A oposição, à direita e os oportunistas de sempre do PMDB se animaram. Sintomaticamente todos eles defendem o ministro Levy e seu ajuste fiscal, mas multiplicam dentro e fora do governo uma política de sangrar Dilma e o PT.

290. Nas ruas promovendo manifestações e painéis com o tema da corrupção e o PT como alvo. Dentro do governo, ampliando o espaço do PMDB e bancando a política econômica do “infiltrado Levy” (como diz Stédile do MST), que já provoca desemprego, alta crescente das taxas de juros, cortes de investimentos públicos e que conduz dentro da receita de ajustes fiscais aplicados em outras partes do mundo, à recessão com o pretexto de equilibrar as contas do governo.

291. Diante da paralisia do PT, coube à CUT e os movimentos sociais oferecerem um ponto de apoio à resistência contra a ofensiva da direita, que inclui a ameaça permanente de “impeachment” contra Dilma (na expectativa que a Lava Jato forneça alguma base concreta para tanto), que funciona como pressão para que o governo ceda ainda mais aos interesses do “andar de cima”.

A LUTA PELA RETIRADA DAS MEDIDAS PROVISÓRIAS 644 E 665

292. Na virada do ano de 2014 o governo federal editou duas Medidas Provisórias (664 e 665) justificando “corrigir distorções e fraudes” em direitos sociais, mas que segundo a Nota da CUT e outras centrais sindicais, “atacam e reduzem direitos referentes ao seguro-desemprego, abono salarial (PIS-PASEP), seguro-defeso, auxílio-reclusão, pensões, auxílio-doença e, ainda, estabelece a terceirização da perícia médica para o âmbito das empresas privadas”. A nota destaca que as medidas “vão na contramão do compromisso com a manutenção dos direitos trabalhistas” e, concluem “de forma unânime reivindicam a revogação/ retirada dessas MPs”.

293. Em aberta contradição com o discurso eleitoral e de posse da presidente – que não reduziria direitos trabalhistas – as MPs atacam os setores mais vulneráveis, os trabalhadores de baixa renda e os que ingressarem no mercado de trabalho, dificultando o acesso ao seguro desemprego (exigindo 18 meses de trabalho para o 1º acesso, num país campeão de rotatividade, à pensão por morte (reduzida em até 50%) e ao abono salarial do PIS/PASEP (antes concedido após 1 mês de vínculo, passaria a exigir 6 meses!), para ficar nos exemplos mais gritantes. Isso para alcançar uma “economia” de 18 bilhões de reais para engordar o caixa do superávit fiscal primário, enquanto só de desvio de dinheiro público para beneficiar empresas (isenções e desonerações) o Tesouro renunciou a 200 bilhões de reais (dados do Dieese).

294. A maioria da nação que reelegeu Dilma exigiu mudanças como a melhoria dos serviços públicos e não ajuste para drenar dinheiro para o superávit fiscal como realiza o plano Levy (ministro da fazenda). No ato realizado no dia 28 de janeiro em todo o país as centrais sindicais exigiram em unísono que o governo Dilma retire as MPs 664 e 665. Presidenta Dilma, sua base de apoio não está no Congresso Nacional e sim nos milhões de trabalhadores e jovens que foram as ruas pedir o voto no PT para reelegê-la. Portanto, não hesite em tomar as medidas para atendê-los em suas reivindicações.

295. O início da tramitação, em cinco de maio, na Câmara dos Deputados, da Medida Provisória 665 que dificulta o acesso ao seguro desemprego e ao abono salarial, afetando em particular os trabalhadores jovens e de baixa renda, coincidiu com o programa de TV do PT em que, ausente a presidente Dilma, Lula atacou a decisão da mesma Câmara dos Deputados de aprovar o PL 4330, numa apertada votação de 230 a 203. O ex-presidente centrou sua fala na defesa dos direitos trabalhistas, enquanto ocorria um “panelaço”, convocada nas redes sociais pelos mesmos grupos que chamaram manifestações por “Fora Dilma e Fora PT”, com o apoio interessado da grande mídia e da oposição demo-tucana.

296. A noite do seis de maio foi amarga para nós. A CUT, que comandou atos de 1º de Maio de luta em todo o país, tendo no centro a defesa dos direitos dos trabalhadores, contra o

PL 4330 e as Medidas Provisórias 664 e 665, pressionou os deputados a votarem contra a MP 665. O presidente Vagner Freitas reuniu-se com a bancada do PT em cinco de maio para pedir o voto contrário.

297. Mas os representantes do governo, como o seu articulador político Michel Temer, multiplicaram pressões com o argumento que era fundamental a votação a favor da MP, pois seria um símbolo do apoio ao ajuste fiscal comandado pelo ministro Joaquim Levy. A maioria da bancada, constrangida, acabou votando a favor da Medida Provisória - MP 665 “melhorada” pelo relator (o senador Paulo Rocha, PT-PA), que na verdade dobra o tempo de seis para doze meses de registro em carteira para obtenção do seguro desemprego e triplica o tempo necessário para obter o abono salarial, de 1 para 3 meses. E é só o começo, pois há ainda a MP 664 (que dificulta acesso a direitos previdenciários, como auxílio doença e pensão por morte) e se anuncia um pacote de concessões para o setor privado de aeroportos, rodovias e portos.

298. A apertada votação dessa MP de 252 a 227, na verdade, sinaliza uma derrota política do PT, pois contradiz sua trajetória de defesa dos direitos dos trabalhadores, e desgasta o governo diante dos que garantiram a sua reeleição no 2º turno de 2014, em particular os que tiveram seu acesso dificultado ao seguro desemprego e ao abono salarial e que estão nas camadas mais sofridas da nossa classe trabalhadora.

299. Sim, pois foi um resultado que aumentou ainda mais a crise do PT e a impopularidade da própria Dilma, abrindo ainda mais espaço para a ofensiva da direita conservadora que não aceitou os resultados eleitorais e desde o início de 2015 agita o “Fora Dilma e o Fora PT”, explorando os efeitos da Operação Lava Jato, os vazamentos seletivos promovidos pelo juiz Moro (visando incriminar políticos e dirigentes do PT e poupando tucanos e gente graúda do PMDB, como Renan Calheiros e Eduardo Cunha) a partir das “delações premiadas”.

LUTA DE CLASSES EM CURSO NO BRASIL

300. A disputa eleitoral em 2014 expôs o grau de acirramento da luta de classes no Brasil, depois de 13 e 15 de março de 2015, a luta de classe contra classe ganhou as ruas. Os que saíram às ruas 13 de março, com a CUT e os movimentos sociais, deram o recado: não à retirada de direitos, com o PL 4330 da terceirização e as MP’s 664 e 665. Defender a Petrobras e acabar a corrupção com a reforma política através de uma Constituinte, afinal esse era o conteúdo dos votos digitados nas urnas em 2014. Não há outro caminho para enfrentar a grave crise que o país atravessa, na qual a direita pró-imperialista surfa para exigir medidas antipopulares, a não ser dar força e confiança para a base social que elegeu Dilma.

301. O governo deve tomar medidas para satisfazer os interesses dos trabalhadores e da nação, e não seguir aplicando a política de ajuste, comandada pelo ministro Levy. Já os partidos de direita, empresários e meios de comunicação que organizaram o dia 15 de março, são os mesmos que se beneficiam da política de ajuste implementada por Levy, ministro, que gosta de falar em inglês. Aliás, no dia 15, faixas e bandeiras faziam apologia dos Estados Unidos. O alinhamento do PSDB às pressões dos EUA contra o governo de Maduro na Venezuela é exemplar do movimento pró-imperialista que ocorre no Brasil, contra o governo Dilma.

302. Ainda que o plano de ajuste vá ao sentido de seus interesses, é pouco. O imperialismo e seus lacaios locais querem mais. Querem que o governo vá mais fundo nas medidas que atacam os trabalhadores e a nação para alimentar a especulação, o oxigênio que precisa o sistema capitalista em crise. O imperialismo não pode mais suportar que tais medidas sejam emperradas pela base social do governo. Daí as pressões sobre Dilma e a ofensiva para desmoralizar e destruir o PT e as organizações dos trabalhadores.

303. Os trabalhadores da cidade e do campo, os jovens, os setores explorados e oprimidos vão continuar a se manifestar. E, que fique claro, numa manifestação de defesa do mandato popular dado ao PT, portanto de rechaço às tentativas

desestabilizadoras dos partidos e representantes dos exploradores, que também prometem não mais sair das ruas.

304. Não tenhamos dúvidas: muitos mais dispostos a defender o mandato popular sairão ao combate se o governo adotar uma política que corresponda aos seus interesses. E é com essa maioria oprimida que luta através de suas organizações, que o governo poderá contar contra a ofensiva.
305. Não será insistindo no plano anti trabalhador e anti nação de Levy, não serão negociatas no Congresso, ou cedendo à chantagem de pretensos aliados do PMDB, verdadeiros cavalos de Troia dentro do governo, que Dilma governará.
306. As mobilizações chamadas pela CUT nos dias 13 de março, 7 de abril e 1º de maio de 2015, reuniram centenas de milhares de trabalhadores em todo o Brasil, como há muito tempo não se via. Estas mobilizações tiveram um protagonismo acertado ao construir uma aliança com os movimentos sociais comprometidos com a defesa da democracia, da livre manifestação e contrários ao golpismo orquestrado pela direita e estimulado pela mídia.

NÃO VAMOS SAIR DAS RUAS

307. Precisamos consolidar a unidade com os movimentos sociais e populares parceiros. Nosso lugar é nas ruas defendendo as conquistas que obtivemos com os governos Lula e Dilma e que transformaram a vida do povo brasileiro,

com inclusão social, direitos e dignidade, e cobrar a pauta da classe trabalhadora, expressada na Plataforma da CUT para as eleições de 2014.

308. Dilma atenda o que elas dizem! As bandeiras que levam às ruas foram as que lhe garantiram a vitória. É que o PT deve dizer à presidente. Depois de vacilar no 13 de março, agora o PT se associa às novas manifestações. Então que oriente sua bancada a votar com os trabalhadores e não com as MP's que restringem direitos! É hora de retomar os compromissos com os que produzem a riqueza do país e não atender os parasitas.
309. Em 13 de março de 2015, a partir da acertada iniciativa da CUT e com o apoio decisivo de movimentos populares nossos parceiros (como o MST, MAB, Levante, CMP e tantos outros), além da UNE e CTB, cerca de 200 mil trabalhadores da cidade e do campo, jovens combativos e militantes de esquerda, saíram às ruas de norte a sul do Brasil.
310. Em São Paulo, debaixo de uma chuva torrencial, ocorreu a maior manifestação com dezenas de milhares de participantes que, como em outros pontos do país, levantavam claramente suas propostas e reivindicações com base no "tripé": defesa dos direitos dos trabalhadores (revogação das MP's 664 e 665, não ao PL 4330), defesa da democracia (corrupção se combate com reforma política e essa se faz com Constituinte, como diziam as resoluções da Executiva e Direção nacional da CUT) e em defesa da Petrobras, patrimônio do povo

ameaçada de privatização e da perda do controle do Pré-sal na esteira da Operação Lava Jato.

311. O dia 13 de março, com a CUT à cabeça, forneceu um ponto de apoio para a resistência popular à ofensiva da grande mídia, da direita e da oposição golpista, que vinha há meses preparando e convocando os atos de 15 de março! Ponto de apoio essencial para enfrentar a situação de aguda crise que atravessa o país, apenas quatro meses depois da vitória eleitoral de Dilma no polarizado 2º turno das eleições presidenciais de 2014.
312. Não faltaram obstáculos a serem superados para o êxito do dia 13 de março, desde pressões para não reagir à ofensiva da direita, passando pela manipulação da mídia golpista para descaracterizar a nossa pauta, até setores que se dizem de esquerda e se negaram a participar dos atos, tachando nossa mobilização de “governista” para justificar sua linha de “nem 13, nem 15”. E isso quando nossa pauta destacava o combate às medidas de ajuste fiscal pilotadas pelo ministro Levy e o PL4330 da terceirização que atacam direitos trabalhistas!
313. Todos esses obstáculos foram superados pela garra e mobilização daqueles que garantiram a derrota de Aécio no 2º turno de 2014 e que, portanto, são os que têm mais autoridade para cobrar do governo Dilma suas reivindicações e a mudança da política econômica que empurra o país para a recessão!

O DIA 15 DE MARÇO E A MANIPULAÇÃO GOLPISTA

314. Já o dia 15 de março de 2015, que reuniu num domingo centenas de milhares (e não “milhões”, como pretendeu a PM de Alckmin ao inflar o ato de São Paulo em 1 milhão) em todo o país, foi convocado por empresários, partidos de oposição (PSDB, PPS, Solidariedade, PSB-SP e outros) que não ousaram dar a cara nas ruas, preferindo manipular um descontentamento real que existe na sociedade (e não só na elite), em particular de repúdio à corrupção, para canalizar tudo no “Fora PT e Fora Dilma”.
315. Senão vejamos o caso de São Paulo (que a Datafolha deu 210 mil manifestantes, o que tampouco deve ser subestimado): a Assembleia Legislativa mudou o horário de posse dos deputados para que caravanas do interior viessem à Paulista; horário de jogo de futebol foi mudado, a Globo fazia propaganda diária do 15, catracas do Metrô foram liberadas, setores conservadores de igrejas católica e evangélicas se juntaram à maçonaria e patrões que tentavam obrigar seus funcionários a participar, até mesmo dispensando turnos de domingo. Enfim, tudo foi feito para engrossar o ato.
316. Essa ampla frente, onde não faltaram cartazes em inglês e bandeiras dos EUA, é similar ao que a burguesia pró-imperialista faz hoje nas vizinhas Venezuela e Argentina, disseminando seu ódio de classe às organizações dos trabalhadores e do povo pobre!

317. Numa situação em que o governo Dilma estava acuado, o PT (partido da presidente) paralisado e com sua bancada isolada no Congresso nacional (onde “aliados” como Renan e Cunha do PMDB, envolvidos na Lava Jato, querem livrar sua cara jogando a responsabilidade pela corrupção para o Executivo federal), todos e todas que garantiram os atos de 13 de março esperavam uma sinalização positiva à sua pauta.
318. Infelizmente, o governo não veio a público nem no dia 13 nem no dia 14. Esperou os atos do dia 15 para enviar os ministros à TV para promover o “diálogo” com os manifestantes. Coisas importantes foram ditas – como o fim do financiamento empresarial de campanhas e que Gilmar Mendes deveria liberar o seu voto no STF sobre o tema – mas no essencial, o Plano Levy de ajuste fiscal, o que se ouviu é que vai continuar!
319. Isso numa situação em que o Plano Levy está paralisando a economia do país, junto com os efeitos da Lava Jato na Petrobras: parando as obras do PAC, os ministérios, as Universidades públicas, o FIES, o lançamento da 3ª fase do Minha Casa Minha Vida, forçando Estados e Municípios a também fazerem cortes e mais cortes nos gastos públicos! .
320. É isso que decepciona os trabalhadores e a juventude e joga na confusão setores populares que os reacionários golpistas tentam manipular. É essa política que tem que mudar!
321. O que os atos de 13 de março deixaram evidente é que o governo federal tem que voltar à pauta do 2º turno das

- eleições presidenciais, pois a única saída positiva para a atual crise é reatar com a sua base social.
322. A reforma política, com o fim do financiamento empresarial de campanhas, tem que ser tocada através da Constituinte, pois como dizíamos na campanha do Plebiscito Popular, “com esse Congresso não dá!”, e não pode o governo se prender no respeito às instituições que estão desmoralizadas (Congresso e também Judiciário).
323. As últimas pesquisas Datafolha registram queda de popularidade de Dilma, registra que a do Congresso é ainda maior!
324. O governo tem que avançar na reforma agrária, na reforma urbana e defender os investimentos da Petrobras no Pré-sal.
325. Para barrar a ofensiva golpista de direita, o governo tem que se voltar para as reformas populares que mobilizam a sua base social e permitem recuperar a confiança de setores populares manipulados por seus próprios inimigos (a direita reacionária).

INTENSIFICAR JORNADAS DE LUTA

326. Diante do atual quadro de crise que atravessa o país, a CUT acertou ao convocar e realizar junto com Centrais Sindicais, os movimentos sociais o Dia Nacional de Lutas de 13 de março de 2015, que se constituiu num ponto de apoio para todos que querem defender nossos direitos, a democracia,

a Petrobrás, a Reforma Política, a Democratização da Comunicação contra as tentativas golpistas manipuladas pela grande mídia e pela direita.

327. Em todo o Brasil foram milhares de manifestantes em atos massivos e representativos em todas as capitais. Isso apesar das tentativas da mídia em desqualificar nossos Atos, divulgando mentiras sobre militantes pagos, deformando nossa pauta, e convocando abertamente o dia 15 de março.

328. Levamos às ruas a defesa da democracia, da Petrobras como patrimônio do povo brasileiro, pelos direitos dos/as trabalhadores/as, em defesa da Caixa Econômica Federal 100% pública; defendemos que o combate à corrupção se faz com reforma política e fim do financiamento empresarial de campanha; defendemos a mudança da política econômica e somos contra que o ajuste fiscal recaia nas costas dos/as trabalhadores/as (não às MPs 664 e 665).

329. Já as manifestações do dia 15, que foram divulgadas intensamente pela mídia, apoiadas pelos partidos de oposição, pela burguesia e pela direita, que manipularam o legítimo apelo popular de combate à corrupção, para dirigi-lo contra o Governo Dilma e o PT, reuniram milhares de pessoas. Em São Paulo, em particular, catracas do metrô foram liberadas, trabalhadores foram pressionados pelos patrões para participar, e houve até mudança do horário de jogo de futebol.

330. Essa manipulação permitiu que surgissem propostas

antidemocráticas, tais como o impeachment, volta da ditadura militar, ódio e intolerância, racismo, machismo, homofobia, xenofobia, que todos os setores da sociedade comprometidos com a democracia devem combater. É nossa tarefa impedir que a direita sorratamente amplie apoio em setores populares para o retrocesso, explorando o descontentamento que existe na sociedade.

331. O mandato popular dado a Dilma no segundo turno de 2014 não foi para uma pauta de aumentar os juros e promover políticas recessivas para conter a inflação. Para a CUT, o combate à crise se faz com crescimento econômico, mais empregos e salários, investimento público e ampliação de direitos, o que implica em mudar a atual política econômica. Por isso, vamos manter e intensificar nossas mobilizações com a continuidade da Jornada de Lutas, com nossa pauta, construída conjuntamente com os movimentos sociais.

332. Para isto, a CUT realizou diversas articulações com movimentos sociais, orientando suas Estaduais a fazerem o mesmo. No dia 31 de março de 2015, a CUT e os movimentos sociais realizaram uma Plenária Nacional – em São Paulo, o local escolhido foi a Quadra dos Bancários – para convocar e preparar duas grandes mobilizações de rua que acontecerão em 7 de abril e no 1º de Maio, Dia do Trabalhador.

333. No dia 7 de abril, a CUT, a CTB, o MST, a UNE, o MAB, a CMP e dezenas de movimentos populares do campo e da cidade realizaram atos em todo o País para impedir a votação

do Projeto de Lei 4330/04, da terceirização, e conscientizar a sociedade sobre o prejuízo que esse PL representa para a classe trabalhadora. Os atos também foram em defesa da democracia, dos direitos dos trabalhadores, da PETROBRAS e das reforma política, agrária e da comunicação e combate à corrupção.

334. Em Brasília, sindicalistas de São Paulo, Distrito Federal e Goiás, ocuparam, o Congresso Nacional, a partir das 10h, para impedir a aprovação do PL 4330 que tira direitos dos trabalhadores, piora as condições de trabalho, saúde e renda; e protestar contra outros projetos como e de reforma política do PMDB que não acaba com o financiamento empresarial das campanhas eleitorais, uma porta aberta para a corrupção.
335. Na mesma data, nas capitais e nas grandes cidades do Brasil, as CUT's Estaduais em conjunto com a CTB e os movimentos populares do campo e da cidade, realizaram manifestações nas ruas, avenidas e estradas. Algumas categorias fizeram atividades nas portas das fábricas, bairros e escolas, reforçando a mobilização geral pela agenda de desenvolvimento econômico com justiça e inclusão social que ajudaram a construir.
336. No dia 1º de maio, Dia do Trabalhador, a CUT e os movimentos acima relacionados realizaram atos unificados em todo o país. Foi mais um grande dia de luta, de conscientização sobre os ataques aos direitos dos trabalhadores.

337. A CUT e movimentos sociais que garantiram o sucesso dos atos do dia 13 de março de 2015, corretamente decidiram dar continuidade a luta e não abandonar as ruas para a direita unificando um calendário de atos de massa até 1º de Maio quando foram realizadas as maiores manifestações dos últimos anos. Nas faixas e cartazes conduzidos pelos milhares de manifestantes podiam observar as cobranças pelas reivindicações, pelas reformas populares, pela Constituinte para a reforma política e em defesa do mandato popular dado a Dilma no 2º turno – na forma, pois é um mandato legítimo, e no conteúdo que lhe deu a maioria do povo brasileiro: barrar o retrocesso! É hora de mudar a política econômica! Retirada das MP's 664-665! Não ao PL 4330! Abaixo o Plano Levy! Fim do financiamento empresarial! Corrupção se combate com reforma política e Constituinte! Em defesa da Petrobras!
338. Os atos de 1º de Maio deste ano foram o ponto de chegada de um processo de mobilização conjunta da CUT com os movimentos populares e que começou em 13 de março, passou pelos atos e concentração em Brasília de 7 de abril – que tiveram como centro o Não ao PL 4330 – e, passando pelo dia nacional de paralisação de 15 de abril.
339. Em todas essas oportunidades, a defesa dos direitos dos trabalhadores, ameaçados também pelas Medidas Provisórias (MPs) 664 e 665 que são parte do Plano Levy de ajuste, combinou-se com a defesa da democracia contra a ofensiva reacionária inflada pela oposição e pela grande mídia e com a defesa do combate à corrupção através de uma reforma

política que acabe com o financiamento empresarial de campanhas eleitorais e dê a palavra ao povo através de um Plebiscito por uma Constituinte exclusiva e soberana sobre o Sistema Político, pois não será do atual Congresso que virão avanços democráticos.

340. A CUT, ao lado do MST, CMP, CTB e outras dezenas de organizações e movimentos do povo trabalhador e da juventude, puxaram manifestações em 13 de março, 7, 15 e 22 de abril, que culminaram nos atos de 1º de Maio, em todo o país. O seu conteúdo era contrabalançar a ofensiva da direita, cobrando ao mesmo tempo do governo que retomasse a agenda vitoriosa do 2º turno das eleições: defender os direitos trabalhistas, dizendo não ao PL 4330 e às MPs 664 e 665!
341. A CUT, depois da aprovação pela Câmara da MP 665 reforçou a convocação da paralisação nacional de 29 de maio, em conjunto com outras organizações sindicais e movimentos populares, rumo à greve geral, em defesa dos direitos dos trabalhadores e contra a atual política econômica do governo!
342. As assembleias de eleição de delegados ao CECUT e 12º CONCURTO foram momentos de preparação da Jornada de Mobilização e Paralisações de 29 de maio, rumo à greve geral, fazendo nosso movimento tomar a iniciativa, para que arranque as reivindicações e faça a direita bater em retirada.

CONTRA A TERCEIRIZAÇÃO EM DEFESA DOS DIREITOS DOS TRABALHADORES

343. Pesquisas desenvolvidas por diversas instituições, nas últimas três décadas em todos os setores econômicos e regiões do País, evidenciam o crescimento sem controle da Terceirização e a tendência, já verificado em alguns setores, de redução do quadro de empregados efetivos invertendo o número de efetivos em relação aos subcontratados/terceirizados.
344. Revela também, invariavelmente, a precarização das condições de trabalho, expressa nas situações de riscos, no número de acidentes e adoecimentos, bem como nos baixos níveis salariais, maiores jornadas de trabalho, maior rotatividade, desrespeito às normas de saúde e segurança, bem como no índice de inadimplência dos direitos trabalhistas. Uma precarização atestada pelos depoimentos dos sindicatos, das centrais sindicais, dos estudiosos do mundo do trabalho e, especialmente, pelos trabalhadores e trabalhadoras que padecem cotidianamente o flagelo da Terceirização.
345. No plano subjetivo, os trabalhadores, tanto terceirizados, quanto diretamente contratados, sofrem com os empecilhos à criação de identidades coletivas nos locais de trabalho. Os subcontratados, em especial, têm dificuldades para construir laços de pertencimento nos espaços onde passam a maior parte da vida e onde têm sido discriminados e tratados como de "segunda categoria". A regulamentação

das relações de trabalho no nosso país, por conseguinte, se enfraquece com a fragilização da capacidade de organização coletiva dos trabalhadores e de seus sindicatos.

346. Ao contrário do que é cinicamente propalado por agentes diretamente interessados, a Terceirização não gera (nem pode gerar) empregos, na medida em que não é no mercado de trabalho que se encontram as soluções para o crescimento econômico que impulsiona a criação de postos de trabalho. Ainda, é falacioso o discurso a respeito da necessidade da Terceirização para a alocação de mão de obra especializada tecnicamente, tão ou mais subordinada estruturalmente ao comando empresarial da Tomadora. Ademais, a terceirização cria o fetiche de que na venda da força de trabalho a outrem não há subordinação, como se não operasse um deslocamento da exploração, com trabalhadores subordinados passando à estranha condição de empreendedores, empresários, parceiros, cooperativados, etc..

347. Por outro lado, o que se percebe é que a Terceirização, de fato, diminui o número de postos de trabalho na economia, porque os trabalhadores subcontratados são obrigados a realizar jornadas de trabalho mais longas, estreitando as contratações no conjunto do mercado de trabalho.

348. Atualmente ocorre a transferência dos riscos dos negócios que envolvem tomadoras de serviços e empresas terceirizadas para os trabalhadores. Tanto a tomadora quanto a terceira contratada beneficiam-se diretamente do trabalho dos subcontratados e da intensidade de sua exploração,

engendrando relações de riscos empresariais mútuos, seja do não pagamento das faturas às contratadas pelas contratantes, seja do não cumprimento de cláusulas contratuais pelas contratadas. Contudo, qualquer que seja a parte empresarial inadimplente, os trabalhadores terceirizados são os que sofrem os prejuízos, tendo seus direitos violados, em frontal contradição aos princípios elementares da ordem jurídica trabalhista.

349. Em síntese, são esses os resultados da Terceirização para os trabalhadores: precarização, sofrimento, adoecimento e morte. Do ponto de vista da representação sindical, uma classe trabalhadora ainda mais cindida, fragilizada. Esses efeitos já foram disseminados e produzidos. O futuro, contudo, podemos mudar.

A LUTA CONTRA O PL4330/04

350. A CUT e suas entidades filiadas em conjunto com os movimentos sociais e algumas outras centrais vem desencadeando uma enorme luta contra o PL 4330/04 que precariza os direitos trabalhistas através da terceirização. A CUT realizou uma jornada de lutas no período de 7 a 9 de abril quando da votação desse projeto na Câmara dos Deputados e convocou em 15 de abril um dia nacional de paralisação com mobilizações em todo país. Mesmo com todo esse esforço não fomos capazes de derrotar os setores empresariais que bancam esse projeto.

351. No dia 08 de abril de 2015, a Câmara dos Deputados aprovou o texto base do PL 4330/04 apresentado ao Plenário pelo relator, Arthur Maia do partido Solidariedade, foram 324 votos a favor e 137 contras. Com uma condução truculenta, o presidente Eduardo Cunha(PMDB/RJ) utilizou de manobras regimentais para adiar a votação da MP 660, que trancava a pauta, e para derrubar o pedido de preferência para votação da emenda global apresentada pelo PT, cujo conteúdo contemplava as propostas da CUT para a regulamentação da terceirização e que, respeitado o regimento, deveria preceder a votação do substitutivo do relator.

352. No dia 22 de abril de 2015, o presidente da Câmara, em mais uma manobra regimental, aprovou a Emenda Aglutinativa nº 15, apresentada pelo PMDB e pelo partido Solidariedade, e derrubou os destaques ao texto protocolados pelos PT, PCdoB, PSOL e outros, encerrando assim a tramitação do projeto na Câmara dos Deputados.

353. O texto final, incorporadas as emendas aglutinativa 15 e 18, saiu do Plenário da Câmara ainda mais prejudicial aos trabalhadores do que entrou. Houve uma redução significativa em comparação a votação do texto-base foram 230 a favor 203 contra na votação da Emenda Aglutinativa nº 15; seguem os principais pontos contemplados pelas emendas:

354. Autoriza a terceirização em todas as atividades da empresa sem restrições, eliminando a distinção entre atividade meio e atividade fim;

355. Admite a contratação de pessoa jurídica individual sem nenhuma garantia trabalhista e amplia o leque de possibilidade para a contratação de terceirizadas para associações, sociedades, fundações e empresas individuais, aumentando os riscos de precarização na medida em que reduz as exigências;

356. Reduz de 24 para 12 meses o prazo de carência para que o ex-empregado de uma empresa deva cumprir para que possa oferecer serviços como pessoa jurídica individual à mesma empresa no âmbito de uma contratada de terceirização;

357. Autoriza a subcontratação, abrindo espaço para a quarteirização e sucessivas subcontratações;

358. Inclui uma redação sobre a representação sindical que, na prática, não significa nenhuma proteção ao terceirizados. O Artigo 8º estabelece que quando a categoria econômica da contratante e da contratada for igual, a representação será feita pelo mesmo sindicato. Isso já é previsto pela Lei, pois a unicidade sindical determina que para trabalhadores da mesma categoria na mesma base territorial só pode haver um sindicato. Porém, a redação que consta no artigo 8º do PL 4330 não garante absolutamente a representação obrigatória pela categoria preponderante;

359. Estende o que prevê a Lei aos terceirizados da administração pública direta e indireta, na medida em que estende os direitos garantidos pelo projeto aos trabalhadores terceirizados da administração pública direta e indireta;

360. Finalizada a tramitação, o texto seguiu para o Senado, onde o PL 4330/04 será apensado ao PLS 87/10, cuja relatoria já foi designada ao senador Romero Jucá (PMDB-RR), o que nos inspira grande preocupação, tendo em vista sua conduta na condução dos trabalhos da Comissão Mista especialmente criada para regulamentar item da Constituição, em especial na relatoria do Projeto das Trabalhadoras Domésticas e da Regulamentação do Direito de Greve no Serviço Público.

PELA RETOMADA DA AGENDA VITORIOSA NAS ELEIÇÕES

361. Para fazer superávit fiscal primário, o governo brasileiro deu uma guinada na política econômica em relação ao que apontou a vontade expressa nas últimas eleições. O governo Dilma adotou medidas de ajuste fiscal como parte de uma política recessiva e de arrocho, que penaliza a classe trabalhadora. A nova política econômica - Plano Levy - vem paralisando o país com cortes de gastos em obras (PAC), em universidades públicas, no FIES, nos ministérios e aumento dos combustíveis, da energia elétrica, causando muita insatisfação. Como se isso não bastasse, o impacto que a crise na Petrobras já começa a causar desemprego, processo que tende a se acentuar.

362. Diante deste quadro, é fundamental que o movimento sindical, popular e estudantil reivindique que o governo federal mude a atual política econômica, mantendo coerência com a pauta vitoriosa nas eleições. É necessário

fazer as reformas que mobilizam a sua base social (agrária, urbana, política, comunicação e tributária), garantindo a defesa das conquistas e a manutenção dos direitos trabalhistas.

363. A presidente Dilma, reeleita pela maioria da nação, inicia o segundo mandato com medidas de ajuste contra o povo. Os votos majoritários que deram a vitória ao PT nas urnas em 2014 foram pelas mudanças a favor do povo, como serviços públicos de qualidade e não para o superávit fiscal primário.

364. O governo através do plano Levy, ministro da fazenda, anuncia R\$ 70 bilhões para pagar os juros da dívida aos banqueiros, garantindo um superávit que agrade ao mercado, o que implica medidas contra o seguro-desemprego, pensões, abono salarial e contingenciamento do orçamento do governo federal na ordem de R\$ 20 bilhões, gerando um corte de R\$ 7 bi somente na Educação!

365. Ao ser reeleita, Dilma disse "nenhum direito a menos, nenhum passo atrás", mas toma medidas contrárias aos direitos e conquistas dos trabalhadores. Não podemos aceitar. Diversas entidades como a UNE e as centrais sindicais como a CUT, já denunciaram estes cortes.

CONTRA O AJUSTE FISCAL DE LEVY, É PRECISO OUTRA POLÍTICA ECONÔMICA

Centralização cambial, derrubada dos juros

366. Trata-se de controlar a mobilidade de capitais, com o governo retomando autoridade de definir o câmbio e taxas de juros em favor do desenvolvimento. Não serão mais os especuladores (o "mercado") que imporão as taxas, como são desde Collor, com a "livre" entrada e saída de dólares. A centralização do câmbio permitiria ao Banco Central reduzir fortemente os juros. Os especuladores não ameaçarão remeter seus dólares para o exterior quando bem quiserem, terão de alocar o dinheiro em títulos públicos, mesmo a juros menores, ou em ativos produtivos.

Reindustrialização e proteção comercial

367. Proteger a indústria da competição predatória internacional. O "livre" comércio, bom para as multinacionais, serve para reduzir salários em nome da "competitividade". São necessárias tarifas e barreiras de importação em ramos industriais mais relevantes. Com o câmbio centralizado o dólar será mais caro para bens supérfluos ou de luxo, ficando mais barato para outros bens estratégicos para o desenvolvimento industrial (insumos, máquinas e equipamentos). Além disso, o Brasil escolherá com quem priorizar seu comércio exterior, por exemplo, países do UNASUL.

368. Quanto ao incentivo governamental à indústria, a primeira coisa a fazer é acabar com as desonerações da folha da contribuição patronal ao INSS, voltando a vigorar o 20% de contribuição ao INSS, reforçando a Previdência pública e solidária. Os demais incentivos fiscais (redução de IPI, ICMS etc.) devem ser vinculados ao cumprimento de metas de geração de empregos (portanto sem demissões) e respeito aos direitos trabalhistas e sindicais.

Fim do superávit fiscal, investimento público e reestatização

369. O fim da política de fixar metas de superávit fiscal (percentual do PIB do montante reservado para pagar juros a especuladores e banqueiros), com a retomada dos investimentos na melhoria dos serviços públicos, para criar ou recriar empresas estatais nas áreas de transporte, eletricidade, telefonia, com mais hospitais e escolas. O que reforçaria o mercado interno para a indústria, pois, além de novos empregos, a produção de bens de consumo coletivo barateia o custo de vida, desafogando o orçamento da família trabalhadora com serviços públicos de qualidade.

370. Os investimentos estatais incentivarão a indústria, barateando redes de fornecimento, elevando a produtividade geral, sem quebrar direitos trabalhistas. No médio prazo, fará crescer o PIB e a arrecadação tributária.

Outras medidas estruturais são necessárias

371. Reforma tributária taxando grandes fortunas e heranças, fazendo os ricos pagarem mais impostos, e menos os

trabalhadores, sobretudo os de menor renda; as reformas agrária e urbana terão também efeitos no mesmo sentido.

372. Essas medidas sofrerão oposição do capital internacional, dos banqueiros e seus aliados empresariais e na mídia. Mas terão o apoio do povo trabalhador que é quem constrói a nação brasileira.

Democratização da mídia

373. A Democratização dos Meios de Comunicação recebeu uma sinalização favorável do governo no início desse segundo mandato, para logo depois recuar, alegando que o clima político não dá abertura para tal iniciativa. Mas por outro lado, temos que lembrar que a mídia continua sendo oligopolizada atuando como partido de oposição e desrespeitando a diversidade. A mídia acha-se no direito de julgar, condenar e manipular em nome da liberdade de expressão. Por isso é necessário a continuação na luta pela pluralidade e diversidade da informação, no qual os trabalhadores possam ter vozes, vezes e um novo marco regulatório das comunicações.

374. Esse paradigma da comunicação, voltado para o lucro e a serviço da manipulação política, precisa ser quebrado. É fundamental defender outro paradigma, em que a Comunicação é concebida como política pública e como direito humano. Política pública que preserve a pluralidade, a representatividade e o interesse público. Direito humano que assegure o acesso aos meios de comunicação, a liberdade de expressão e a participação social na construção do conteúdo e gestão do sistema de radiodifusão.

375. Os meios de comunicação no Brasil são dominados por apenas seis grupos (famílias) que comandam o oligopólio dos veículos de comunicação, com a propriedade cruzada de emissoras de rádio e TV, revistas, jornais e portais de notícias, descumprindo a constituição brasileira. As famílias são os Marinho, Civita, Frias, Saad, Abravanel e Sirotsky. Os Marinho da Rede Globo detêm 33% das comunicações.

376. Defendemos a liberdade de expressão e a comunicação como um direito para todos/as, nesse sentido, o SINTSEF/CE deve defender a implementação de uma nova lei de regulação dos meios de comunicação. Devemos fortalecer as relações com os movimentos sociais e seus meios de comunicação, com as mídias alternativas, assim como devemos criar sua própria rede, integrando a comunicação com sua base. Nosso objetivo deve ser a articulação de uma mídia de que contribua para a construção de uma sociedade sem exploração, democrática e socialista.

Defender a PETROBRAS é defender o Brasil

377. Há mais de um ano o País acompanha uma operação policial contra evasão de divisas que detectou evidências de outros crimes, pelos quais são investigadas pessoas que participaram da gestão da Petrobrás e de empresas fornecedoras. A ação institucional contra a corrupção tem firme apoio da sociedade, na expectativa de esclarecimento cabal dos fatos e rigorosa punição dos culpados.

378. É urgente denunciar, no entanto, que esta ação tem servido a uma campanha visando à desmoralização da

Petrobrás, com reflexos diretos sobre o setor de Óleo e Gás, responsável por investimentos e geração de empregos em todo o País; campanha que já prejudicou a empresa e o setor em escala muito superior à dos desvios investigados.

379. A Petrobrás tem sido alvo de um bombardeio de notícias sem adequada verificação, muitas vezes falsas, com impacto sobre seus negócios, sua credibilidade e sua cotação em bolsa. É um ataque sistemático que, ao invés de esclarecer, lança indiscriminadamente a suspeita sobre a empresa, seus contratos e seus 86 mil trabalhadores dedicados e honestos.

380. Assistimos à repetição do pré-julgamento midiático que dispensa a prova, suprime o contraditório, tortura a jurisprudência e busca constranger os tribunais. Esse método essencialmente antidemocrático ameaça, hoje, a Petrobrás e suas fornecedoras, penalizadas na prática, enquanto empresas produtivas, por desvios atribuídos a pessoas físicas.

381. Ao mesmo tempo, o devido processo legal vem dando lugar ao tráfico seletivo de denúncias, ofensivo à consciência jurídica brasileira, num ambiente de obscuridade processual que propicia a coação e até o comércio de testemunhos com recompensa financeira. Na aparente busca por eficácia, empregam-se métodos que podem – isto, sim – levar à nulidade processual e ao triunfo da impunidade.

382. E tudo isso ocorre em meio a tremendas oscilações no mercado global de energia, num contexto geopolítico que afeta as economias emergentes, o Brasil, o Pré-Sal e a nossa Petrobrás.

383. Não vamos abrir mão de esclarecer todas as denúncias, de exigir o julgamento e a punição dos responsáveis; mas não temos o direito de ser ingênuos nessa hora: há poderosos interesses contrariados pelo crescimento da Petrobras, ávidos por se apossar da empresa, de seu mercado, suas encomendas e das imensas jazidas de petróleo e gás do Brasil.

384. Historicamente, tais interesses encontram porta-vozes influentes na mídia e nas instituições. A Petrobrás já nasceu sob o ataque de “inimigos externos e predadores internos”, como destacou a presidenta Dilma Rousseff. Contra a criação da empresa, em 1953, chegaram a afirmar que não havia petróleo no Brasil. São os mesmos que sabotaram a Petrobrás para tentar privatizá-la, no governo do PSDB, e que combateram a legislação do Pré-Sal.

385. Os objetivos desses setores são bem claros:

386. Imobilizar a Petrobrás e depreciar a empresa para facilitar sua captura por interesses privados, nacionais e estrangeiros;

387. Fragilizar o setor brasileiro de Óleo e Gás e a política de conteúdo local; favorecendo fornecedores estrangeiros;

388. Revogar a nova Lei do Petróleo, o sistema de partilha e a soberania brasileira sobre as imensas jazidas do Pré-Sal.

389. Para alcançar seu intento, os predadores apresentam a Petrobrás como uma empresa arruinada, o que está longe da verdade, e escondem do público os êxitos operacionais. Por isso é essencial divulgar o que de fato aconteceu na Petrobrás em 2014:

390. A produção de petróleo e gás alcançou a marca histórica de 2,670 milhões de barris equivalentes/dia (no Brasil e exterior);
391. O Pré-Sal produziu em média 666 mil barris de petróleo/dia;
392. A produção de gás natural alcançou 84,5 milhões de metros cúbicos/dia;
393. A capacidade de processamento de óleo aumentou em 500 mil barris/dia, com a operação de quatro novas unidades;
394. A produção de etanol pela Petrobrás Biocombustíveis cresceu 17%, para 1,3 bilhão de litros.
395. E, para coroar esses recordes, em setembro de 2014 a Petrobrás tornou-se a maior produtora mundial de petróleo entre as empresas de capital aberto, superando a ExxonMobil (Esso).
396. O crescente sucesso operacional da Petrobrás traduz a realidade de uma empresa capaz de enfrentar e superar seus problemas, e que continua sendo motivo de orgulho dos brasileiros.
397. Os inimigos da Petrobrás também omitem o fato que está na raiz da atual vulnerabilidade da empresa à especulação de mercado: a venda, a preço vil, de 108 milhões de ações da estatal na Bolsa de Nova Iorque, em agosto de 2000, pelo governo do PSDB.

398. Aquela operação de lesa-pátria reduziu de 62% para 32% a participação da União no capital social da Petrobrás e submeteu a empresa aos interesses de investidores estrangeiros sem compromisso com os objetivos nacionais. Mais grave ainda: abriu mão da soberania nacional sobre nossa empresa estratégica, que ficou subordinada a agências reguladoras estrangeiras.
399. Os últimos 12 anos foram de recuperação e fortalecimento da empresa. O País voltou a investir em pesquisa e a construir gasodutos e refinarias. Alcançamos a autossuficiência, descobrimos e exploramos o Pré-Sal, recuperamos para 49% o controle público sobre o capital social da PETROBRÁS.
400. O valor de mercado da PETROBRÁS, que era de 15 bilhões de dólares em 2002, é hoje de 110 bilhões de dólares, apesar dos ataques especulativos. É a maior empresa da América Latina.
401. A participação do setor de óleo e gás no PIB do País, que era de apenas 2% em 2000, hoje é de 13%. A indústria naval brasileira, que havia sido sucateada, emprega hoje 80 mil trabalhadores. Além dos trabalhadores da PETROBRÁS, o setor de óleo e gás emprega mais de 1 milhão de pessoas no Brasil.
402. É nos laboratórios da PETROBRÁS que se produz nosso mais avançado conhecimento científico e tecnológico. Os royalties do petróleo e o Fundo Social do Pré-Sal proporcionam aumento significativo do investimento em Educação e Saúde. Este é o papel insubstituível de uma empresa estratégica para o País.

403. Por tudo isso, o esclarecimento dos fatos interessa, mais do que a ninguém, aos trabalhadores da PETROBRÁS e à população brasileira, especialmente à parcela que vem conquistando uma vida mais digna.
404. Os que sempre tentaram alienar o maior patrimônio nacional não têm autoridade política, administrativa, ética ou moral para falar em nome da Petrobrás.
405. Cabe ao governo rechaçar com firmeza as investidas políticas e midiáticas desses setores, para preservar uma empresa e um setor que tanto contribuíram para a atração de investimentos e a geração de empregos nos últimos anos.
406. A direção da PETROBRÁS não pode, nesse grave momento, vacilar diante de pressões indevidas, sujeitar-se à lógica dos interesses privados nem agir como refém de uma auditoria que representa objetivos conflitantes com os da empresa e do País.
407. A investigação, o julgamento e a punição de corruptos e corruptores, doa a quem doer, não pode significar a paralisia da Petrobrás e do setor mais dinâmico da economia brasileira.
408. É o povo brasileiro, mais uma vez, que defenderá a empresa construída por gerações, que tem a alma do Brasil e simboliza nossa capacidade de construir um projeto autônomo de Nação.
409. Pela investigação transparente dos fatos, no Estado de Direito, sem dar trégua à impunidade;

410. Pela garantia do acesso aos dados e esclarecimentos da Petrobrás nos meios de comunicação, isentos de manipulações;
411. Pela garantia do sistema de partilha, do Fundo Social e do papel estratégico da Petrobrás na exploração do Pré-Sal;
412. Pela preservação do setor nacional de Óleo e Gás e da Engenharia brasileira.
413. Defender a Petrobras, diante dos objetivos por trás da Operação Lava Jato - retomar o modelo de FHC de concessão inclusive na área do Pré-sal, privatizar a empresa - é elemento central na situação. Defender a Petrobras é organizar ações de massa e reafirmar a proposta de uma Petrobras 100% estatal e com monopólio na exploração no Pré-sal e demais áreas de produção, levantada pela FUP e movimentos populares. Quanto às empreiteiras e construtoras que lesaram a Petrobras, causando prejuízos ao patrimônio público, devem ser encampadas pelo poder público ou pela própria Petrobras, como prevê o direito privado, única forma de garantir os milhares de empregos ameaçados pelo envolvimento dessas empresas na corrupção de altos funcionários da Petrobras.
414. Defender a Petrobrás é defender o Brasil – nosso passado de lutas, nosso presente e nosso futuro.

BALANÇO DO MOVIMENTO DOS SERVIDORES FEDERAIS

415. A CONDSEF necessita fazer uma avaliação precisa das mesas apontando aos sindicatos filiados logo no início das negociações, os problemas e a necessidade de organizar a greve na categoria. É necessário observar ainda que a maioria dos sindicatos filiados também mantém as expectativas no processo negocial e não organizam verdadeiramente a paralisação da categoria. Outro aspecto que dificulta o processo de construção de uma greve nacional unificada é a ausência de reivindicações nas diferentes pautas que permitam sinalizar para a categoria a perspectiva de obtenção de conquistas através de uma luta comum. A pauta de reivindicações comum, construída pela CONDSEF e mais dezenas de entidades nacionais dos servidores federais é correta e justa, porém é insuficiente para colocar a categoria em luta, em face de ausência de reivindicações econômicas concretas, cuja definição é muito difícil pelo fato da discrepância entre as diversas tabelas salariais no setor público, não apenas entre os três poderes, mas também no âmbito do executivo federal. Até mesmo na base da CONDSEF é difícil definir uma reivindicação econômica que atenda aos interesses de todos os servidores dos diversos órgãos, dado as inúmeras tabelas remuneratórias existentes na base, com valores totalmente diferentes. O governo federal vem ao longo dos anos apostando na divisão dos servidores concedendo reajustes diferenciados aos servidores para algumas categorias que ele chama de típicas de estado

o regime de subsídio que na prática estabelece a paridade apenas para algumas carreiras do setor público.

416. A pulverização de tabelas salariais aplicadas nos últimos anos nos órgãos do poder executivo agravou ainda mais a distorção salarial entre os servidores públicos federais. É comum encontrarmos um servidor do mesmo nível ganhar menos da metade de um colega de outra carreira. Isso tem provocado uma corrida de servidores buscando a equiparação com outra tabela salarial maior, privilegiando a luta específica em detrimento da luta geral, objetivo maior dos sindicatos gerais e da CONDSEF.
417. A Lei 12.277 de 30 de junho de 2010 instituiu remuneração especial para cinco cargos de nível superior: Engenheiro, Arquiteto, Economista, Estatístico e Geólogo de diversas carreiras do serviço público federal. A remuneração desses servidores de final de carreira a partir de 1º de julho de 2010 passou a ser de R\$ 10.209,50 enquanto os demais servidores de nível superior ficaram com uma remuneração de R\$ 5.648,37, ou seja, 80,75% a menos.
418. A CONDSEF e o SINTSEF/CE devem lutar por uma tabela salarial que contemple toda sua base tendo como parâmetro a Lei 12.277/10, todo o servidor de Nível Superior deve receber a mesma remuneração dos cinco cargos específicos da referida Lei. Para o servidor de nível intermediário e auxiliar, aplica-se os mesmos percentuais estabelecidos para os servidores de Nível Superior, com a incorporação das gratificações de desempenho pelo seu valor máximo, ou

seja, 100% dos pontos para todos os servidores, inclusive aos atuais aposentados e pensionistas. Assim sendo, o servidor de nível superior em final de carreira deveria receber a partir de janeiro de 2015 uma remuneração de R\$ 11.819,49, o servidor de nível intermediário R\$ 7.002,16 e o servidor de nível auxiliar R\$ 4.203,29.

UNIFICAR A LUTA PELAS REIVINDICAÇÕES

419. Na primeira reunião de negociação desse ano, em 23 de abril, com as entidades do Fórum dos Federais, o governo anunciou a intenção de fechar acordo plurianual com os servidores e, ao mesmo tempo, reduzir os gastos de pessoal em relação ao PIB. Foi definida periodicidade quinzenal para as negociações. A reunião seguinte ocorreu em 14 de maio para discutir itens não diretamente financeiros: negociação coletiva (OIT 151); data-base 1º de maio; projetos no congresso de interesse dos servidores; isonomia dos benefícios.
420. O problema maior é que, nessa reunião, o governo reafirmou a política de ajuste fiscal, com o contingenciamento orçamentário em 2015 e 2016. Porque a prioridade do governo é o ajuste fiscal (ou Plano Levy)? É para fazer superávit primário: 1,2% do PIB neste ano e 2,1% em 2016 (cerca de R\$ 65 bilhões e R\$ 130 bilhões, respectivamente). Esse dinheiro sai dos cofres públicos para pagar os altos juros da dívida pública, alimentando a especulação financeira, para... “manter o grau de investimento” com os especuladores!

421. É por isso que o governo diz que não tem dinheiro para melhorar nossos salários. Essa política do superávit primário resulta na queda brutal dos investimentos públicos, recessão na economia, cortes drásticos no serviço público. Todos os Ministérios já se ressentem violentamente desses cortes que estão paralisando as iniciativas estatais, gerando situações inaceitáveis, sobretudo para os servidores federais que trabalham nos setores de ponta, no atendimento à população.
422. Ao mesmo tempo, o Congresso (o mais conservador desde 1964) se apressa a votar medidas contra os trabalhadores, como a terceirização das atividades-fim (PL 4.330), alegando “aumentar a competitividade”. E o STF, depois de 17 anos julgou a favor da implantação das chamadas Organizações Sociais (OS’s) que são uma forma aberta de terceirização-privatização-destruição do serviço público.
423. Mas ao contrário do que dizem o governo, a imprensa, os banqueiros e os patrões, o Brasil não precisa nem de “ajuste fiscal”, nem de PL 4.330, nem das MPs 664-665, nem de Organizações Sociais. Precisa, sim, de soberania nacional, derrubada dos juros, centralização do câmbio e dos fluxos de capitais. E precisa de um serviço público de qualidade, que atenda às exigências da população trabalhadora. Por isso a nossa luta específica, como servidores federais, pela aprovação de nossas reivindicações está firmemente articulada com a luta do conjunto dos trabalhadores e do povo em defesa dos direitos e contra o Plano Levy.

REGULAMENTAÇÃO DA CONVENÇÃO 151 DA OIT NEGOCIAÇÃO COLETIVA NO SETOR PÚBLICO

424. As relações de trabalho no serviço público federal precisam superar a mesanacional de negociação permanente que não tem resolvido às demandas da categoria. Isso só será possível com a regulamentação da Convenção 151 da Organização Internacional do Trabalho – OIT. A aprovação pelo Congresso Nacional da Convenção nº 151, e edição dos decretos 206/2010 e 7.944/2013 pelo presidente Lula promulgando a referida Convenção e a Recomendação nº 159, deram início ao processo. Precisamos pressionar o governo pela sua imediata regulamentação.

PARIDADE SALARIAL E INCORPORAÇÃO DAS GRATIFICAÇÕES DE DESEMPENHO

425. Os aposentados e pensionistas formam o grande seguimento da categoria dos trabalhadores, todos eles deram tudo de si para o crescimento do Brasil. Por tal razão não devem ser desprezados e esquecidos. O governo e a sociedade em geral têm que entender isso, pois todos eles fazem parte da máquina propulsora da nação, mercedores, portanto de respeito. As ações degradantes do governo em relação a essas pessoas, são por demais brutais e os poderes públicos vivem trabalhando na intenção de derrotar de vez com esse seguimento. Porém

devemos esclarecer a esse mesmo governo que os direitos e garantias devem ser mantidos e preservados.

426. Uma das grandes injustiças que ainda persistem é a falta da paridade salarial entre aposentados e pensionistas com os ativos. Depois de uma vida inteira cumprindo sua obrigação de servidores da nação, o aposentado vê seu poder de compra cair e justamente num período em que mais precisa. A paridade é uma questão a ser enfrentada pelo conjunto da categoria, articulada com outras questões de interesse geral como a incorporação das gratificações de desempenho pelo seu valor máximo, ou seja, 100% dos pontos para todos os servidores, inclusive aos atuais aposentados e pensionistas, garantindo a paridade.

REAJUSTE NO VALOR DO REEMBOLSO "PER CAPITA" AUXÍLIO DE SAÚDE

427. A CONDSEF e o SINTSEF/CE devem lutar para acabar com a disparidade entre o baixo valor "per capita" pago pelo governo no custeio da assistência à saúde suplementar, e os elevadíssimos valores dos planos de saúde especialmente para quem tem mais de 59 anos. Para corrigir essa distorção propomos que o reembolso "per capita" do governo deva ser proporcional aos valores pagos aos planos de saúde.

LUTAR PELO RETORNO DOS PDVISTAS

428. Os servidores federais foram pressionados para aderir ao PDV sob a ameaça de serem demitidos de qualquer forma sem essa “vantagem”. Na Conab, para dar maior credibilidade à farsa, foram fechadas unidades armazenadoras, cancelados contratos de prestação de serviços, disponibilizados imóveis para venda e empregados foram colocados à disposição das Superintendências. Foram ainda suspensos pagamentos a diversos fornecedores, reforçando a impressão de falta de recursos financeiros. Por fim foram divulgados os nomes dos que permaneceriam no quadro funcional. Os demais deveriam aderir ao PDV ou aceitar transferência para outros Estados. Assim, num ambiente insuportável e diante dessa encenação e pressão psicológica, muitos ignoraram os alertas e a campanha que os sindicatos e a CONDSEF fizeram para ninguém aderir ao PDV, não resistiram e foram enganados pelo governo. Para lutar contra essa injustiça propomos:

429. Plantão permanente na sede da CONDSEF de pelo menos três PDVISTAS, escolhidos pelas entidades filiadas, para ajudar nos encaminhamentos das demandas dos PDVISTAS, com custos e transporte, hospedagem e alimentação rateados pelas entidades filiadas em valor a ser calculado e aprovado pelo CDE;

430. Realização anual de encontro nacional dos PDVISTAS,

realizado pela CONDSEF, com encontros estaduais preparatórios realizados pelas filiadas visando discutir as demandas e organizar as ações para acelerar a luta pelo retorno dos PDVISTAS.

LUTAR PELA CONTAGEM DO TEMPO ESPECIAL INSALUBRE PELO MANDADO DE INJUNÇÃO 880

431. Em 6.05.2009, o STF julgou procedente Mandado de Injunção nº 880, ajuizado pela CONDSEF e entidades filiadas reconhecendo a falta de norma regulamentadora do direito à aposentadoria especial dos servidores públicos, previsto no art. 40, §4º, inciso III, da Constituição, aplicando-se à hipótese, no que couber, o disposto no artigo 57 da Lei n. 8.213/91, atendidos os requisitos legais. Por sua vez a Orientação Normativa nº 10, de 05 de novembro de 2010, do MPOG reconhecia, em ponto específico, o direito à conversão de tempo especial em comum: “Art. 9º O tempo de serviço exercido em condições especiais será convertido em tempo comum, utilizando-se os fatores de conversão de 1,2 para a mulher e de 1,4 para o homem.

432. No entanto, em 05.04.2013, a Coordenadoria de Normatização da Secretaria de Políticas de Previdência Social do Ministério da Previdência editou a NOTA Nº08/2013/CGNAL/DRPSP/SPPS/MPS, que dá uma interpretação aparentemente contrária à da Orientação Normativa nº10, citada. E com base nessa NOTA, a Advocacia-Geral

da União, elabora parecer em que recomenda que sejam revistos os procedimentos administrativos adotados para cumprimento das decisões prolatadas no Mandado de Injunção nº. 880. Lutemos para fazer valer a decisão do Mandado de Injunção nº880!

LUTAR PELA REGULAMENTAÇÃO DA APOSENTADORIA ESPECIAL PARA O SERVIDOR PÚBLICO

433. A Emenda Constitucional no. 47/2005 alterou o Art.40, §4º, incisos I, II e III, da Constituição, adotando critérios diferenciados para a concessão de aposentadoria para os seguintes casos de servidores: I - portadores de deficiência; II - que exerçam atividades de risco; III - cujas atividades sejam exercidas sob condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física. Em fevereiro de 2010 o governo encaminhou ao Congresso os Projetos de Lei Complementar nºs 554 e 555, regulamentando os incisos II e III, respectivamente. Pela aprovação já desses projetos!

FIM DA CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA DOS APOSENTADOS E PENSIONISTAS

434. Uma das medidas mais cruéis contra os aposentados e pensionistas foi a instituição de cobrança previdenciária sobre seus proventos (EC 41/2003). A revogação dessa

medida foi objeto de grande polêmica na discussão da ADIN 3.105, no STF. Na ocasião, restou vencido o voto da relatora que acolhia a ação sob a alegação de que o estabelecimento de contribuição previdenciária sobre a retribuição de servidor já aposentado configurava a violação de ato jurídico perfeito. Propomos intensificar a luta pela aprovação da PEC 555/2006, para pôr fim a Contribuição Previdenciária dos aposentados e pensionistas.

DEFENDER A SAÚDE PÚBLICA, REVOGAR A LEI DAS ORGANIZAÇÕES SOCIAIS (OS'S)

435. A nossa luta em defesa da saúde pública deve ser intensificada, há uma forte ameaça em privatizar, terceirizar um direito do povo trabalhador que é a saúde pública. Desde 1998 tramitava no STF o pedido de inconstitucionalidade da lei 9.637/98 de FHC, após longos 17 anos o STF julgou alguns pontos da lei inconstitucional, enquanto isso as Organizações Sociais proliferaram no país inteiro e os serviços foram entregues a entidades privadas. O SINTSEF/CE deve manter a exigência da revogação da lei 9.637/98 para que possamos reestabelecer em todo território nacional um sistema de saúde pública.

LUTAR PELO FORTALECIMENTO DA SECRETARIA ESPECIAL DE SAÚDE INDÍGENA

436. Face a particularidade dos Povos Indígenas, mediante a sua cultura e convívio no seu Habitat Natural, o Governo Federal no ano de 1999, através da Lei 9.836, acrescenta dispositivo na Lei 8.080, criando o subsistema da atenção à saúde Indígena, para atendimento as populações Indígenas em todo o território Nacional, no âmbito do Sistema Único de Saúde – SUS.
437. A Fundação Nacional de Saúde, com órgão Federativo, até o ano de 2010 ficou responsável por essa missão, na assistência direta da Atenção Básica e no monitoramento das Assistências na Atuação Secundária e Terciária do Sistema Único de Saúde – SUS. No ano de 1999, foi criado o Departamento de Assistência ao Índio – DSAI, a nível central da FUNASA e os Distritos Especiais Sanitários Indígenas – DSEI's.
438. Aos Distritos Sanitários Especiais Indígenas compete coordenar, supervisionar, monitorar e executar as atividades do subsistema de saúde indígena do Sistema Único de Saúde (SUS), nas respectivas áreas de atuação. OS DSEI's devem contar com uma rede de serviços de atenção básica organizada de forma hierarquizada e articulada com a rede de serviços do SUS para garantir a assistência de média e alta complexidade.

439. No ano de 2010, foi criada a Secretaria Especial de Saúde Indígena-SESAI, vinculada ao Ministério da Saúde, que assumiu a partir daí a missão da FUNASA em relação à assistência integral à saúde indígena, que conta com uma força de trabalho atualmente de em uma média de 18 mil servidores, sendo na sua maioria (em média 16 mil) no regime terceirizados contratados por instituições filantrópicas.
440. No ano de 2014, o governo lançou uma proposta de criação de um Instituto Nacional de saúde Indígena, instituto este de direito privado, ou seja, o referido órgão se criado substituirá a missão da SESAI, desta vez extinguindo os DSEI's e contratando serviços e mão de obras terceirizadas.

Propostas:

441. Defender o fortalecimento da SESAI e não ao seu sucateamento, que de acordo com a proposta do governo a SESAI fica apenas com a estrutura a nível central no Distrito Federal;
442. Gratificação indigenista para todos os trabalhadores que trabalham com saúde indígena;
443. Concurso público já no âmbito da SESAI;
444. Implementação imediata de políticas de recursos humano para os trabalhadores da SESAI;
445. Unificação da luta pelo não sucateamento da SESAI com o movimento Indígena;
446. Não a PEC 215, que transfere do poder executivo para o parlamento a demarcação de terras indígenas;
447. Homologação das terras indígenas já demarcadas e em processo de demarcação já;

BALANÇO DO SINTSEF/CE

RESGATAR O SINTSEF/CE PARA AS LUTAS DOS SERVIDORES

448. Há uma paralisia total no nosso sindicato, são quase seis anos que essa Direção abandonou a luta da categoria para se enclausurar entre quatro paredes na burocracia do aparelho sindical sem ter como foco os interesses dos seus filiados que deveriam ser o principal objetivo da nossa entidade.
449. Agora, faltando alguns meses para as próximas eleições a Direção resolveu sair da gaveta percorrendo o interior do estado para realizar cursos de formação, oficinas de comunicação e seminários de saúde do trabalhador nas sedes das Delegacias Sindicais. A pergunta que não quer calar, porque ao se aproximar do final do mandato a diretoria resolveu visitar as bases. Há de se ressaltar que para essas viagens se deslocam de oito a dez pessoas para ministrarem os eventos. Isso mais parece com os velhos políticos que deixam para executar obras eleitoreiras ao fim de seus mandatos, esse é objetivo dessas atividades o que é lamentável.
450. Desde o início do primeiro mandato, março de 2010, que essa Direção, deixou de lado todas as demandas da categoria para priorizar a perseguição política aos membros e apoiadores da Direção anterior utilizando meios espúrios como a difamação e a calúnia com o objetivo de desgastar

seus adversários, sem falar da total falta de democracia que reina no nosso sindicato durante todo esse tempo, inclusive restringindo a utilização da sede do sindicato para esses filiados da oposição realizarem suas reuniões na sede do sindicato adotando a política da panelinha.

451. A desmobilização da categoria é uma realidade como consequência da forma inconsequente e equivocada como vem sendo administrado o sindicato. A Direção não convoca nem mobiliza os servidores para participar das atividades e eventos como passeatas, atos públicos, manifestações, e greves, enfim não vem encaminhando as lutas em prol da categoria. Até a participação dos filiados nas assembleias e reuniões do Conselho de Delegados vem reduzindo cada vez mais isso ocorre pela falta de compromisso dessa Direção com a base e ausência nos locais de trabalho. Precisamos reverter essa situação e somente os filiados podem mudar esse quadro. Para isso conclamamos a categoria para se engajar junto conosco para resgatarmos o SINTSEF/CE para voltar a ser um sindicato combativo de classe e de luta. Capaz de organizar a os servidores e dar a volta por cima para a manutenção dos nossos direitos e arrancarmos as reivindicações.

DEVOLVER AO JORNAL DO SINTSEF/CE REGULARIDADE E DEMOCRACIA

452. O Jornal do SINTSEF/CE perdeu ao longo dos últimos seis anos duas de suas principais características a primeira a regularidade de publicação mensal passando algumas vezes até três meses para ser publicado em uma única edição. A segunda perda foi que o nosso jornal deixou de ser um espaço democrático em que todos filiados tinham direito de escrever e publicar matérias, agora somente os que comungam na cartilha da Diretoria têm suas matérias publicadas, nenhum outro filiado que seja da oposição tem direito a se expressar no jornal da entidade, até as fotos que são publicadas no jornal são selecionadas para evitar a veiculação de opositores.
453. Membros da atual Direção usaram e abusaram de atacar filiados da oposição com matérias difamatórias no jornal do sindicato sem dar o legítimo direito de resposta que foi negado pela Direção mesmo após ser aprovado pelo Conselho de Delegados de Base, instância superior a Diretoria o que reforça o perfil ditatorial dessa Diretoria aplicando os mesmos métodos excludentes dos meios de comunicação da burguesia.
454. A Direção restringiu a participação em cursos de comunicação no Núcleo Piratininga no Rio de Janeiro apenas para diretores e seus apoiadores excluindo a mesma oportunidade aos demais filiados. Em 2013 mais de dez de

seus membros e apoiadores realizaram essa viagem fato que vem se repetindo ao longo desses últimos seis anos, esse é mais um episódio que caracteriza muito bem o caráter arbitrário dessa Direção.

455. O edital de convocação para as assembleias gerais nem sempre é publicado no jornal da entidade, o caso mais recente ocorreu na assembleia do SINTSEF/CE realizada no dia 16 de maio de 2015, que teve como pauta assuntos da maior relevância para a categoria, cujo edital não foi publicado no jornal do sindicato dificultando o acesso dos filiados a informação, como consequência poucos filiados da capital participaram, cerca de apenas 20% dos presentes, os filiados do interior compareceram em maior escala porque as Delegacias Sindicais de Base fizeram o trabalho de divulgação.
456. Todos esses absurdos não podem continuar temos que dar um basta, uma das prioridades do SINTSEF/CE deve ser a comunicação para levar as informações corretas, precisas e de forma rápida e eficiente aos seus filiados para isso precisamos devolver ao nosso jornal sua regularidade de publicação mensal, um espaço democrático de contribuição para a formação política aos filiados com publicação das mais variadas matizes de pensamento que atuam na entidade. Garantir a sua distribuição nos locais de trabalho e envio pelos Correios aos aposentados e pensionistas e aos filiados dos órgãos militares.

457. Devemos garantir a sua distribuição aos filiados nos locais de trabalho e envio pelos Correios aos aposentados e pensionistas, todo mês o nosso Jornal tem que ser entregue aos delegados de base e coordenadores das delegacias durante as reuniões do Conselho de Delegados de Base e coordenadores das Delegacias Sindicais.

AS FINANÇAS DO SINDICATO VIVEM UMA CRISE SEM PRECEDENTES

458. A gestão das finanças tem sido uma lástima o sindicato vem passando uma crise financeira sem precedentes, só para se ter uma ideia da situação a Direção tomou várias providencias para tentar tirar o sindicato do vermelho tais como: cancelou várias reuniões do Conselho de Delegados, reduziu a participação dos filiados em eventos nacionais como caravanas e plenárias, os repasses financeiros previstos no estatuto para as Delegacias Sindicais de Base foram suspensos por sete meses e nunca devolvidos, praticamente nenhum investimento foi feito na estrutura das Delegacias, até o veículo da Delegacia da Região Norte foi adquirido com recursos próprios da Delegacia. O 11º Congresso do SINTSEF/CE foi ameaçado de não ser realizado para viabilizá-lo teve que ser reduzido de cinco para apenas três de duração, esses são apenas alguns dos exemplos da má gestão com o dinheiro dos filiados.

459. O mais agravante é que apesar de todos esses sérios problemas das finanças, há cinco anos essa Direção não presta contas do dinheiro arrecadado dos filiados para esclarecer o porquê dessa situação tão calamitosa que vive a entidade. Durante todo esse tempo a Direção não cumpre o estatuto que determina a realização anual de assembleia geral para apreciação e aprovação do balanço financeiro e patrimonial do sindicato.

460. As informações sobre as receitas e despesas do sindicato são uma verdadeira "caixa preta" apenas membros da Direção Colegiada e Conselho Fiscal tem acesso, quando o dever da Diretoria era repassa-las nas reuniões do Conselho de Delegados. Nem mesmo aquelas despesas extras que segundo o estatuto necessitam de autorização do Conselho de Delegados depois de aprovadas e realizadas são informadas a essa instância.

RETORNAR AS REUNIÕES MENSAS DE APOSENTADOS E PENSIONISTAS

461. Uma das grandes iniciativas de gestões anteriores foi criar e manter a realização de reuniões mensais de aposentados e pensionistas da região metropolitana de Fortaleza na sede do SINTSEF/CE. Isso fortaleceu em muito a organização e intensificou a participação desses companheiros e companheiras em todos os eventos e lutas.

462. Movimentando um setor a pondo de reunir mensalmente cerca de uma centena de aposentados e pensionistas na sede do sindicato com ricos debates abordando assuntos que despertavam o interesse em participar todo mês dessas reuniões e motivavam centenas de novas filiações.
463. Na época, a coordenação de aposentados e pensionistas tendo a frente os companheiros Geraldo Costa, Murilo Maciano e Eudes Rodrigues desenvolveu um excelente trabalho com muita dedicação conseguiu agregar os aposentados e pensionistas que passaram a integrar a vida diária do sindicato buscando informações e dando suas valiosas contribuições para o fortalecimento da entidade.
464. Essa atual direção não deu continuidade ao brilhante trabalho desenvolvido anteriormente muito pelo contrário ela esvaziou as reuniões mensais de aposentados e pensionistas e usou isso como argumento para realiza-las apenas de dois em dois meses. Ora isso teve uma péssima consequência os aposentados e pensionistas deixaram de frequentar o sindicato como faziam antes a ponto de o sindicato ter que contratar uma funcionaria para trabalhar na sala dos aposentados para atender os telefonemas dos filiados.
465. Anteriormente esse trabalho era desenvolvido pela coordenação de aposentados e pensionistas com bem mais habilidade e conhecimento para atender os aposentadores e pensionistas. Conclamamos a todos aposentados e

pensionistas para lutarem junto conosco para que sejam retomadas as reuniões mensais produtivas e atrativas e uma adequada e merecida atenção aos aposentados e pensionistas.

PLANO DE LUTAS

466. Incorporação das gratificações de desempenho pelo valor máximo 100% dos pontos para todos os servidores, inclusive para os atuais aposentados e pensionistas;
467. Extensão da tabela salarial instituída pela Lei 12.277/10 aos cinco cargos específicos de nível superior para as demais carreiras. Para o servidor de nível intermediário e auxiliar, aplica-se os mesmos percentuais estabelecidos para o nível superior;
468. Política salarial permanente que permita recomposição das perdas inflacionárias;
469. Lutar para instituir a data base em 1º. de janeiro;
470. Isonomia dos benefícios entre executivo, legislativo e judiciário;
471. Reajuste salarial 27,3% já;
472. Reajuste no valor do reembolso "per capita" auxílio de saúde;
473. Regulamentação da Convenção 151 da OIT, negociação coletiva no setor público;

474. Corrigir as distorções salariais;
475. Definir Diretrizes gerais de carreira;
476. Readmitir os demitidos e anistiados do governo Collor;
477. Substituir terceirizados por concursados, ampliar os concursos públicos;
478. Lutar pela reestruturação do DNOCS;
479. Lutar para reverter a situação dos anistiados para transpor em conformidade com a lei de anistia 8.878/94, quanto ao enquadramento e congelamento salarial,
480. Reversão dos cortes orçamentários: recuperação dos órgãos públicos;
481. Lutar pela reintegração dos PDVISTAS;
482. Regulamentação da Convenção 151 da OIT, negociação coletiva no setor público;
483. Lutar pelo fim da Contribuição Previdenciária dos Aposentados e Pensionistas;
484. Lutar por mais investimentos no serviço público;
485. Lutar pelo direito irrestrito de greve;
486. Lutar pela Aposentadoria Integral para todos Servidores;
487. Contra a Previdência Complementar e os Fundos de Pensão dos servidores federais;
488. Lutar pela reconquista dos direitos retirados dos servidores;
489. Lutar pela Revogação da Lei das Organizações Sociais;
490. Lutar contra a terceirização, abaixo o PL4330;
491. Lutar em defesa dos servidores da FUNASA e Ministério

- da Saúde que trabalham descentralizados para o Estado e municípios combatendo perseguições e assédio moral;
492. Lutar pela imediata realização de Concursos Públicos;
493. Lutar pela revogação da Lei 9.632/98 que extingue cargos no serviço público;
494. Lutar pela aglutinação de cargos;
495. Lutar pela Ascensão Funcional, aprovação da PEC 257;
496. Combater as práticas de Assédio Moral e a qualquer tipo de assédio;
497. Lutar pela retirada do PLP 248/98 –demissão por suposta “insuficiência de desempenho”;
498. Lutar pela retirada do PL 549/09, que congela investimento no serviço público;
499. Lutar pelo fim das perseguições aos dirigentes sindicais;
500. Lutar pela ratificação da convenção 158 da OIT contra as demissões imotivadas;
501. Lutar pelo PL 2.295/00 que reduz a carga horária dos profissionais de enfermagem;
502. Reforçar a Campanha Salarial Unificada dos Servidores Federais!
503. Lutar por tabela salarial única no poder executivo;
504. Lutar pelo restabelecimento dos anuênios e licença-prêmio para todos;
505. Lutar pela Isonomia do auxílio-alimentação e demais benefícios entre os três poderes;

- 506. Lutar contra as privatizações e as parcerias públicas privadas (PPP);
- 507. Lutar pelo fim do imposto sindical;
- 508. Lutar em Defesa da Seguridade Social Pública;
- 509. Lutar pelo fim do Fator Previdenciário que amputa as aposentadorias;
- 510. Lutar pela valorização do salário mínimo;
- 511. Lutar pela atualização do índice de produtividade da terra! Reforma agrária já;
- 512. Lutar pela retirada das tropas brasileira do Haiti;
- 513. Lutar pela redução da jornada para 40 horas sem redução de salários;
- 514. Lutar pela Convenção 87 da OIT, liberdade e autonomia sindical;
- 515. Lutar para anular os leilões dos aeroportos e barrar a continuidade das concessões;
- 516. Participar de todas as mobilizações que exijam a punição dos crimes da Ditadura Militar, com a revogação da Lei de Anistia e a reparação das famílias das vítimas;
- 517. Mobilizar contra os leilões de privatização e concessão de empresas públicas, na linha da reestatização do que foi privatizado;
- 518. Por uma Petrobras 100% estatal e que exerça o monopólio da União restabelecido sobre todas as áreas produtoras no Pré-sal e fora dele;

- 519. Pela revogação da Lei de Responsabilidade Fiscal e o fim da política do Superávit Primário que estrangulam os investimentos nos serviços públicos e na valorização dos servidores;
- 520. Defender a Saúde Pública, revogar a Lei das Organizações Sociais;
- 521. Apoiar a luta dos trabalhadores em Educação pela aplicação integral da Lei do Piso, reivindicando do governo federal que tome medidas que obriguem governadores e prefeitos a cumpri-la;
- 522. Exigir o fim da desoneração da contribuição patronal em folha para o INSS, em defesa da Previdência Pública!
- 523. Combater a terceirização nos setores público e privado, bem como a alta rotatividade da mão de obra. Não ao PL 4330!

ASSINAM INICIALMENTE ESTA TESE, ESTANDO ABERTA A NOVAS ADESÕES:

Adalberto Farias de Oliveira	Antônio do Santo Rufino
Adão Alves de Paiva	Antônio Domingos de Castro
Adrião Carvalho Magalhaes	Antônio F. de SousaFilho
Aécio Fabio Araújo Soares	Antônio Ferreira da Silva
Albanizo Fernandes De Sousa	Antônio Gilvan Alencar
Aluisio Bastos Pereira	Antônio Gomes de Oliveira
Amilcar Fonseca Cunha	Antônio Joaquim de Moura
Ana Cristina Alves Gondim	Antônio Jorge da Costa
Anastácio M. Nepomuceno	Antônio Magalhaes Filho
André Oliveira Mota	Antônio Orlando de Lima
Anildo Rodrigues de Souza	Antônio Pedro de Oliveira
Antônia Alves Bandeira	Antônio Pereira dos Santos
Antônia de Almeida Jales	Antônio Pinto F. da Silva
Antônia de Sousa Barbosa	Antônio Rodrigues Martins
Antônia Gomes de Souza	Antônio T. de Souza
Antônia Lucia G. dos Santos	Antônio Teles Esmeraldo
Antônio Alberto Bezerra	Arão Fernandes Neto
Antônio Beserra Lima	Argemiro C. de Medeiros
Antônio Bezerra do Vale Neto	Arlindo Bernardo de Arruda
Antônio Bezerra Duarte	Asevedo Quirino de Sousa
Antônio Cardoso da Silva	Benedita de Paula da Silva
Antônio Clecio Lavor Farias	Benedito Batista de Holanda
Antônio de Souza Mulato	Carlos Alberto Correia Lima
Antônio Demontiez Bezerra	Carlos Alberto do Amaral
Antônio do Monte Silva	Cicero Dias Lima
Antônio do N. Marinho	Cicero Pereira da Silva

Claudia Rosas de Sousa	Francisca Hora Passos
Cleire Maria L. de Mesquita	Fca Inácia de Lima Guimaraes
Clodoaldo Olinda Fernandes	Francisca Ivoneide C. Costa
Cristiano de Almeida Sobral	Francisca Lucinda de Luna
Damiao Rogerio da Silva	Francisca Ludimila Falcão
Danúbio Pessoa Freire	Francisca Maria da Silva
Deusimar Oliveira do Vale	Fca Marques de L. Santiago
Djalma Jorge de S. Monteiro	Francisca Pereira Milone
Domingos L. dos Santos	Francisco Admar do C. Lima
Ednir Alberto de C. Lima	Fco Adriano Martins de Sousa
Edson Maciel dos Santos	Francisco Airton T. Serafim
Elias Souza Freitas	Francisco Aldemir Barbosa
Eliseu Lima Sousa	Fco Alves do Nascimento
Erivan Anastacio de Sousa	Francisco Antônio B. Araújo
Espedito Benicio F. Nogueira	Fco Antônio de Melo Carvalho
Fabiola Silva Gomes	Francisco Antônio de Sousa
Fernando Alves de Sousa	Fco Antônio do Nascimento
Fernando Antônio O. Santos	Francisco Belo de Sousa
Fernando Prado Parente	Francisco Bezerra Soares
Fernando S. Mascarenhas	Francisco Carlos Alves Camelo
Filomena Maria de C. Silva	Fco Carlos Nogueira Viana
Flavia Teixeira Saboia	Fco Carlos Viana de Carvalho
Flavio Brandao de Farias	Francisco Clovis de Oliveira
Francimar Viana de Queiroz	Francisco das Chagas Gomes
Francisca Colasso de Sousa	Francisco de Assis de Sousa
Fca de Maria Araujo Martins	Francisco de Assis Matos Lima
Francisca Dilva L. dos Santos	Francisco de Freitas Filho

Francisco Denilson Paixão	Fco Raimundo do Nascimento
Fco Deusimar G. de Carvalho	Francisco Rodrigues Lima
Francisco Diogenes Filho	Fco Vilemar A. Bezerra
Francisco Edilson Pontes	Francisco Vital de Carvalho
Francisco Edmilson Amorim	Francisco Zilmar Alves Feitosa
Francisco Eudo Soares Pinto	Francivalter Alves Ferreira
Fco Eudorio Pereira Romao	Geraldo Carlos da Silva
Fco Evandro dos S. Castro	Geraldo Pereira da Costa
Francisco Firmino Neto	Gerardo Carneiro da Rocha
Francisco Freitas Cabral	Gilmar Alves Bezerra
Francisco Germano Moreira	Gilvan Andrade de Castro
Francisco Gomes de Sousa	Helena Carlos de Azevedo
Francisco Gonçalves Lucena	Heleno Gomes de M. Neto
Francisco Holanir Cabral	Hervalino da Silva Moreira
Francisco Ivan Monteiro	Ilma de Pinho Araujo Bandeira
Francisco Joaquim Farias Vale	Inacio Xavier de Oliveira
Fco José Alexandre Sousa	Iones Ferreira Jacinto
Fco José Alves Lima	Ivanildo Ferreira dos Santos
Fco José Aragão Facundo	Jacinta Maria Lopes da Silva
Francisco José de Lima	Jairo Glauter da Silveira
Fco José de Souza Da Silva	Jesus Ramalho Perdigão
Francisco Liberato de Lima	João Batista de Oliveira
Fco Manuel de Freitas Neto	João Bosco Albino dos Santos
Francisco Martins de Castro	João Bosco C. Vasconcelos
Fco Mewdo Silvestre Alves	João Bosco de Melo
Francisco Neuton Neto (Sasá)	João Bosco Nicolau
Fco Paulo S. dos Santos	João Calaça Filho

João Chagas de Lima	José Evandir Rodrigues
João de Oliveira Pontes	José Evandro Furtado
João Lucio de Sousa	José Flavio de Sousa
João Rodrigues Soares	José Francisco Barros
João Rurik de Sousa Filho	José Francisco do Nascimento
Joaquim Florêncio de S. Nunes	José Genival Pereira da Silva
Joaquim Sousa de Oliveira	José Goncalves Dos Santos
José Afonso Barbosa Da Costa	José Hélio Alves de Araújo
José Airton Franca Vieira	José Ivan Mendes Melo
José Alberto Chaves	José Laerton P. Alexandre
José Alberto Pereira	José Leite Lima
José Alexandre de Amorim	José Maia da Silveira
José Almir Falcão Silva	José Marcelo F. de Brito
José Almir Gomes Lima	José Maria da Conceição
José Amilton de Brito	José Maria de Oliveira
José Antônio da Costa	José Maria Pereira
José Araújo Cavalcante	José Maria Soares Furtado
José Araújo da Silva	José Mario Santos Barbalho
Jose Candido Mendes Neto	José Moreira de Sousa
José Carlos de Oliveira Melo	José Murilo Maciano
José Colares Napoleão Freire	José Nilson Bernardo Junior
José Danúbio Bezerra Primo	José Odaci C. Lima e Silva
José de Anchieta de Oliveira	José Osias de Santiago
José de Assis	José Paz de Oliveira
José Edilberto de Negreiros	José Rainar Sousa Paixão
José Edivan da Silva	José Ranilson P. dos Santos
José Elder Alves Farrapo	José Rotielio e Silva

José Sabino da Silva	Magda Maria C. Nogueira
José Sergio Soares	Manoel Alfredo Arcanjo
José Valdir Moura	Manoel Alves Duarte Filho
José Weber Goncalves Pereira	Manoel Bomfim Gonçalves
José Wilson Alves	Manoel Pereira da Silva
José Wilson dos S. Pereira	Manuel Agostinho R. Braz
José Wilton do Nascimento	Marcelo da Costa Miranda
José Zezito dos Santos	Marconi Rodrigues de Sousa
Josemar Martins Lima	Maria Arlete Pereira de Araújo
Jucelino Araújo Serra	Maria Auxiliadora Lima
Juracy Carneiro de Lima	Maria Bernadete G. da Silva
Karla Cecilia Aguiar Barbosa	Maria Conceição A. Moreira
Leuda Figueredo de Freitas	Maria Conceição Carneiro
Liduína Ferreira dos Santos	Ma da Conceição V. Bittencourt
Lucia do Nascimento de Lima	Maria das Graças A. Chaves
Lucinea Oliveira P. de Freitas	Maria das Graças F. Silva
Lucy Mary Gomes Matos	Romão
Luis Carlos Oliveira	Maria das Graças L. Magalhaes
Luis Sergio Cardoso	Maria de Fátima B. Rocha
Luiz Haroldo R. Monteiro	Maria de Fatima C. da Silva
Luiz José da Silva Catarina	Maria de Fátima G. Nogueira
Luiz Lima Soares	Maria de Fátima M. Silva
Luiz Monteiro Ribeiro	Maria de Lourdes Barbosa
Luiza Aparecida A. de Oliveira	Maria de Nazaré A. da Silva
Luziana Araujo Soares	Maria do Carmo de A. Teixeira
Luziana Emidio Laureano	Maria do Socorro Alencar
Luzimar Alves de Oliveira	

Maria do Socorro A. da Costa	Marilza Rodrigues de Moura
Maria do Socorro D. Oliveira	Marlice Marques de Freitas
Ma do Socorro M. de Aquino	Marta Ercilia Melo dos Santos
Maria Dora Barbosa Bravo	Mirabeau S. do Nascimento
Maria Edna Medeiros	Miracy Ferreira Lima
Maria Elba Bessa Lopes	Moiseis Doroteu de Souza
Maria Elisabete R. de Almeida	Moisés Linhares Arruda
Maria Eugenia Carneiro Souza	Moises Rodrigues Mourão
Maria Ferreira de Brito	Monoel Antônio do Amaral
Maria Goreth Fernandes	Nilson de Alencar Ferras
Maria José M. de Oliveira	Nilze Costa e Silva
Maria Joselita Morais	Paulo Roberto M. Façanha
Maria Leirimar Bezerra Costa	Paulo Venicio Luna Ribeiro
Maria Leone Nunes Vieira	Pedro Alberoni C. Moreira
Maria Lindalmira de C. Farias	Pedro Carlos Rocha
Maria Lucia da Silva Marques	Pedro Holanda Sobrinho
Maria Lucielma da Silva	Pedro Jorge Guedes Barroso
Maria Madalena Ribeiro	Pedro Paulo Ferreira da Silva
Maria Marlene T. Rodrigues	Pedro Paulo Maia Chaves
Maria Marta de Sousa	Pedro Rodrigues Pedrosa
Maria Nila da Silva Dias	Quintino Grangeiro Neto
Maria Rosalina L. de Carvalho	Raimunda Ranilda A. da Silva
Maria Socorro Oliveira Bastos	Raimunda Teixeira Gomes
Maria Vieira da Silva	Raimundo Alberto F. Manco
Maria Zilda Duarte da Silva	Rdo Candido D. de Sousa
Marilene Canuto A. de Macedo	Raimundo Cunha Filho
	Raimundo G. Santiago

Raimundo Luiz de Santana	Sebastiao Vieira de Negreiros
Rdo Nonato B. dos Santos	Sidrônio Ferreira e Silva
Raimundo Nonato de Oliveira	Silvio Augusto R. Torquato
Raimundo Nonato Limeira	Valdemar Rufino de Sousa
Raimundo Nonato S. da Silva	Valdir Gonçalves Lima
Rdo Nonato V. de Macedo	Valmir Torres da Silva
Raimundo Oliveira dos Santos	Vandevaldo Gomes Nunes
Rdo Praciano de Oliveira	Vania Maria T. de Oliveira
Reginaldo Ferreira de Moraes	Vera Lucia Varela da Silva
Renato Victor da Costa	Vicente de Paulo Brito
Ricarte Souza Oliveira	Vicente de Paulo Sousa
Rita de Cassia Carneiro Cabo	Vicente Fabio Xavier Nonato
Rita de Cassia Cunha	Vicente Fernandes Bezerra
Roberto Luque de Sousa	Vicente Ferreira Lima Filho
Robson Luis Sales Melo	Walla Forte Alves
Rubens Demontier Santana	Wilson Borges da Silva
Sandra Lucia da Silva Mota	Zaira Maria Fontenele Martins
Sebastiao Francisco da Cruz	Zilene da Silva Xavier

TESE 3

POR UM SINDICALISMO CLASSISTA, INDEPENDENTE, COMBATIVO, REVOLUCIONÁRIO E SEM COLABORAÇÃO DE CLASSE

MOVIMENTO MOBILIZAÇÃO COMPROMISSO E LUTA
= MOVLUTA =



“A HISTÓRIA DA SOCIEDADE ATÉ OS NOSSOS DIAS É A HISTÓRIA DA LUTA DE CLASSES.”
(KARL MARX, 1818-1883)

“A EMANCIPAÇÃO DA CLASSE TRABALHADORA SERÁ OBRA DA PRÓPRIA CLASSE TRABALHADORA.”
(KARL MARX, 1818-1883)

“... NÃO É TRANSFERINDO CONHECIMENTO QUE SE DESENVOLVE A CONSCIÊNCIA CRÍTICA, MAS CRIANDO AS POSSIBILIDADES PARA A SUA PRÓPRIA PRODUÇÃO OU A SUA CONSTRUÇÃO.”
(PAULO FREIRE, 1921 - 1997)

CONJUNTURA MUNDIAL E A CRISE DO CAPITALISMO

524. A luta da juventude e da classe trabalhadora no Brasil contra a opressão do Sistema Capitalista é a mesma dos trabalhadores e jovens dos demais países do mundo inteiro. É a resistência dos explorados e oprimidos contra os grandes grupos capitalistas (banqueiros, grandes empresários e latifundiários) que controlam e, ao mesmo tempo, estão destruindo o planeta.

525. A crise econômica mundial do Sistema Capitalista continua causando enormes abalos no mercado mundial e nos governos da Europa e EUA. Só se compara com a crise de 1929 (grande depressão econômica mundial). Trata-se de uma crise estrutural do capitalismo, de superprodução de mercadorias que aposta no consumismo desenfreado da população. Porém, como o "sistema", contraditoriamente, provoca a exclusão de milhões de trabalhadores que produzem as riquezas, não tem como esse próprio "sistema" se sustentar. Pois, se esses próprios trabalhadores são postos fora do mercado de trabalho pelo capitalista,

como vão consumir? Na Espanha, Portugal, norte da



África, Oriente Médio e, agora, a Grécia servem bem como exemplos de como é tratada a crise, com a implementação dos planos de "austeridade", "ajustes", demissão de servidores públicos, desemprego em outras categorias, redução de salários, ataques à previdência e aos direitos sociais.

526. O quadro na Grécia é de profunda crise econômica, com o país mergulhado numa tragédia social de grande intensidade. O capital especulativo impôs ao povo grego uma falência do Estado,



através "cassino internacional financeiro", exigindo do governo duros ataques à classe trabalhadora da Grécia, com o objetivo de liberar o dinheiro público (orçamento nacional) para o pagamento de juros. Desde 2008, os governos gregos seguiram à risca o programa neoliberal do FMI e da União Europeia sob a supervisão da Alemanha. Resultado: cortes sociais, desemprego, recessão. Mesmo cumprindo com todas as exigências do monstro chamado Sistema Capitalista, não foi possível satisfazê-lo. Como uma fera faminta o monstro acuou e quer sugar até o "sangue" da Nação Grega.

527. A crise econômica mundial deu lugar a novos fenômenos políticos no continente europeu. A vitória de uma coalizão de esquerda, o "Syriza" na Grécia e o surgimento do "Podemos" (Partido de esquerda) na Espanha, são exemplos emblemáticos do desgaste da política de "austeridade" do Troika (Banco Central Europeu, FMI e Comissão Européia) e dos regimes políticos nesses países, que são os mais atingidos pela crise. A eleição do "Syriza" foi um claro voto anti-austeridade, contra os duros ajustes, a retirada de direitos, rebaixamento salarial e aumento da pobreza.

528. Mas, há um problema crucial nesses exemplos da Espanha e Grécia. Esses países, como no Brasil, continuam dominados pelas amarras da política econômica da burguesia nacional e internacional.



É preciso livrar-se dos regimes políticos-econômicos capitalistas. Pois, através destes, os países e seus povos vão continuar escravizados.

529. O capitalismo não é o fim da história. Na realidade, é uma etapa da história da humanidade caracterizada por um modelo econômico que não tem como atender às necessidades dos trabalhadores, da juventude e demais explorados da população. Só a luta da classe oprimida de todo o mundo pode construir uma alternativa, um outro

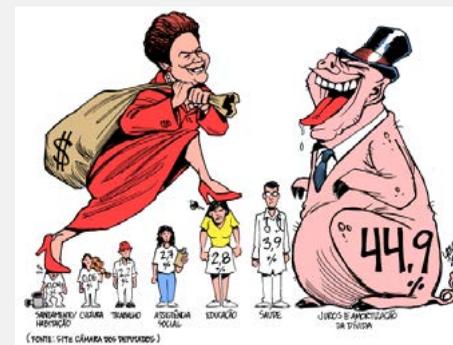
modelo de sociedade que possa superar essa crise vivida no planeta terra. Trata-se de uma questão de sobrevivência da espécie humana.

530. É necessário, portanto, unir todas as lutas em cada país e em nível mundial para confrontar e derrotar a política dos capitalistas que descarrega a crise nas costas dos trabalhadores. Para conseguir isso é preciso romper com direções de centrais sindicais que se alinham com governos e partidos que estão a serviço e se submetem ao Sistema Capitalista. Ao mesmo tempo, reorganizar a classe trabalhadora para construir alternativas políticas e sindicais verdadeiramente revolucionárias.

CONJUNTURA NACIONAL DIANTE DA CRISE CAPITALISTA

531. Dando continuidade à sua ofensiva política e econômica pelo mundo, o Sistema Capitalista através do projeto neoliberal, mesmo em crise, segue em curso no Brasil cooptando alguns partidos que se colocam, ou pelo menos tinham um programa no campo de esquerda,
532. Dilma Rousseff (PT) reeleita, por pequena margem, numa disputa eleitoral presidencial mais polarizada desde 1989 teve que fazer um discurso mais a esquerda para não perder as eleições e preservar o apoio da maioria dos trabalhadores, os quais, mais uma vez, deram um voto de confiança ao Partido dos Trabalhadores.
533. Ao assumir seu segundo mandato, o Governo Dilma (PT), em nome da governabilidade, submete-se aos partidos "aliados" (PMDB, PTB e outros) tornando-se refém destes. Ou seja, o PT e seu governo, em vez de se aliar aos trabalhadores, através dos movimentos popular, sindical e estudantil, alia-se aos representantes do "mercado" para gerenciar o Sistema Capitalista. É tanto que nomeia para Ministro da Fazenda, Joaquim Levi, homem de confiança do dono do Bradesco e, para o Ministério da Agricultura, Kátia Abreu, fiel representante do agronegócio.
534. Obedecendo a cartilha neoliberal para combater a crise e para manter o equilíbrio da economia capitalista, o segundo

mandato do Governo Dilma inicia aplicando uma política de ajuste fiscal, através das medidas provisórias 664 e 665, retirando direitos e fazendo cortes nos investimentos sociais que prejudicam a classe trabalhadora e demais explorados.



535. Diante de tais medidas e de alianças políticas conservadoras com base na prática corrupta do "toma lá da cá", constata-se que o governo Dilma rendeu-se aos interesses de mercado ao atacar direitos sociais e previdenciários; ao aumentar tarifas de energia, combustíveis e alimentos.
536. Ao mesmo tempo, dando continuidade a mesma política econômica neocapitalista do PSDB, o Governo Dilma mantém enormes benefícios aos grandes empresários. Privatizando ou fazendo concessões de aeroportos, ferrovias, estradas dentre outros.
537. No campo não foi diferente. O novo código florestal representou um enorme retrocesso na luta ambiental e o fortalecimento do agronegócio. A reforma agrária parou no governo Lula e segue estagnada no governo Dilma. Por outro lado, deixa a desejar o investimento em agricultura familiar.

538. Aliado a tudo isso, temos um congresso nacional mais conservador desde a redemocratização do país, especialmente a bancada evangélica e a de segurança, redução da ambientalista e um acréscimo da ruralista. Com forte presença do agronegócio, deixamos de eleger vários parlamentares que faziam o contraponto em vários temas, especialmente os direitos humanos, e um aumento substancial na bancada empresarial. Prova disso é aprovação do PL 4330/04 na Câmara, onde as empresas podem contratar trabalhadores terceirizados em qualquer ramo de atividade para execução de qualquer tarefa, seja em atividade-fim ou meio.

539. É preciso reafirmar que não fomos nós trabalhadores quem produziu a crise. Por isso é necessário e urgente reorganizar a classe trabalhadora para realizar uma greve geral contra a política econômica do subserviente Governo Dilma orientado pelo Sistema Capitalista.

540. Por outro lado, observa-se a colaboração das direções majoritárias do movimento sindical, em especial da CUT, quando centenas de sindicalistas dessa Central Sindical foram fazer parte dos governos Lula e Dilma. Não é à toa que a CUT não consegue mais ou não quer mobilizar a classe trabalhadora para confrontar com o governo do PT. É notória a desestruturação das instituições dos trabalhadores, haja vista o avanço da cooptação de lideranças da cúpula sindical, popular e estudantil com o objetivo claro de neutralizar a reação da classe trabalhadora.

541. É necessário, portanto, elevar o nível de conscientização política dos trabalhadores e, em particular, dos trabalhadores do Serviço Público, através da teoria política para compreender os fundamentos econômicos e políticos do sistema e, pela prática revolucionária, combatê-lo. Só a partir dessa mediação entre teoria e prática (práxis) é possível seguir em busca de um novo modelo de sindicato, bem como um novo projeto de sociedade.

OS GOVERNOS LULA E DILMA E A LUTA DOS SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS

542. Hoje, já não há mais dúvidas que no governo Lula e Dilma e seus aliados não há um projeto de serviço público para o país. Combinado a isso, observou-se um verdadeiro ataque aos servidores e ao serviço público nos últimos 10 anos. Infelizmente, semelhante ao governo FHC, o sucateamento, desmantelamento, privatização, terceirização e contratos temporários no serviço público continua. Por

O Governo Dilma tem valorizado o Serviço Público e os servidores?

Não é justo pagarmos a conta



outro lado, nós trabalhadores, temos a certeza de que para o Brasil desenvolver-se é necessário um serviço público gratuito e de qualidade que atenda as necessidades da população que já paga uma enorme carga tributária para usufruir desse direito.

543. Em 2002, antes de iniciar seu primeiro mandato, Lula recebeu da CONDSEF uma pauta de reivindicações contendo 13 itens. Perguntamos: O que foi atendido até hoje? O governo criou centenas de tabelas salariais, em vez de atender a proposta de plano de carreira único para os servidores. Não temos data-base. Não temos uma política salarial para repor as perdas da inflação e, para piorar, criou-se uma política de reajustes em gratificações que além de não contemplar os servidores ativos, prejudica os aposentados e pensionistas. Aos servidores resta apenas duas opções: lutar ou assistir à extinção da carreira, através do PL 4330 (Terceirizações).

544. De 2003 para cá, o governo Lula até Dilma, semelhante aos governos anteriores, seguiu a lógica da exploração capitalista. Como exemplo, realizou a compra (mensalão) da Reforma da Previdência (2003) que confiscou direitos e

E a paridade entre
Ativos e
Aposentados?
Data-base?
Reajuste Salarial?
Plano Carreira?



significou um grande prejuízo para os trabalhadores.

545. Em 2012, vimos como foi o tratamento do governo da Presidente Dilma em relação à greve dos servidores públicos federais. Além de não atender a pauta de reivindicações, cortou pontos e salários dos servidores em greve. Com a pressão do movimento teve que conceder 15,8% em três anos, mas sem repor inflação desde o governo Lula, ficando o restante das demandas nas chamadas mesas de negociação (embromação). Agora, com o apoio da “esquerda oficial”, o Governo Dilma faz cortes nos investimentos sociais e pretende regulamentar o direito de greve dos servidores através de uma reforma imposta de cima para baixo que na realidade quer acabar com esse direito.

546. Por outro lado, é necessário buscar a participação dos aposentados e pensionistas, enfatizando a questão da paridade, já que temos mais da metade dos servidores e servidoras com tempo para se aposentar. Mas, por uma questão de sobrevivência, adiam o usufruto desse direito porque na regra atual sofrem uma grande corte nos seus salários em torno de 30%. Ou seja, servidor(a) depois de ter prestado um relevante serviço no desempenho de suas funções para a população, sofre uma redução salarial quando as necessidades aumentam, caindo sua qualidade de vida.

547. É necessário um movimento nacional de pressão de toda a categoria, seja ativo ou aposentado, para pressionar e exigir do governo a garantia de salário digno na aposentadoria.

É preciso denunciar, através da mídia, esse desrespeito com trabalhador do serviço público ao se aposentar. Discutir e construir com urgência alternativas para reverter esta situação.

548. Em diversas reuniões com o governo (Ministério do Planejamento) a questão não é resolvida e já se protela por muito tempo. Existem, inclusive, distorções entre os servidores. Pois, as chamadas carreiras típicas de Estado (arrecadação, fiscalização, controle, dentre outras) que recebem sua remuneração por subsídios não tem redução salarial quando se aposentam.

549. As manifestações têm que continuar. Os servidores públicos não podem mais esperar passivamente, é urgente a retomada da mobilização e a realização de uma GREVE GERAL em 2015 por nossas reivindicações e por um serviço público gratuito e de qualidade.



MESA DE NEGOCIAÇÃO OU MESA DE "EMBROMAÇÃO"?

550. As greves e pressões da categoria fez com que o governo, através do Ministério do Planejamento, em 2003, instituisse as chamadas mesas de negociação, nas quais se pretendia avançar em relação às reivindicações

Mesa de Negociação ou de Embromação ???



apresentadas pelos servidores. Porém. Estabeleceram-se acordos setORIZADOS, na maioria não cumpridos pelo governo, provocando a fragmentação da categoria. Sem um prazo a cumprir, não tendo início, meio e fim, tais mesas serviram apenas para desarticular o movimento grevista dos servidores.

551. Queremos indagar: O que houve de avanços concretos em dez anos de negociação nessas mesas? Somos a favor do diálogo e da negociação, mas não podemos negociar sem estarmos mobilizados e em greve.

BALANÇO DOS MOVIMENTOS SINDICAL, SOCIAL E POPULAR

552. Assistimos à indignação popular transformada em manifestações em várias partes do mundo. No Brasil os protagonistas têm sido centenas de pessoas, companheiros e companheiras militantes de vários movimentos sociais. As reivindicações nas ruas apontam para problemas gritantes que afligem e que precisam ser ouvidos pelos governantes e autoridades competentes.
553. Em 2013, assistimos à indignação popular transformada em manifestações por todo o mundo. No Brasil, milhares de pessoas de vários movimentos sociais manifestaram-se. Os protestos de rua significam que a população não aceita mais pagar tantos impostos e receber em troca serviços públicos precarizados, nem pagar caro por serviços que são públicos mas foram entregues ao setor privado através de privatizações e “concessões” (energia, comunicações, transporte etc). As reivindicações por educação, saúde e segurança públicas, moradia, pleno emprego, proteção ao meio ambiente, dentre outras, são reivindicações antigas da população, mas, até agora, não encaminhadas por nenhum governo. Em resposta a essas reivindicações o governo reprime com violência e criminaliza o movimento.
554. Novos ataques virão, temos que reagir e resistir contra o Sistema Capitalista que se utiliza de governos e partidos

que se dizem de esquerda para impor reformas e surrupiar direitos e conquistas históricas dos trabalhadores.

555. Os Sindicatos são organismos sociais “vivos”, que desempenham atribuições de grande relevância para a sociedade e na defesa dos interesses do conjunto da classe trabalhadora.
556. É preciso buscar a unidade dos trabalhadores que se organizam nos sindicatos, movimentos popular e estudantil e demais explorados, em torno de um programa e de luta anticapitalista para garantir a manutenção de direitos a ampliação de conquistas na busca da superação de tantas desigualdades sociais reproduzidas ao longo do tempo pelo “Sistema”.
557. Por outro lado, assistimos a uma verdadeira prática de criminalização dos movimentos sociais por órgãos do aparelho do Estado, contraditoriamente, aplicada pelos governos do PT em manifestações e greves. Além de denunciar, é preciso discutir estratégias de combate contra essas práticas repressoras que fere frontalmente os princípios da democracia.
558. Ocorre uma crise na maior parte do movimento sindical brasileiro. Seja pela cooptação de lideranças (ocupando cargos de confiança) ou quando diretores se rendem à burocratização sindical (ao se aproveitar da estrutura do sindicato em benefício próprio ou do seu grupo político), seja pela colaboração de classe (direção de sindicato ou

partido de esquerda que contribui ou concorda com a política da classe patronal), reformismo (concordância com reformas superficiais adaptando-se ao "sistema") ou pelo corporativismo (defesa exclusiva ou exarcebada dos próprios interesses da categoria ou setor, deixando de lado o interesse geral da classe trabalhadora).

559. Porém, apesar dessa crise sindical, acreditamos que é possível superá-la através do resgate do verdadeiro

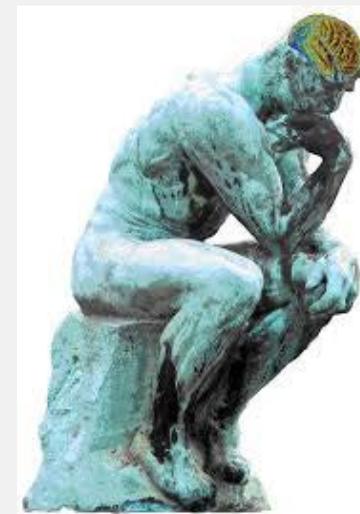


sindicalismo combativo, aquele que não se confunde nem esteja alinhado com governos de plantão e vá para o enfrentamento contra o "sistema". Um sindicato que atue como um instrumento de luta pelas necessidades mais imediatas dos trabalhadores. Mas também, como uma escola de formação e conscientização política da classe trabalhadora para lutar contra os mecanismos de dominação e exploração do sistema capitalista e, principalmente, para contribuir na construção de uma nova ordem social baseada nos preceitos socialistas.

A CUT E OS TRABALHADORES DIANTE DA ATUAL CONJUNTURA

560. O movimento sindical brasileiro, ao longo das últimas décadas, vem demonstrando a necessidade de mudança. O modelo de organização sindical que se construiu tem uma estrutura vertical e centralizadora, o que contribuiu para falta de participação das bases e desagregação da classe trabalhadora. É preciso desconstruir o atual modelo e construir um novo, ou seja, uma nova estrutura para os sindicatos e para uma Central Sindical que tenha uma prática verdadeiramente democrática, combativa e revolucionária, que rompa com o burocratismo e cumpra seu programa construído pela base da classe trabalhadora.

Ao apoiar Lula e Dilma nas últimas eleições, a CUT tem independência para representar os trabalhadores???



561. A Central Única dos Trabalhadores (CUT), a qual somos filiados através do SINTSEF/CE, para nós não

é mais uma entidade representativa dos interesses dos trabalhadores e, principalmente, dos servidores públicos. Pois, vem abandonando seu caráter classista e de combate ao capitalismo e, ao mesmo tempo, deixando de lado a estratégia de confronto com a política econômica neoliberal em curso que, entre outras mazelas, intensifica, através dos governos, o arrocho salarial, provoca o desmantelamento e a precarização do serviço público.

562. Hoje, a CUT em vez de organizar e aglutinar os trabalhadores para exigir e forçar o Governo Dilma a tomar outro rumo que esteja de acordo com as reivindicações das massas, ao contrário, vem colaborando e mantendo parceria com o Governo, o qual aplica, praticamente, a mesma política econômica dos governos anteriores de FHC e Lula. Dessa forma, a CUT, vem, ao longo dos últimos anos, emperrando, ou pior, sabotando a luta da classe trabalhadora brasileira.

563. O imobilismo dos últimos anos e a postura de adesão e alinhamento da CUT aos Governos Lula e Dilma e a alguns governos estaduais e municipais, inclusive assumindo cargos importantes nestes, atrelou a entidade à burocracia e à política governamental. E, ao fazer

Você sabia que a CUT recebe milhões do governo através do imposto sindical do FAT ??? Como fica a CREDIBILIDADE da CUT ???



uso do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), recursos públicos liberados desde o Governo FHC, a Central perdeu sua autonomia e comprometeu sua independência.

564. Por outro lado, a CUT, envolvida num burocratismo sindical, abandonou seu papel estratégico na formação da consciência de classe, pois optou pela mera formação profissional, como se fosse uma instituição que prepara o trabalhador para o mercado de trabalho, como é o SESC, SENAI ou SESI, fugindo totalmente do seu papel político-sindical e colaborando com Sistema Capitalista que explora a classe trabalhadora. Ou seja, estabelece parceria com os patrões, prática do velho sindicalismo de Estado, receita que a direção majoritária da CUT encontrou para responder à crise do movimento sindical brasileiro. Essa saída burguesa e direitista da CUT coloca-se no mesmo nível da "Força Sindical" e de outras Centrais pelegas que compactuam com a aplicação das políticas neoliberais, desarticulando os trabalhadores na condução e orientação política.



565. Diante dessa situação é necessário que a classe trabalhadora busque alternativas de implementação da luta de acordo com suas necessidades e interesses. Muitos alegam que a busca por uma alternativa quebra a unidade

dos trabalhadores. Todavia questionamos, unidade em torno de que projeto? Há muito a CUT não unifica a classe trabalhadora. Ao contrário, sua estratégia de ação fortalece uma política de negociação setorizada que fragmenta a luta sindical e desmente o discurso da unidade.

566. Muitos dizem que a CUT somos todos nós, mas na hora do enfrentamento contra aos ataques à classe trabalhadora, a direção encontra um jeito de travar o avanço da luta e, nas negociações, contraria as bases, faz acordos de cúpula com o governo que raramente os cumprem.

567. A crise estrutural do capitalismo e a ofensiva neoliberal não podem ser justificativas para o recuo e postura de acomodação do movimento sindical cutista. As direções, as principais responsáveis pela condução da luta, não vêm assumindo seu papel de orientar e impulsionar os trabalhadores ao confronto com os governos que representam a ordem vigente.

Centenas de dirigentes da CUT participaram do Gov.Lula e agora estão no Gov.Dilma. Será que a CUT quer ir mesmo para o confronto com seus companheiros que estão no Governo ???



568. Sabemos que essa postura defensiva e de capitulação da CUT desde que o PT assumiu o governo com Lula e, agora, com Dilma, deve-se a sua direção majoritária (Articulação) que, há três décadas, vem comandando as ações da Central. Porém, as correntes minoritárias também são coniventes com essa postura e a legitimam quando fazem acordos espúrios para garantir cargos na direção, com o argumento ilusório de resgatar a combatividade de uma entidade que está com sua estrutura corrompida.

569. A CUT entrelaçou seu papel sindical com o processo eleitoral partidário. Tornou-se definitivamente uma entidade reforçadora da democracia burguesa. Ao mesmo tempo, seus congressos e demais eventos viraram momentos que reúnem as cúpulas para se perpetuarem nas direções. Os dirigentes burocratas, diante das vantagens que o Estado oferece para a máquina sindical, começam a ver na direção das entidades sindicais um modo de se projetar politicamente e passam a ter interesses distintos da base.

570. Por tudo isso e por ter se transformado numa estrutura burocrática, engessada, antidemocrática, por acreditarmos que a "mudança por dentro" (via congressos) é uma ilusão política, pois quem decide é a alta cúpula e as correntes majoritárias e por ter se esgotado seu papel histórico como instrumento de luta dos trabalhadores, nós defendemos a "DEFILIAÇÃO" do SINTSEF e CONDSEF da CUT.

571. Estamos propondo a abertura de um amplo debate com a categoria para que possamos decidir sobre a continuidade ou não de filiação à CUT.
572. A desfiliação da CUT não nos obriga a uma corrida atrás de outra entidade geral dos trabalhadores que nos represente. Pois, considerando que o atual modelo esgotou-se, é necessário que discutamos profundamente um novo modelo de organização sindical que, além da luta sindical pela melhoria das condições de vida, trabalho e salário, seja capaz de, com base na teoria marxista, resgatar a formação política e combativa da classe trabalhadora, numa luta contra a exploração capitalista e em busca de um novo modelo de sociedade onde haja emancipação humana, ou seja, livre, justa e igualitária.

OPRESSÕES E MINORIAS NA SOCIEDADE DIVIDIDA EM CLASSE OPRESSORA E OPRIMIDA

573. Para abordarmos o tema das opressões e "minorias" no Brasil, definiremos o que é cidadania e democracia para sociedade capitalista.
574. Cidadania: é a busca constante do exercício do direito dos cidadãos, vivida como necessidade do eu, como desejo, mesmo como agimos em torno do bem comum, a atividade implícita em bem individual.

575. Democracia: doutrina política ou forma de governo baseado na solidariedade dos cidadãos, no seu acesso a cena pública, na pluralidade de ideias e expressão de suas opiniões, na possibilidade de intervir politicamente.
576. Dito isso, a democracia não é apenas um regime político, é uma forma de existência social. Os movimentos sociais nas suas lutas transformam o direito formal em direitos reais.
577. As lutas pela liberdade e igualdade ampliaram os direitos civis e políticos da cidadania, criaram os direitos sociais, os direitos das chamadas "minorias", mulheres, crianças, idosos, "minorias" étnicas e sexuais e pelas lutas ecológicas o direito ao meio ambiente sólido.
578. O mundo vive hoje uma crise econômica do capitalismo e como saída impõe um plano de arrocho salarial e retirada de direitos, sendo as mulheres trabalhadoras as mais prejudicadas.
579. As mulheres trabalhadoras recebem 24% menos que os homens pelo mesmo trabalho e mulheres com filhos recebem ainda menos.
580. As mulheres trabalhadores domésticas, num percentual de 83%, estão entre as menos remuneradas.



581. A situação das mulheres trabalhadoras no Brasil não é diferente do resto do mundo com cortes de verbas em programas na área da saúde, educação, combate a violência contra a mulher, creches, enfim, na qualidade de vida das mulheres.
582. O ajuste fiscal imposto pelo Governo Federal, através das medidas provisórias 664 e 665, em vigor desde o início de 2015, está massacrando cada vez mais as mulheres trabalhadoras, principalmente, as mulheres negras e pobres. Além disso, o aumento dos preços dos alimentos, das tarifas de transportes, energia etc, piora as condições de vida. A deterioração dos serviços públicos como diminuição de vagas nas creches, médicos, remédios nos hospitais afetou, principalmente, as mulheres que são historicamente as mais exploradas no mundo.
583. As mulheres têm estado em constante luta contra todo tipo de retirada de direitos. No que pretende o PL 4330 (terceirizações) a tarefa é redobrada. É necessário resistir a todos os ataques do Governo Federal e desse Congresso, o mais reacionário de todos os tempos que pretende fazer, em nome do ajuste fiscal, a retirada de direitos de todos os (as) trabalhadores (as).
584. A luta das mulheres não está fora da luta de classes. Mulheres e homens devem se unir em defesa dos direitos e exigir melhores condições de vida e dignidade para todos e todas. O combate à exploração não se utiliza das ideologias machistas e homofóbicas para dividir a classe trabalhadora.

585. O movimento sindical tem que se unir aos movimentos sociais exercendo sua função como instrumento de luta dos trabalhadores, para juntos lutar contra todas as opressões à classe trabalhadora em busca de libertar-se de toda a exploração e opressão nos atinge, onde cada um e cada uma sejam sujeitos construtores de sua própria história.
586. Por outro lado, no Brasil, assumir a homossexualidade é um fator de grande risco. Neste sentido nos indignamos com a atual situação vivida pelos LGBT's, pois a cada hora há um caso de violência contra homossexuais, a cada dia ocorre um assassinato de travestis e transexuais no mundo.
587. Muitos homossexuais para sobreviver optam por uma vida dupla para se proteger de agressões e para se resguardar da lógica discriminatória dos grupos conservadores do Sistema Capitalista que reprime a livre sexualidade. Esse mesmo sistema dita as regras, as normas e papéis a serem seguidos como "correto" e "único" de acordo com as leis e tradições conservadoras. Ao mesmo tempo, há denúncias de perseguição e maus tratos pelo aparelho repressivo de Estado (polícia) e até por milícias paramilitares contra os LGBT's.
588. O movimento sindical além da luta imediata por melhores salários e condições de trabalho, deve ampliar o debate sobre as opressões e, junto com os movimentos sociais, combater, inclusive judicialmente, o assédio moral e sexual nos locais de trabalho. Incorporar nas campanhas gerais da categoria o combate à violência e à discriminação contra as minorias

589. É necessário criar nos sindicatos secretarias ou coordenações das mulheres e LGBT's, para combater as agressões, racismo e a discriminação sexual. Que estarão na linha de frente da luta pelos direitos das mulheres, negros e negras LGBT's.

590. A luta da classe trabalhadora deve buscar a unidade entre as lutas específicas das mulheres, negros e negras e LGBT's e as gerais. É preciso libertar os trabalhadores(as) de qualquer opressão, pois a luta é de caráter classista contra a ideologia da burguesia que implementa a cultura machista, racista e homofóbica.

591. No dia-a-dia, esse debate deve ser permanente entre os trabalhadores nos seus fóruns, seja em assembleias, seminários, congressos etc, para desenvolver um processo de reeducação do conjunto da classe trabalhadora e dos seus dirigentes. Pois, a luta contra o machismo, racismo, homofobia é de todos e está intrinsecamente ligada à luta contra o capitalismo.

PAUTA DE REINVIDICAÇÕES

592. Política salarial permanente com valorização do vencimento básico.

593. Incorporação das gratificações.

594. Reajuste no VB para repor as perdas da inflação.

595. Reajuste dos benefícios (vale-alimentação, auxílio-creche, auxílio-transporte e "per capita" dos planos de saúde) garantindo-se isonomia entre os três Poderes da União.

596. Data-base em 1º de maio, data histórica da luta dos trabalhadores.

597. Paridade salarial entre ativos, aposentados e pensionistas.

598. Que o reajuste salarial concedido para os cinco cargos de nível superior, através da lei 12.277/10, seja estendido aos demais cargos de nível superior, médio e auxiliar.

599. Negociação Coletiva de Trabalho no Setor Público (Convenção 151 da OIT)

600. Retorno dos demitidos no Gov.Collor e reintegração dos anistiados da Lei 8878/94 com enquadramento no RJU

601. Aprovação dos PL's 4293/08 e 7546/10 pelo retorno dos PDVistas Estatutários e Celetistas.

PLANO DE AÇÃO DO SINTSEF

602. Continuar a formação política com base nos fundamentos da teoria Marxista.
603. Intensificar a aproximação e participação da base da categoria no dia-a-dia e nas reuniões das instâncias deliberativas do sindicato.
604. Continuar o planejamento financeiro e otimização dos gastos.
605. Melhorar a estrutura e atendimento do Setor Jurídico.
606. Intensificar a utilização das redes sociais para otimizar a comunicação entre sindicato e filiados.
607. Aplicar maiores investimentos nas mídias tradicionais e alternativas para maior e melhor comunicação e esclarecimento junto à população.
608. Apoio e incentivo à cultura e arte popular.
609. Incentivar a criatividade dos talentos da categoria.
610. Concluir projeto da biblioteca do SINTSEF.
611. Continuar as reuniões com as coordenações das delegacias, para manter bom entendimento administrativo e unificar a luta.
612. Continuar a publicação das receitas e despesas do sindicato no seu "site".

BANDEIRAS DE LUTA

613. Por um Serviço Público de qualidade e pela valorização dos servidores.
614. Reestruturação dos órgãos públicos federais.
615. Contra as privatizações e terceirizações no Serviço Público.
616. Redução da carga horária de 40h para 30h sem redução de salário.
617. Em defesa e fortalecimento do SUS.
618. Pelo direito irrestrito de greve sob a ótica dos trabalhadores.
619. Pela Reforma Agrária sob o controle dos trabalhadores.
620. Contra a degradação da natureza e em defesa da preservação meio ambiente.
621. Em defesa de moradia digna
622. Combate a todas as formas de opressão, seja o machismo, racismo, homofobia, xenofobia.
623. Todo apoio ao movimento de mulheres, GLBTs, negros(as) e índios.
624. Por sindicatos independentes frente aos patrões, à governos e ao Estado Capitalista e autônomos aos partidos da classe trabalhadora.
625. Contra a exploração do sistema capitalista e em defesa do socialismo.

ASSINAM INICIALMENTE ESTA TESE:

Álvaro Teixeira – Agricultura	Lúcia Lopes – FUNASA
Ana Parente – SESAI	Lúcio Cláudio – MS
Deurieta Ribeiro – Fazenda	Lucivaldo Farias – MS
Elias Andrade - DNOCS	Maria José Colaço - IBAMA
Esdra Silveira – Fazenda	Nilton Martins – MS
Eugênio Barreto - FUNASA	Onidracir do Rosário - IFCE
Fco. Bezerra – INCRA	Pedro Lira – MS
Fco. Duarte – MS	Rdo. Claudionor (Pará) – MS
Fco. Girvânio – MS	Reginaldo Feitosa – Agricultura
Fco. Gonçalves Vieira – FUNASA	Robson Teixeira – MS
Fco. Ramos Leitão – Fazenda	Simão Pedro – IFCE
Gilson Rocha – MS	Rufino Linhares – Fazenda
João de Barros – Agricultura	Tarciso dos Santos – M. Saúde
José Guedes – MS	Valmir Braga – FUNASA
Kátia Damasceno – FUNASA	Valmir Soares – M. Fazenda
Luciano Filgueiras – MS	Wilson Barbosa - IFCE

DIREÇÃO COLEGIADA - 2013/2016

<p>Coordenação Geral Luciano de A. Filgueiras Filho Luís Carlos de Alencar Macêdo</p> <p>Coordenação Jurídica Edmundo Coutinho de Andrade Adriano Duarte Fernandes José Arteiro da Silveira</p> <p>Coordenação de Comunicação Artur Camurça Torres Raimundo Joacir M. de Sousa Vera Lúcia Cândido de Oliveira</p> <p>Coordenação de Formação Política e Sindical Ana Maria Parente Francisco Ernaldo de Carvalho Onidracir Ribamar do Rosário</p> <p>Coordenação Sócio-Cultural e Movimentos Populares Anna Lúcia Costa Fca. Constância de Souza Jucilene Viana de Sousa</p> <p>Coordenação de Aposentados e Pensionistas Carlos Eugênio Pereira Francisco Oliveira Duarte José Ataíde de Figueiredo</p>	<p>Coordenação de Finanças Francisco Teles da Silva José Valmir Braga</p> <p>Coordenação Administrativa Francisco Gonçalves Vieira José Amorim Neto Claudionor da Costa</p> <p>Coordenação de Organização e Sindicalização Fco. de Assis Lopes Bezerra José Cleiton Ferreira da Silva José Valmir Soares de Sousa</p> <p>Coordenação de Saúde do Trabalhador José Gabriel Ramos Flávio Inácio de Lima</p> <p>Suplente Maria Aracy de Lira Gondim</p> <p>CONSELHO FISCAL Álvaro Teixeira de Oliveira Antônio Alfredo Moreira da Silva Antônio Evanildo F. de Sousa José Guedes de Araújo Neto José Ribamar dos Santos Lima Francisco Alves Barbosa II Mozart Ramos de Abreu Filho</p>
---	--

ANOTAÇÕES